PERFIL SOCIOECONÔMICO DO MARANHÃO

Organizadores
Francisco José Araújo Bezerra
Tibério Rômulo Romão Bernardo
Luciano J. F. Ximenes
Airton Saboya Valente Junior

PERFIL SOCIOECONÔMICO DO MARANHÃO

Fortaleza
Banco do Nordeste do Brasil
2015

Presidente:
Marcos Costa Holanda

Diretores:
Francisco das Chagas Soares
Isaias Matos Dantas
Luiz Carlos Everton de Farias
Manoel Lucena dos Santos
Paulo Sérgio Rebouças Ferraro
Romildo Carneiro Rolim

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE
Superintendente
Francisco José Araújo Bezerra

Ambiente de Estudos, Pesquisas e Avaliação
Gerente
Tibério Rômulo Romão Bernardo

Célula de Estudos e Pesquisas
Gerente
Luciano J. F. Ximenes

Célula de Informações Econômicas, Sociais e Tecnológicas
Gerente
Wendell Márcio Araújo Carneiro

Ambiente de Políticas de Desenvolvimento
Gerente
José Rubens Dutra Mota

Célula de Políticas de Financiamento e Monitoramento
Gerente
Sâmia Araújo Frota

Coordenação Técnica:
Luciano J. F. Ximenes
Airton Saboya Valente Junior

Equipe:
Allisson David de Oliveira Martins
Antônio Ricardo de Norões Vidal
Fernando Luiz Emerenciano Viana
Francisco Diniz Bezerra
Francisco Raimundo Evangelista
Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão
Jackson Dantas Coêlho
Jacqueline Nogueira Cambota
José Alci Lacerda de Jesus
Laura Lúcia Ramos Freire
Maria de Fátima Vidal
Maria Simone de Castro Pereira Brainer
Mário Sergio Carvalho de Freitas
Sâmia Araújo Frota
Wellington Santos Damasceno

Revisão Vernacular: Hermano José Pinho
Normalização: Audrey Caroline Marcelo do Vale
Projeto Gráfico: Gustavo Bezerra Carvalho
Diagramação: Patricio de Moura

Colaboração:
Elias Augusto Cartaxo
Iara Amaral Lourenço
Hamilton Reis de Oliveira
Paulo André Almeida Lopes
Roberto Jarllys Reis Lima
Thamiris Ferreira Pinto Paiva

Depósito Legal junto à Biblioteca Nacional conforme a Lei n“ 10.994, de 14 de dezembro de 2004

P438 Perfil socioeconômico do Maranhão / Francisco José Araújo Bezerra... [et al.], organizadores. – Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2015.

172 p.: il., color.

ISBN 978-85-7791-245-2

1. Perfil socioeconômico – Maranhão. I. Bezerra, Francisco José Araújo. II. Bernardo, Tibério Rômulo Romão. III. Ximenes, Luciano J. F. IV. Valente Junior, Airton Saboya. V. Título.

CDU: 330.981

Copyright©2009 by Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Impresso no Brasil/Printed in Brazil

Prefácio

Nos últimos anos, o Nordeste foi favoravelmente impactado pela associação de evidente crescimento econômico e de melhoria significativa nas condições sociais. No entanto, ainda apresenta características que emperram o alcance de maiores índices de desenvolvimento socioeconômico e que são agravadas pela desigualdade dentro da própria Região. Prova dessa última afirmação é o fato de que os melhores indicadores do Nordeste ainda estão concentrados nos estados da Bahia, Pernambuco e Ceará.

Diante dessa realidade e em sintonia com os resultados apontados em um conjunto de estudos recentemente elaborados pelo Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE), denominado Nordeste 2022, o Banco do Nordeste acredita que um dos maiores desafios para a Região é a descentralização do desenvolvimento. Para isso, o primeiro passo é avaliar a situação socioeconômica atual de cada Estado, identificar potencialidades e apontar diferenciais competitivos e oportunidades em cada um deles, procurando sinalizar possíveis iniciativas estratégicas, capazes de nortear a elaboração ou atualização de políticas públicas ou a tomada de decisões do setor privado, sempre sob uma perspectiva de integração regional.

Apoiado nessa visão, o BNB, por meio do ETENE, tem a satisfação de lançar o **Perfil Socioeconômico dos Estados do Nordeste – Edição 2015**, composto por nove volumes – um para cada Estado nordestino.

A obra disponibiliza valiosas informações e análises sobre os Estados do Nordeste, abordando temas como a atividade econômica, o desempenho setorial, a agropecuária, a indústria, o comércio, os serviços, o turismo, o comércio exterior, a infraestrutura e o mercado de trabalho, além de um quadro resumo com os principais indicadores de cada Estado e da Região.

Os volumes reúnem também informações sobre a recente evolução socioeconômica de cada unidade federativa do Nordeste, fornecendo subsídios, por um lado, para que o setor público possa elaborar estratégias, planos e programas de desenvolvimento específicos e, por outro lado, para que o setor privado tenha à disposição a melhor informação possível para a realização de investimentos.

O caráter estratégico desse tipo de iniciativa é reforçado justamente pela possibilidade de que as informações disponibilizadas pelas publicações contribuam para a definição de ações que busquem atenuar as disparidades de renda e de capacidade produtiva entre os estados nordestinos e até mesmo dentro de cada uma dessas Unidades Federativas e que promovam uma desconcentração de investimentos na Região.

Como parte de uma ação integrada, é importante destacar que o BNB também vem priorizando a expansão de sua rede de atendimento na Região (aumento de 55% no número de agências nos últimos três anos) e a modernização de seus instrumentos de apoio, fatores fundamentais para continuar a promover a democratização do crédito, a desconcentração de investimentos na área de atuação e a mitigação de vazamentos de recursos do Nordeste para regiões mais desenvolvidas do País.

Nesse sentido, em sintonia com o começo dos mandatos dos novos governadores, o BNB iniciou a construção de agendas propositivas com os estados do Nordeste, objetivando congregar esforços em ações conjuntas para fortalecimento do sistema produtivo local, estruturação de novas oportunidades e apoio diferenciado para aquelas regiões menos desenvolvidas dentro de cada unidade federativa.

O **Perfil Socioeconômico dos Estados do Nordeste – Edição 2015** vem, portanto, suprir importante lacuna no conhecimento sobre a dinâmica econômica de cada espaço territorial da Região, comparando os estados entre si e também em relação ao Nordeste e ao Brasil, o que permite ter uma base informativa confiável para uma atuação diferenciada em áreas menos desenvolvidas, sempre sob a perspectiva da melhoria de vida do conjunto da população e a consequente elevação de indicadores econômicos e sociais.

O BNB e, em particular, a equipe do ETENE esperam que esta publicação possa estimular processos de articulação, debate e planejamento no âmbito de cada Estado, de modo a propiciar o aperfeiçoamento de políticas e ações e a estruturação de parcerias estratégicas em torno do enfrentamento dos desafios mais importantes para o desenvolvimento de cada Estado do Nordeste e de toda a Região.

Marcos Costa Holanda
Presidente do Banco do Nordeste do Brasil

Apresentação

O presente trabalho reúne informações sobre a recente evolução socioeconômica do estado do Maranhão, visando fornecer subsídios para o setor público elaborar estratégias, planos e programas de desenvolvimento. O documento pode ser utilizado, ainda, para auxiliar a classe empresarial nas suas tomadas de decisões em termos de alocação de recursos, além de favorecer a efetivação de novos negócios com investidores nacionais e estrangeiros, de modo a incrementar a capacidade produtiva local.

Inicialmente, sintetiza as características territoriais do Estado. Posteriormente, o documento analisa a demografia e o quadro social do Maranhão. Na sequência, apresenta o desempenho da atividade econômica, especificamente em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), o PIB *per capita*, o Valor Agregado Bruto (VAB) e sua distribuição por setores da economia. Segue-se uma panorâmica do desempenho setorial, incluindo a agropecuária, indústria, comércio e serviços.

O estudo dedica um capítulo específico para quantificar os fluxos comerciais do Maranhão com os demais estados e regiões do Brasil, além de determinar as categorias dos bens que são comprados e vendidos por esse Estado. Referidos dados foram gerados a partir da Matriz de Insumo-Produto (MIP) do Nordeste e Estados, ferramenta elaborada pelo Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE) em parceria com a Universidade de São Paulo.

Os capítulos seguintes abordam aspectos relacionados com o turismo, o comércio exterior, a infraestrutura, o mercado de trabalho, além das principais aplicações de recursos dos bancos públicos e agências de fomento, com destaque para os financiamentos de longo prazo do Banco do Nordeste. Finaliza-se com um quadro-resumo dos principais indicadores do Nordeste e Estados.

Ao disponibilizar esse trabalho, o Banco do Nordeste espera atender aos interesses dos planejadores e formuladores de políticas, investidores de diferentes portes em múltiplas atividades econômicas, além de pesquisadores e estudiosos, bem como favorecer

parcerias, aporte de novas tecnologias e formação de estratégias inovadoras e ambientalmente sustentáveis e que elevem o grau de modernidade e competitividade da economia maranhense, gerando mais renda, emprego e bem-estar para a população local.

Francisco José Araújo Bezerra
Superintendente do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE)

Sumário

	Prefácio	5
	Apresentação	7
1	Características territoriais	11
	Referências	18
2	Demografia e panorama social	19
	Referências	25
3	Desempenho da economia estadual	27
	Referências	34
4	Agricultura	35
	Referências	41
5	Pecuária	43
5.1	Avicultura	44
5.2	Bovinocultura	45
5.2.1	Bovinocultura leiteira	45
5.2.2	Bovinocultura de corte	46
5.3	Apicultura	47
5.4	Outras	48
5.5	Considerações finais	49
	Referências	52
6	Indústria	53
6.1	Perfil da indústria do Maranhão	54
6.2	Indústrias extrativas	61
6.3	Indústrias de transformação	64
6.4	Indústria da construção	67
6.5	Serviços Industriais de Utilidade Pública	68
6.6	Considerações finais	69
	Referências	70
7	Comércio e serviços	73
7.1	Comércio	76

7.2	Serviços	78
7.3	Considerações finais	80
	Referências	80
8	Fluxos do comércio interestadual	81
8.1	Compras de insumos intermediários	82
8.2	As Vendas de insumos intermediários	85
8.3	Balanço de compras e vendas	90
8.4	Análise da agregação de valor	90
	Referências	94
9	Turismo	95
	Referências	100
10	Comércio exterior	101
	Referências	106
11	Infraestrutura	107
11.1	Infraestrutura de transportes	107
11.2	Infraestrutura de energia elétrica	112
11.3	Infraestrutura de utilidade pública	114
	Referências	118
12	Mercado de trabalho	121
12.1	Evolução do emprego e desemprego – PNAD Contínua	121
12.2	Evolução do emprego formal – RAIS	125
	Referências	131
13	Intermediação financeira	133
	Referências	137
14	Financiamentos de longo prazo do Banco do Nordeste: o FNE	139
	Referências	147
15	Considerações finais	149
	Apêndices	155

1 Características territoriais

Leonardo Dias Lima
Economista. Mestre em Avaliação de Políticas Públicas

Thamiris Ferreira Pinto Paiva
Graduanda em Agronomia. Bolsista de Nível Superior

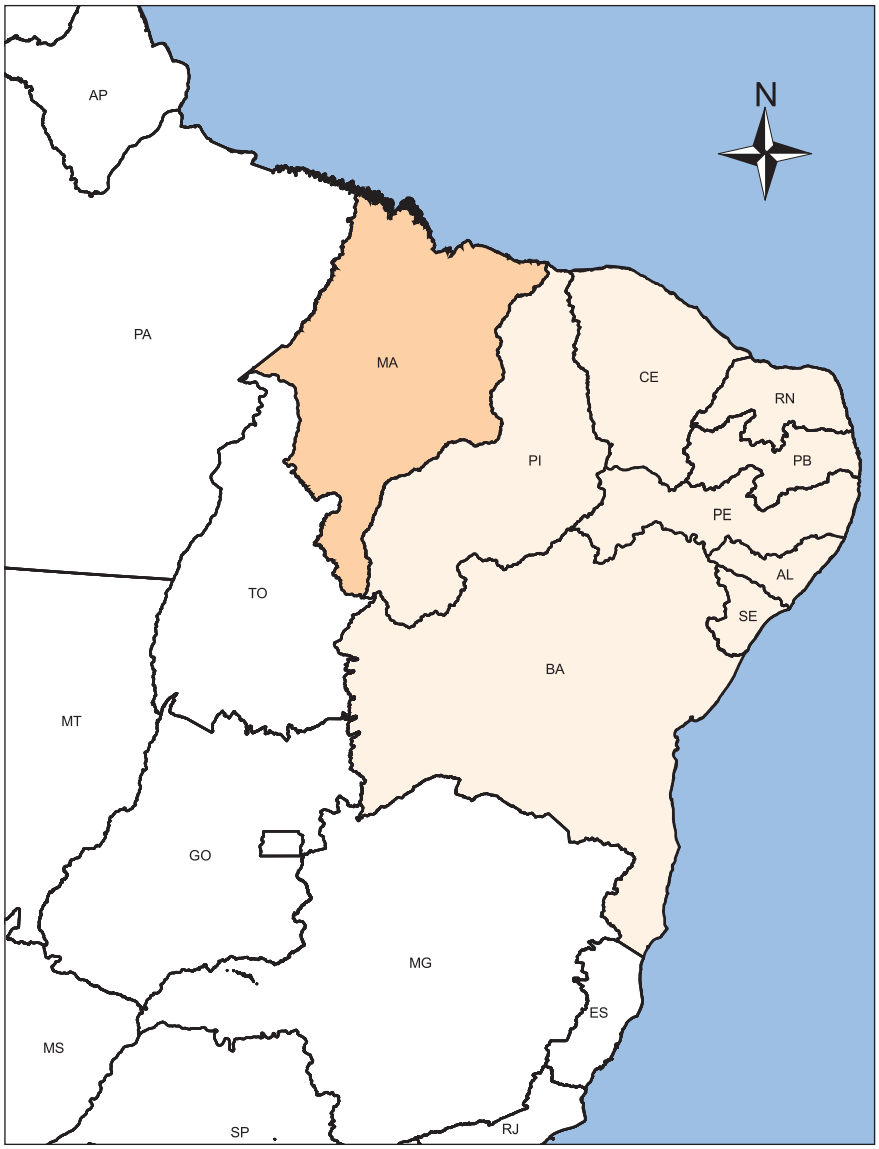
O Maranhão possui território de 331,9 mil km^2, ocupando a segunda maior dimensão espacial do Nordeste (1.554,3 mil km^2), correspondendo a 21,4% da área total dessa Região. Em relação ao Brasil, classifica-se em oitavo lugar em extensão, respondendo por 3,9% da área do País (8.515,8 mil km^2). Limita-se ao norte com o Oceano Atlântico, ao sul com os estados do Piauí e Tocantins, a leste com o estado do Piauí e a oeste com o estado do Pará, Mapa 1.

A regionalização federal do Maranhão obedece aos critérios estabelecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de acordo com o processo de transformação do espaço nacional e da estrutura produtiva, o que resultou em uma divisão do Estado em cinco Mesorregiões, subdivididas em 21 Microrregiões geográficas, onde estão inseridos seus 217 municípios, Quadro 1 e Mapa 2.

O Norte Maranhense é a menor dentre as mesorregiões do Estado, compreende seis microrregiões e 60 municípios tendo uma área de 52,7 mil km^2, correspondendo a 15,9% do território maranhense. O Centro Maranhense é a segunda menor em termos de extensão, possui três microrregiões e 42 municípios em uma área de 54,6 mil km^2, representando 16,5% da área estadual (IBGE, 2010).

O Leste Maranhense tem seis microrregiões e 44 municípios em um território de 70,5 mil km^2 (21,2% do Estado). O Oeste Maranhense é a maior mesorregião do Estado, com três microrregiões e 52 municípios em 86,6 mil km^2 (26,1% do Estado). O Sul Maranhense abrange três microrregiões e 19 municípios, com área de 67,5 mil km^2 (20,3% do Estado).

Mapa 1 – Localização geográfica do Maranhão



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com informações cartográficas do IBGE (2010).

Quadro 1 – Mesorregiões e microrregiões geográficas - Maranhão

Mesorregiões	Microrregiões
Norte Maranhense	Aglomeração Urbana de São Luís; Baixada Maranhense; Itapecuru Mirim; Lençóis Maranhenses; Litoral Ocidental Maranhense e Rosário
Centro Maranhense	Alto Mearim e Grajaú; Médio Mearim; e Presidente Dutra
Leste Maranhense	Baixo Parnaíba Maranhense; Caxias; Chapadas do Alto Itapecuru; Chapadinha; Codó; e Coelho Neto
Oeste Maranhense	Gurupi; Imperatriz; e Pindaré
Sul Maranhense	Chapadas das Mangabeiras; Gerais de Balsas; e Porto Franco

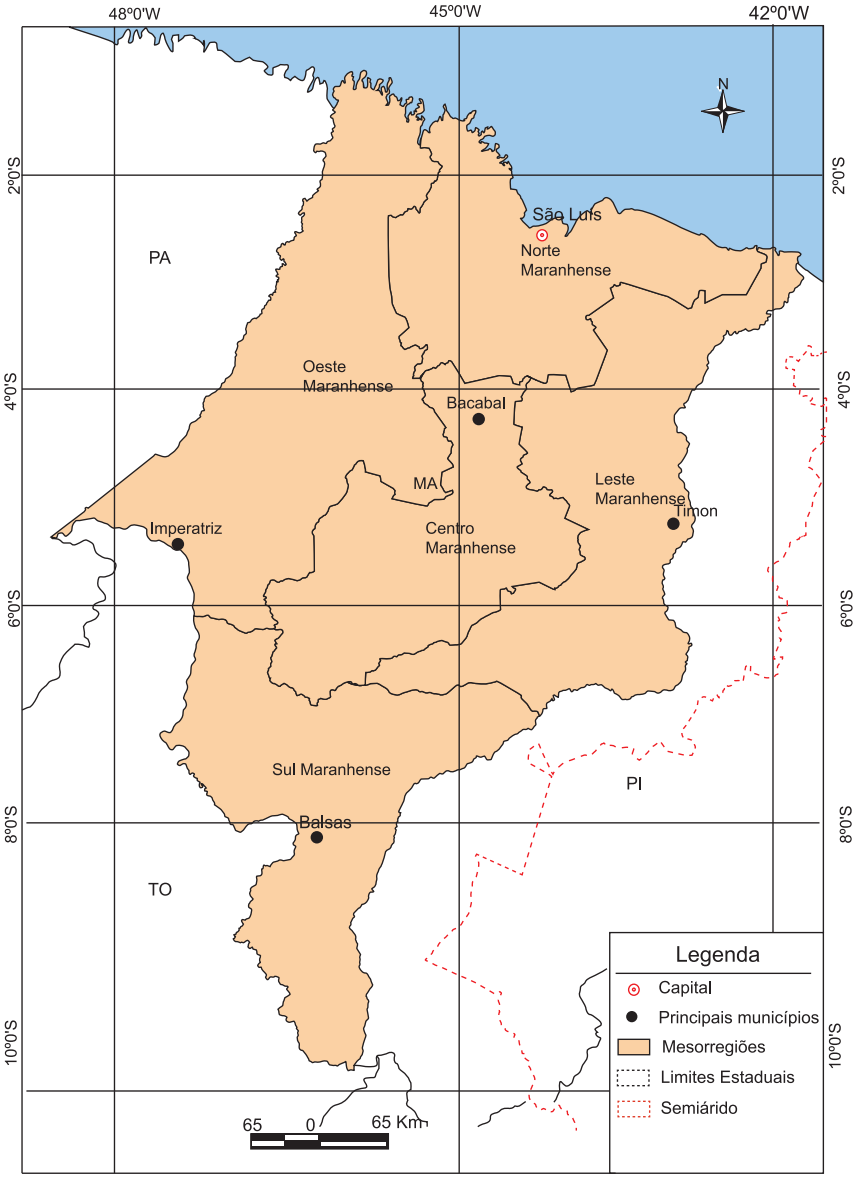
Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2010).

O Estado é formado por dois biomas que caracterizam o território brasileiro, a Amazônia e o Cerrado e outros dois de transição, a Amazônia/Cerrado e a Caatinga/Cerrado, totalizando quatro biomas possuidores de uma diversificada e rica base de recursos naturais. Na verdade, o Maranhão apresenta atributos das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, Mapa 3.

Dentre os biomas do Maranhão, a Amazônia possui a segunda maior área, com 89,0 mil km^2 e representando 26,8% do território estadual. Esse bioma ocupa a porção noroeste do Estado sendo caracterizado por plantas densas, com enorme variedade de espécies na fauna e flora, registrando as maiores precipitações do Estado, acima de 2.200 mm por ano. O bioma cerrado estende-se do noroeste a sudeste, além das áreas centrais, recobrindo a maior parte do território maranhense, com 166,5 mil km^2, representando 50,2% do território estadual. Apesar de esse bioma ser característico de clima quente, apresenta precipitações médias anuais entre 1.200 a 1.800mm.

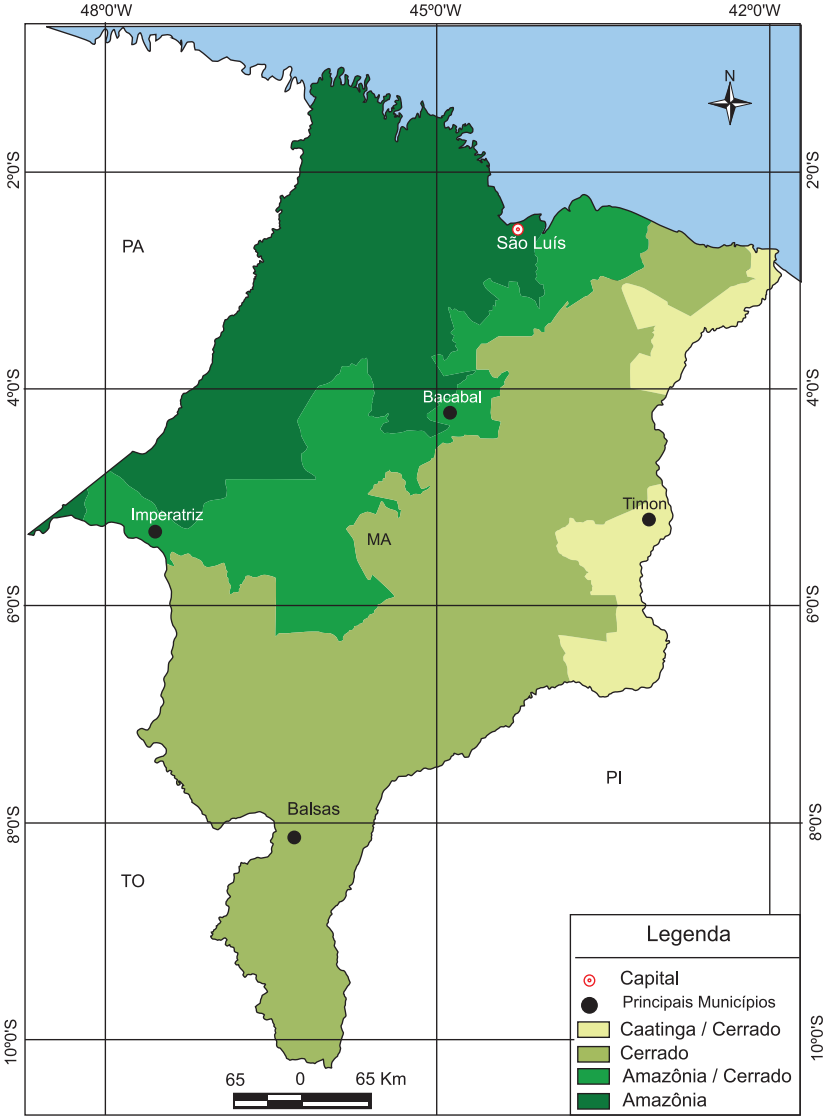
A faixa de transição Amazônia/Cerrado está localizada a noroeste do Estado, compreendendo 54,3 mil km^2 o que representa 16,4% do território. A faixa de transição Caatinga/Cerrado, o menor dentre os biomas maranhenses, compreende algumas “manchas” a noroeste do Estado, totalizando 22,1 mil km^2 o que equivale a 6,7% do território estadual.

Mapa 2 – Mesorregiões do estado do Maranhão



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com informações cartográficas do IBGE (2010)

Mapa 3 – Biomas do Maranhão



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com informações cartográficas do IBGE (2010).

Apesar de possuir um bioma de transição da caatinga para o cerrado, o território maranhense não está incluído na classificação de semiárido, conforme estabelecido pelo Ministério da Integração Nacional (BRASIL, 2012).

O Maranhão é distinguido pelo clima tropical e temperatura média de 27°C. A característica mais marcante desta distribuição é dada pela tendência geral de decréscimo do índice de precipitação do noroeste para sudeste. A noroeste, nos domínios da Amazônia Maranhense, os totais alcançam valores superiores a 2.200 mm por ano, decrescendo em direção sudeste, onde caem para valores inferiores a 1.000 mm, já nos domínios da caatinga/cerrado (MESQUITA; ALENCAR JÚNIOR, 2002).

O regime de chuvas é nitidamente tropical, caracterizado pela divisão do ano em dois grandes períodos: o chuvoso, que se inicia em novembro ou dezembro e se prolonga até abril ou maio, apresentando chuvas de grande intensidade; e o período seco, que corresponde aos outros meses do ano, quando as precipitações são esparsas. O Estado possui parte da sua região coberta pela Floresta Amazônica (oeste), além das vegetações de Mata dos Cocais (leste); mangues na região litorânea e Cerrado no sul.

Com referência aos recursos hídricos, o Maranhão também pode ser considerado um território privilegiado. O Estado é quase todo cortado por rios perenes, extensos e abundantes, dentre eles o Itapecuru (1.090 km), nas regiões do litoral, cerrado, chapadões e cocais; o Mearim (966 km), que atinge regiões da baixada, cocais e pré-amazônia; o Munim (320 km), que abrange as regiões do litoral e cerrado; destacam-se, ainda, as bacias hidrográficas do Gurupi, Turiaçu, Pericumã-Aurá, Parnaíba, Tocantins, Balsas, Pindaré e do Grajaú. O Estado conta ainda com substancial volume de água subterrânea (MESQUITA; ALENCAR JÚNIOR, 2002).

É importante ressaltar que parte das paisagens naturais originais maranhenses já foram antropizadas, alteradas e/ou desmatadas, com exceção de algumas unidades de conservação, áreas indígenas, parte do litoral e do extremo sul do Estado. Praticamente em todo o território se espalham fragmentos e remanescentes das matas e ecossistemas originais sobreviventes e, nas áreas previamente desmatadas e depois desocupadas, existem matas secundárias, capoeiras, capoeiras com babaçu e babaçuais.

Portanto, apesar da existência de um marco ambiental regulatório, a pressão antrópica tem exercido efeitos danosos ao meio ambiente do Estado, a exemplo do desmatamento, erosão de solos, degradação de ecossistemas, contaminação dos recursos hídricos e poluição do litoral, de forma que uma das prioridades das políticas de desenvolvimento deverá ser a promoção da sustentabilidade socioambiental dos territórios maranhenses.

Referências

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Desenvolvimento Regional. Conferencia Nacional de Desenvolvimento Regional, 1., 2012. Brasília, DF. **Documento referência.** Brasília, DF, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Malha Municipal Digital**. Rio de Janeiro, 2010.

MESQUITA, A. M.; ALENCAR JÚNIOR, J. S. de. **Perfil econômico do Maranhão**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2002.

2 Demografia e panorama social

Jackson Dantas Coêlho
Economista. Mestre em Economia Rural

A população do Maranhão, em 2014, alcançou 6.850.884 habitantes, aumento de 4,2% em relação ao censo de 2010 (6.574.789 habitantes), o que resulta em uma densidade de 20,6 habitantes por km^2. Para 2030, o IBGE projeta uma população de 7.370.604 pessoas residentes, representando acréscimo percentual de 12,1% sobre o resultado do censo de 2010 (IBGE, 2014).

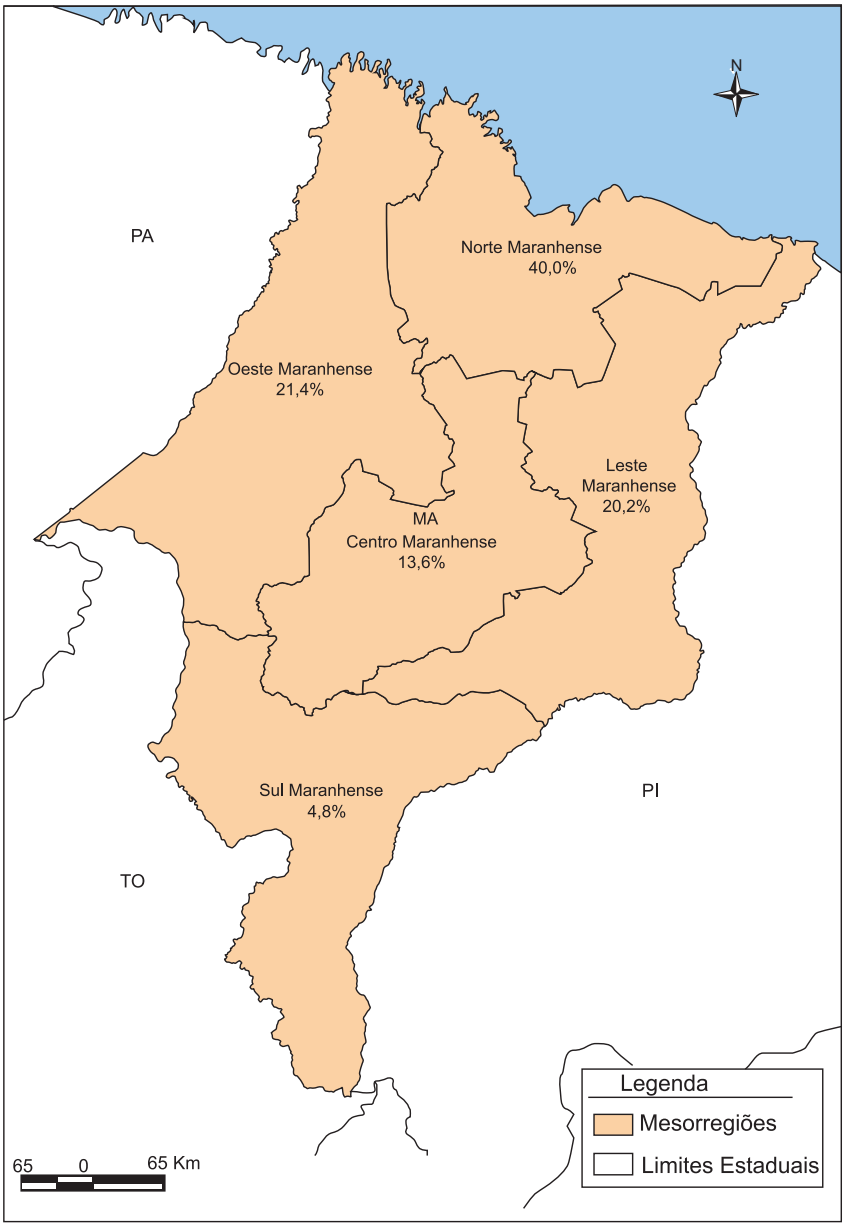
O Maranhão é o Estado com a menor taxa de urbanização do Nordeste e uma das menores do País, 58,9%, conforme IBGE (2012), sendo inferior à média regional (73,1%) e à nacional (84,3%). Assim como o vizinho Piauí, a ocupação territorial é baixa para uma grande extensão de área.

A população do Maranhão se distribui de forma desigual territorialmente. O Norte, a menor mesorregião em extensão, concentra 40,1% do total estadual, onde está localizada a capital São Luís. Segue o Oeste com 21,4% do total, o Leste com 20,2%, o Centro com 13,6% e o Sul com apenas 4,8% dos habitantes do Estado, Mapa 1.

A capital São Luís e os três municípios mais populosos (Imperatriz, São José de Ribamar e Timon), segundo estimativa do IBGE para 2014, somam 1.652.171 habitantes, em uma área de 4.335 km^2, resultando numa densidade demográfica de 1.996,7 habitantes/km^2, superior aos 20,6 de média estadual. Cabe ressaltar uma particularidade que explica, em parte, tal densidade: São José de Ribamar integra a Região Metropolitana de São Luís, enquanto Timon é município vizinho a Teresina, capital do Piauí (Mapa 2).

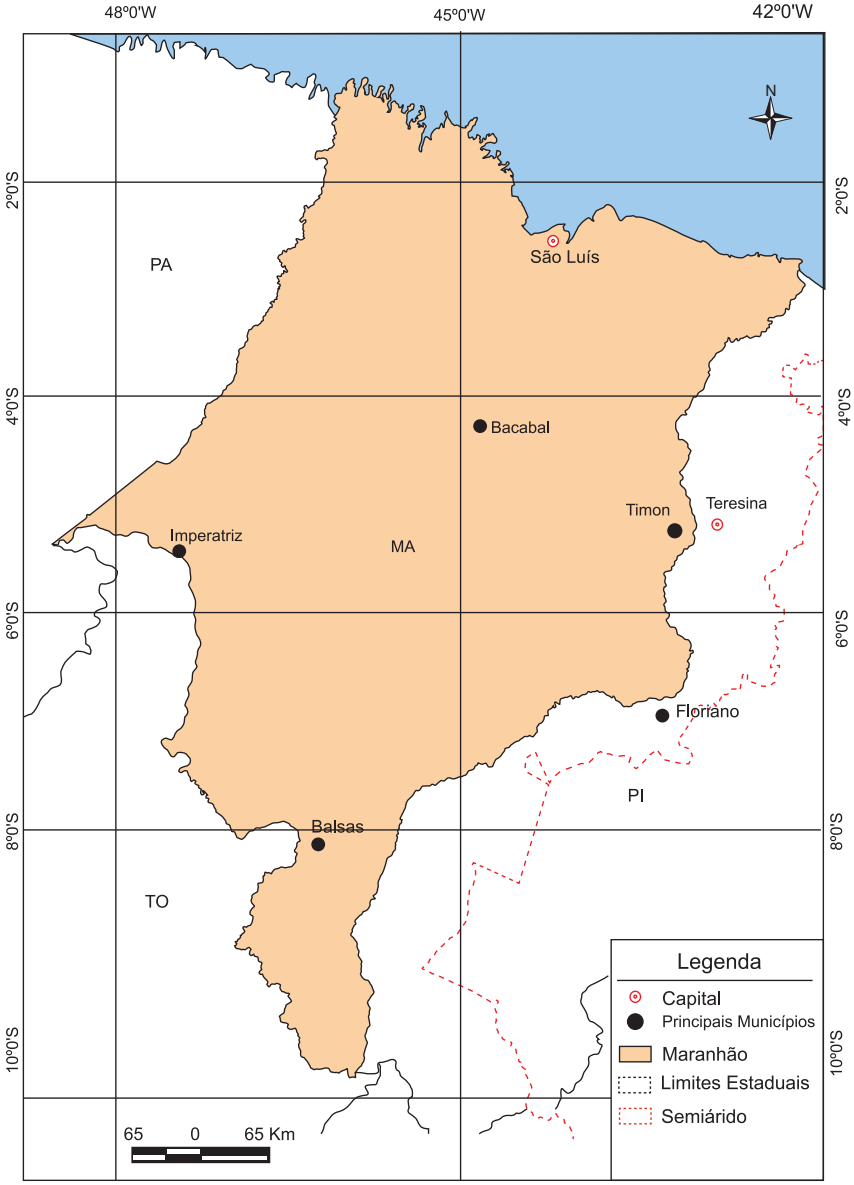
Além do entorno da capital, o Maranhão tem alguns municípios de porte médio localizados no interior, interligados por extensa malha de estradas e também com ferrovias. Imperatriz é o segundo município mais populoso, um grande centro urbano no interior do Estado e entroncamento rodoviário, que cresceu com o movimento de produtos entre a região Norte e outras regiões do País, contando com indústrias e serviços.

Mapa 1 – Participação das Mesorregiões na população do Maranhão



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com informações cartográficas do IBGE (2010).

Mapa 2 – Principais cidades do Maranhão



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com informações cartográficas do IBGE (2010).

Algumas cidades médias do interior, como Açailândia, Bacabal e Caxias, também se destacam em comércio e serviços de manutenção e reparação. Balsas é um importante centro agropecuário de produção e comercialização de grãos, onde estão instaladas uma grande esmagadora, lojas de fertilizantes, defensivos, escritórios de projeto e prestadoras de assistência técnica (VIDAL; CARNEIRO, 2006).

A esperança de vida ao nascer, do Maranhão, era de 65,3 anos em 2000, subindo para 69,8 em 2010, a segunda mais baixa da Região, inferior à média nordestina (71,2 anos) e à brasileira (73,9 anos).

Ainda segundo informações do IBGE, o número de médicos por mil habitantes, em 2000, era de 0,42, tendo subido para 0,53, em 2010. Esses indicadores são os mais baixos entre os estados nordestinos, um sinal de que as políticas públicas direcionadas à saúde ainda precisam ser aperfeiçoadas no Estado. Em termos de leitos hospitalares, a média é de 1,89 para cada mil habitantes, índice inferior ao regional (2,02) e ao nacional (2,26).

O Maranhão possui, segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2013, do IBGE, 85,7% dos domicílios com água canalizada internamente, 52,2% com rede de esgoto ou fossa séptica, e 52,3% com coleta direta de lixo; apenas o segundo indicador não é o menor percentual entre os Estados da Região.

O Maranhão tem uma universidade federal, a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) uma estadual, a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e os Institutos Federais de Educação Tecnológica (IFMA), que formam jovens do segundo grau para as carreiras técnicas que são mais requisitadas pelo mercado de trabalho. Além disso, o Estado conta com 24 instituições de ensino superior privado, 11 delas em São Luís. O aperfeiçoamento da mão de obra é realizado por instituições de ensino profissionalizante – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Maranhão (SEBRAE-MA) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).

A taxa de analfabetismo no Estado, entre os maiores de 15 anos, era de 19,5% em 2008 e aumentou para 19,8% em 2013, passando a ser o segundo maior da Região, superando o índice regional (16,9%) e o nacional (8,5%) (IPEA, 2014).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (que envolve indicadores de saúde, educação e renda) do Maranhão, era de 0,357 em 1991, saltou para 0,639 em 2010, pouco abaixo do regional, no mesmo ano (0,660) e do nacional (0,726) (melhor quanto mais próximo de 1). Esta elevação, em quase vinte anos, pressupõe melhorias no quadro social do Estado.

Em termos de distribuição de renda, o índice de Gini obteve pequeno avanço entre 1990 e 2013, pois variou de 0,563 para 0,560 (melhor quanto mais próximo de 0). A concentração de renda no Estado ainda é maior que a média regional (0,537) e a nacional (0,527), apesar dos avanços obtidos com programas governamentais de transferência de renda, incremento do salário mínimo e de formação profissional para o mercado de trabalho, Tabela 1.

Tabela 1 – Evolução do IDH e Índice de Gini - Anos selecionados - Maranhão, Nordeste e Brasil

Índices de Desenvolvimento Humano e de Gini	Maranhão	Nordeste	Brasil
IDH (1991)	0,357	0,362	0,405
IDH (2010)	0,639	0,660	0,726
Índice de Gini (1990)	0,563	0,626	0,614
Índice de Gini (2013)	0,560	0,537	0,527

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do Ipeadata. Ipea (2014).

Vale salientar que, se a distribuição de renda teve pouca melhoria, alguns indicadores sociais do Maranhão obtiveram incrementos importantes nos últimos anos, embora ainda sejam inferiores à média brasileira, reduzindo a diferença em relação aos estados mais desenvolvidos no período.

Para um dos estados mais carentes do Nordeste, alguns aspectos ainda se constituem em desafios: o IDH, apesar da evolução em vinte anos (de 0,357 para 0,639), deixou de ser o mais baixo para ser o segundo menor da Região, ainda distante da média nordestina (0,660) e da nacional (0,726), em 2010.

Um aspecto relevante diz respeito às transformações demográficas no Estado. Atualmente, o número de residentes com idade entre 15 e 64 anos, denominado de População em Idade Ativa

(PIA), totaliza 4,8 milhões, superando o número daqueles com idade inferior a 15 anos e superior a 64 anos, equivalente a 1,8 milhão, que é denominado de população em idade inativa (PINA), conforme IBGE (2010).

Quando a PIA é superior à PINA, tem-se uma situação em que a força de trabalho é relevante no conjunto da população total, ocorrendo, portanto, o chamado “bônus demográfico”. O Maranhão tem desfrutado dessa situação nos últimos anos.

Por outro lado, as taxas de crescimento populacional têm diminuído ao longo das últimas décadas, e ao mesmo tempo a população idosa aumenta a taxas maiores que o restante das outras faixas etárias. Em consequência, o bônus demográfico tende a diminuir no futuro, o que implicará reduzir a força de trabalho e exigirá um redesenho nas políticas públicas, principalmente as voltadas para formação profissional de jovens e de assistência médica e previdenciária para os mais idosos (IBGE, 2010).

Essa redução na taxa de crescimento populacional do Maranhão ocorre pela redução das taxas de fecundidade, natalidade e mortalidade, que têm apresentado uma tendência de queda regional e nacionalmente, e também pelo aumento do processo de urbanização da população; pela maior presença feminina no mercado de trabalho, pelos avanços da medicina e da melhoria da qualidade de vida da população (Tabela 2).

Em síntese, o panorama social do Maranhão progrediu no período estudado. Contudo, os diferentes indicadores analisados ainda se mostram inferiores às médias registradas no Nordeste e no Brasil. Assim, considerando esse déficit social e as rápidas mudanças na demografia estadual, o fortalecimento das políticas públicas será fundamental para que o Estado se desenvolva socialmente.

Tabela 2 – Evolução dos Índices de Fecundidade, Natalidade e Mortalidade - Anos selecionados - Maranhão, Nordeste e Brasil

Índices de Fecundidade, Natalidade e Mortalidade	Maranhão	Nordeste	Brasil
Fecundidade (1991) (1)	4,1	3,4	2,7
Fecundidade (2011)	2,2	1,9	1,8
Natalidade (1991) (2)	30,5	26,8	23,4
Natalidade (2011)	20,2	16,9	15,6
Mortalidade (1991) (3)	8,7	9,4	7,7
Mortalidade (2011)	5,1	6,1	6,3

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2012).

Notas:

(1) número médio anual de filhos por mulher;

(2) número de nascidos vivos por 1.000 habitantes, por ano;

(3) número de óbitos por 1.000 habitantes, por ano.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. **DATASUS**. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2012/matriz.htm>. Acesso em: 11 nov. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, 2013:** síntese de indicadores. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=pi&tema=pnad_2013>. Acesso em: 11 nov. 2014.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS. **Ipeadata, temas, renda.** Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>. Acesso em: 11 nov. 2014.

VIDAL, M. F.; CARNEIRO, W. M. A. **Cotonicultura nos cerrados nordestinos**: produção, mercados e estruturação da cadeia produtiva. Fortaleza, 2006. (Série Documentos do ETENE, n. 13).

3 Desempenho da economia estadual

Jacqueline Nogueira Cambota
Economista. Doutora em Economia

O texto analisa a evolução do Produto Interno Bruto (PIB) do Maranhão com o objetivo de mostrar o desempenho macroeconômico desse Estado no período compreendido entre 2002 e 2012, de acordo com a disponibilidade das Contas Regionais do IBGE. Destaca-se que esse indicador sintetiza a soma de todos os bens e serviços produzidos em uma determinada região (município, estado ou país) em um dado período de tempo. Dessa forma, quanto maior o PIB em um período, maior terá sido o nível de produção de uma economia, e sua capacidade de multiplicar a riqueza.

O PIB isoladamente não mostra como a riqueza gerada está sendo distribuída entre a população residente em um território. Para isso, pode-se utilizar o PIB *per capita*, que representa o PIB dividido pela população residente no País, nas regiões geográficas ou unidades da federação analisadas.

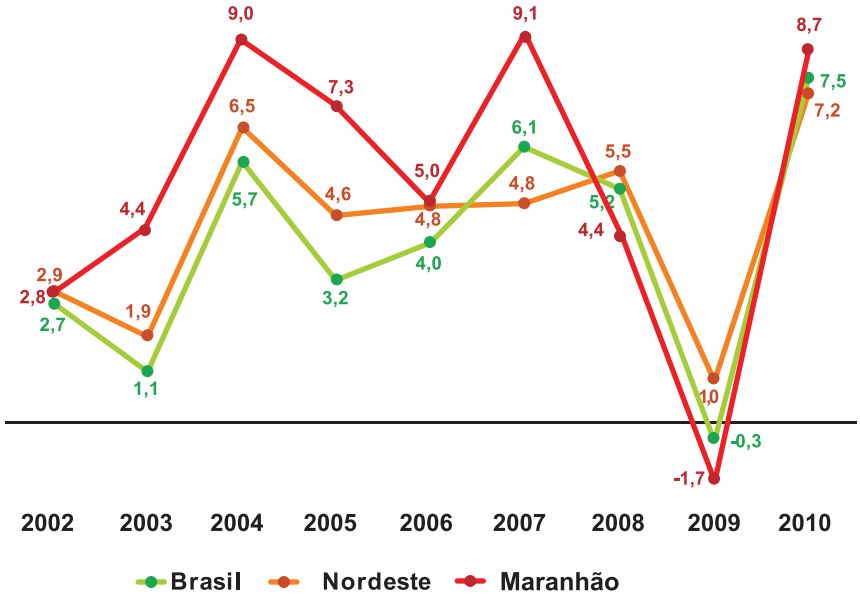
O período escolhido para análise é marcado por importantes transformações econômicas e sociais no País, que beneficiaram notadamente o Nordeste pela significativa redução na desigualdade de renda e pobreza. Também, retrata o início da crise financeira e econômica internacional que afetou não apenas as principais economias capitalistas, mas também países em desenvolvimento como o Brasil.

Desse modo, a análise compreende dois subperíodos distintos em termos de desempenho da economia brasileira. O primeiro (2002-2008) se caracteriza por uma taxa de crescimento média anual de 4,2%, enquanto que o segundo (2009-2013), possui índice de incremento de 2,1%, compreendendo o período em que a economia brasileira sentiu mais fortemente os efeitos da crise financeira e econômica internacional, que teve início em 2007 e que perdura até os dias de hoje em diversos países.

No período compreendido entre 2002-2008, a economia do Maranhão apresentou o terceiro maior crescimento do PIB dentre as unidades da federação (46,0%). O PIB do Maranhão registrou taxas de crescimento acima da média do Nordeste e do Brasil em quase todos os anos da série histórica 2002-2012.

Em 2008, contudo, o PIB do Maranhão obteve crescimento de 4,4%, abaixo da média do Nordeste (5,5%) e do Brasil (5,2%). No ano seguinte, em 2009, os efeitos da crise financeira internacional pareciam ter afetado a economia maranhense, pois esta decresceu 1,7% em relação ao ano anterior. Porém, o PIB do Estado registrou forte recuperação em 2010 (Gráfico 1).

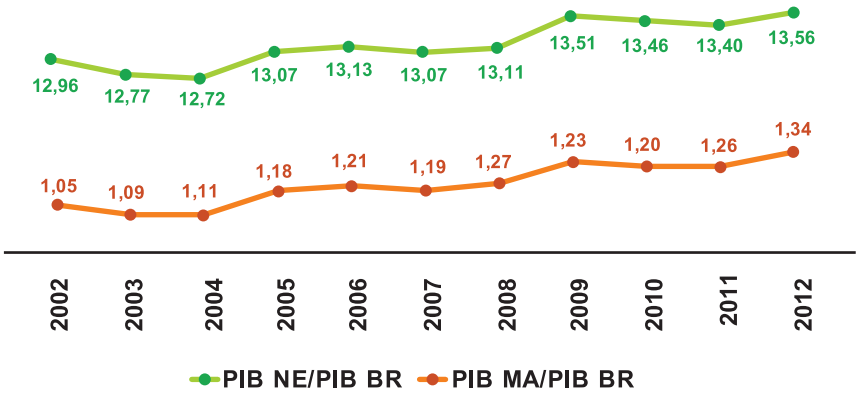
Gráfico 1 – Evolução da taxa de crescimento do PIB - Brasil, Nordeste e Maranhão - 2002 a 2010 - Em %



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2012).

No período estudado, a maioria dos Estados do Nordeste aumentou suas respectivas participações no PIB nacional. No caso específico do Maranhão, ocorreu avanço de 0,3 pontos percentuais entre 2002 e 2012. Contribuíram para esse ganho de participação as elevadas taxas de crescimento da economia maranhense no período, conforme mencionado anteriormente (Gráfico 2).

Gráfico 2 – PIB do Nordeste e PIB do Maranhão em relação ao PIB do Brasil - 2002 a 2012 - Em %



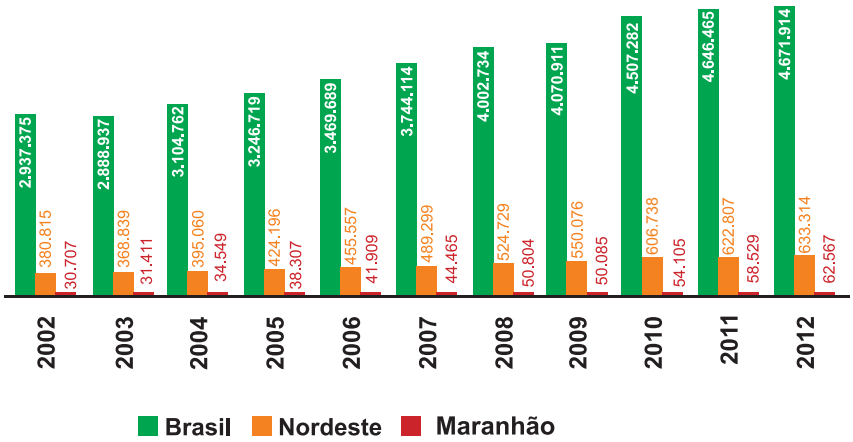
Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014a).

A soma de toda a riqueza produzida no Maranhão atingiu o montante de R$ 62,6 bilhões, em 2012, o que significou acréscimo de 103,8% em termos reais em relação ao valor registrado no início da série, isto é, R$ 30,7 bilhões em 2002 (Gráfico 3).

Referido desempenho superou os resultados obtidos no Nordeste e no Brasil, cujas economias obtiveram incremento real de 66,3% e 59,1%, respectivamente, no período analisado. Percebe-se, portanto, que a taxa de crescimento do Maranhão, acima da média regional e nacional, possibilitou a elevação da participação do PIB desse Estado em relação ao PIB do Brasil para 1,3% por três anos, isto é, em 2008, 2011 e 2012.

É importante registrar que o PIB do Maranhão se distribui de forma desigual entre os territórios do Estado. A Mesorregião Norte, que abrange a área metropolitana de São Luís, concentra 52,0% do PIB estadual. Seguem o Oeste (18,9%), o Leste (12,3%), o Centro (9,8%) e o Sul (7,0%) (Mapa 1).

Gráfico 3 – Evolução do PIB - Brasil, Nordeste e Maranhão - 2002 a 2012 - (R$ milhões)



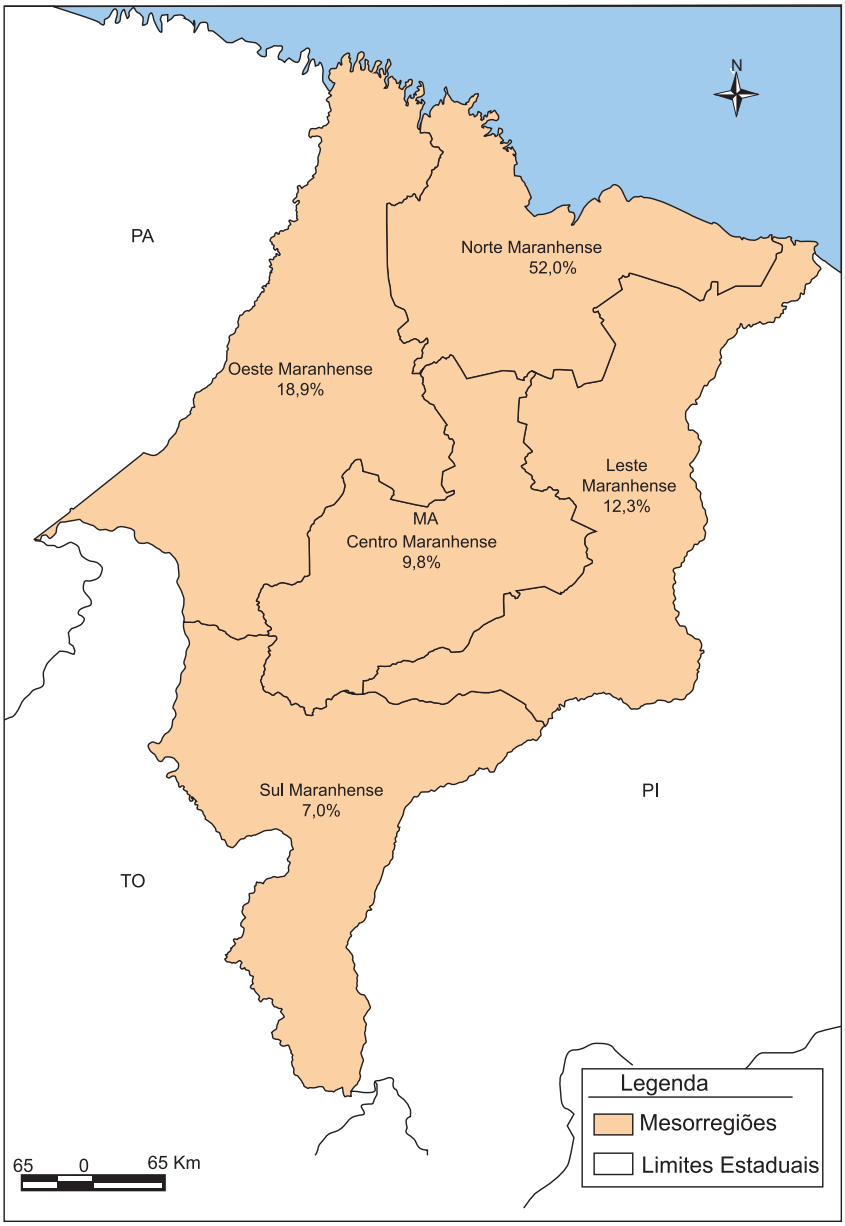
Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com base nos dados do IBGE (2014a).

Nota: valores constantes corrigidos pelo IPCA com base em 2013.

Considerando o crescimento populacional, a evolução do PIB *per capita* do Maranhão saltou de R$ 5.210 em 2002 para R$ 9.318 em 2012, significando crescimento de 78,8% em termos reais nesse período, tendo superado a expansão observada no Nordeste (53,1%) e no Brasil (44,7%) (Gráfico 4).

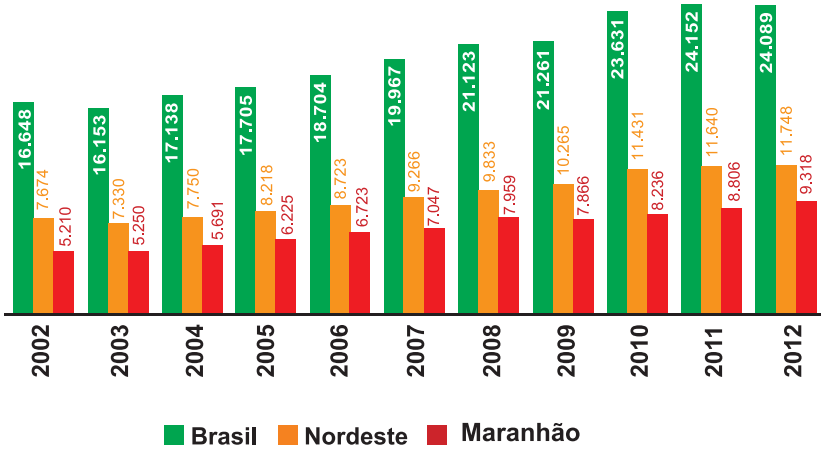
Por sua vez, a desagregação do Valor Adicionado Bruto (VAB) revela concentração das atividades econômicas do Maranhão no setor de serviços. Embora a participação desse setor tenha oscilado ao longo da serie estudada, a sua representatividade tem se mantido em um patamar superior a 60% do Valor Agregado Bruto do Estado, tendo alcançando 68,4% em 2012. A indústria e a agropecuária se revezaram no segundo posto em termos de participação no VAB estadual no decorrer de 2002 a 2012. Contudo, o somatório do valor agregado desses dois setores, isto é, agropecuária e indústria, se manteve inferior a 40% do VAB estadual em todo o período analisado (Gráfico 5).

Mapa 1 – Participação das mesorregiões no PIB do Maranhão



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com informações cartográficas do IBGE (2010b).

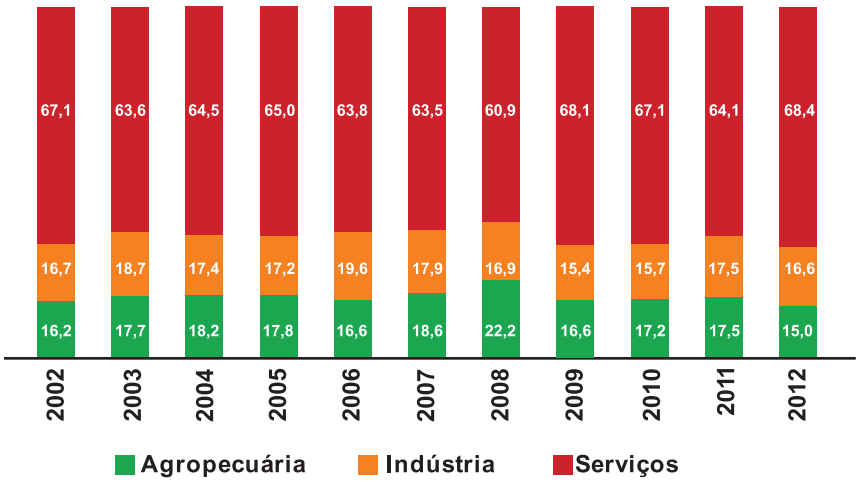
Gráfico 4 – Evolução do PIB *per capita* - Brasil, Nordeste e Maranhão - 2002 a 2012 - Em R$ - (valores constantes)



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com base nos dados do IBGE (2008, 2010a, 2012, 2013, 2014a, 2014b).

Nota: valores constantes corrigidos pelo IPCA com base em 2013.

Gráfico 5 – Participação do valor adicionado da agropecuária, indústria e serviços no VAB total - 2002 a 2012 - Em %

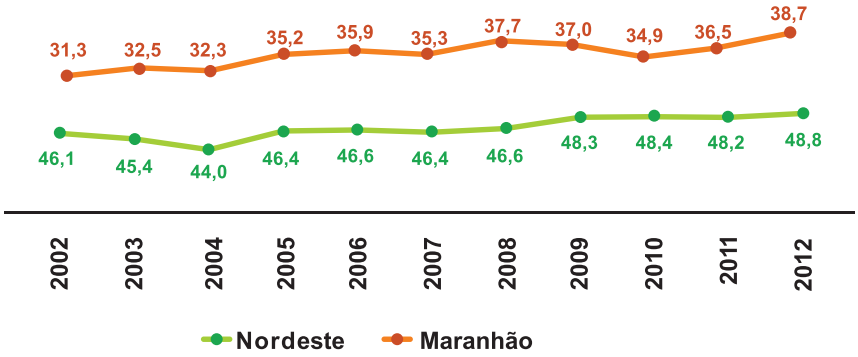


Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014a).

Para uma análise da desigualdade interregional, calculou-se a proporção entre os PIBs *per capita* do Maranhão e do Brasil, que é na verdade uma das medidas comumente utilizadas na literatura sobre desenvolvimento regional. Construiu-se também o indicador para a região Nordeste, a fim de se determinar a desigualdade do Estado em termos regionais. É importante ressaltar que quanto mais próximo de 100% menor é a diferença entre o PIB *per capita* do Estado (ou do Nordeste) em relação ao do País.

Assim, a relação PIB *per capita* do Nordeste em relação ao PIB *per capita* do Brasil aumentou de 46,1% para 48,8% no período analisado, incremento de 2,7 pontos percentuais, implicando na redução da desigualdade econômica do Nordeste em relação ao País. Por sua vez, a relação PIB *per capita* do Maranhão em comparação ao PIB *per capita* do Brasil passou de 31,3%, em 2002, para 38,7%, em 2012, o que significou um aumento de 7,4 pontos percentuais nessa medida, sinalizando queda da desigualdade do Estado em relação ao País (Gráfico 6).

Gráfico 6 – PIB *per capita* do Nordeste e do Maranhão em relação ao PIB *per capita* do Brasil - 2002 a 2012 - Em %



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com base no dados do IBGE (2008, 2010a, 2012, 2013, 2014a, 2014b).

O Maranhão também reduziu a desigualdade em relação à Região, pois a relação PIB *per capita* do Estado em relação ao PIB *per capita* do Nordeste passou de 71,6% em 2002 para 79,3% em

2012. Esse resultado implica dizer que também ocorreu redução na desigualdade econômica entre o Maranhão e o Nordeste.

Portanto, a desigualdade entre o PIB do Maranhão e do Brasil, medida pela relação PIB *per capita* (Maranhão/Brasil), obteve considerável redução entre 2002 e 2012. A manutenção da referida tendência será condicionada pelo fortalecimento das políticas regionais, de forma que o Maranhão possa ser beneficiado.

Referências

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Contas regionais do Brasil 2004-2008.** Rio de Janeiro, 2010a**.** (Contas Nacionais, n. 32). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2008/publicacao2008.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2014.

_____. **Contas regionais do Brasil 2010.** Rio de Janeiro, 2012. (Contas Nacionais, n. 38). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2010/publicacao2010.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2014.

_____. **Contas regionais do Brasil 2011.** Rio de Janeiro, 2013. (Contas Nacionais, n. 40). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/Contas_Regionais/2011/contasregionais2011.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2014.

_____. **Contas regionais do Brasil 2012.** Rio de Janeiro, 2014a. (Contas Nacionais, n. 42). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/Contas_Regionais/2011/contasregionais2011.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2014.

_____. **Estimativas da população**. Rio de Janeiro, 2014b. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2014/serie_2001_2014_tcu.shtm>. Acesso em: 11 nov. 2014.

_____. **Malha Municipal Digital.** Rio de Janeiro, 2010b.

_____. **Projeção da população do Brasil por sexo e idade:** 1980-2050. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2008/default.shtm>. Acesso em: 11 nov. 2014.

4 Agricultura

Maria de Fátima Vidal
Engenheira Agrônoma. Mestre em Economia Rural

Uma das marcantes características da agricultura maranhense tem sido a expansão da fronteira agrícola para o bioma cerrado. Atualmente, é nesse bioma que se concentra a maior produção de soja, milho e algodão do Estado. A agricultura empresarial nessa região tem contribuído para a geração de emprego, renda e divisas.

Os fatores primordiais para a instalação de grandes empresas no cerrado maranhense têm sido as favoráveis condições de clima e solo, a topografia plana e suavemente ondulada com predominância de grandes extensões que permitem a realização de todas as práticas culturais mecanizadas. Além disso, o menor preço da terra tem sido considerado como um dos determinantes para o deslocamento do eixo de produção das regiões tradicionais de São Paulo e Paraná para as novas regiões do Centro-Oeste e Nordeste.

Além do potencial dos cerrados para a produção de grãos, o Estado possui vantagens comparativas para a exploração agrícola irrigada devido à disponibilidade de solos de qualidade e considerando a oferta de recursos hídricos.

O Maranhão é detentor de bacias hidrográficas de grandes dimensões, seus rios são permanentes de forma a manter expressivo volume de água durante todo o ano. Dentre as bacias hidrográficas do Estado destacam-se a do rio Mearim, a maior bacia do Estado, a do rio Itapecuru e a do rio Parnaíba que é a segunda mais importante do Nordeste e drena 19% do Maranhão. O Estado conta ainda com substancial volume de água subterrânea.

Apesar do elevado potencial hídrico do Maranhão, a área irrigável ainda é pequena assim como é baixa a relação entre a área irrigável e a área efetivamente ocupada. O perímetro Tabuleiro de São Bernardo, por exemplo, localizado no Baixo Parnaíba, possui área irrigável de 6 mil hectares, portanto, com amplas possibilida-

des de geração de emprego e renda. Contudo, apenas pequeno percentual dessa área, em torno de 10%, foi até aqui implantado.

A principal cultura temporária do Maranhão atualmente é a soja, explorada empresarialmente no cerrado. Em 2012, a cultura contribuiu com 43,4% do total do valor da produção da lavoura temporária produzida.

Entre 2000 e 2012 as culturas tradicionais do Estado perderam participação percentual no valor da produção das lavouras temporárias cedendo espaço para as culturas exploradas no cerrado, principalmente a soja. O valor da produção do arroz passou de 32,7% do total das lavouras temporárias em 2000 para apenas 10,2% em 2012. No mesmo período, a soja passou de 21,9% para 43,4% (Tabela 2).

O elevado incremento da produtividade de culturas tais como o milho, o algodão e também a soja (Tabela 1) foi decorrente das inovações tecnológicas que tornaram produtivas grandes extensões de terras nos cerrados. Referido salto foi obtido em fun-ção dos trabalhos de pesquisa desenvolvidos principalmente pela Embrapa, que contou com aporte de recursos dos fundos tecnológicos do Banco do Nordeste, em parceria com produtores e outras instituições, que adequaram as culturas para as áreas de cerrados.

O Maranhão é um dos maiores produtores de arroz do País, e essa foi a única cultura temporária que apresentou queda no valor da produção, além do baixo preço pago ao produtor, a produção foi prejudicada pela escassez de chuvas em 2012. Também, a área de plantio foi reduzida (em -12,4%), que resultou na perda de -31,1% em produtividade (Tabela 1).

Embora pequeno percentual (cerca de 1%) do território maranhense tenha o bioma Caatinga, parte do Estado também foi atingida pela estiagem de 2012. A grande extensão territorial do Maranhão e por ser área de transição entre as regiões Amazônica (úmida) e Nordeste (semiárida) favorece grandes contrastes pluviométricos anuais, variando de quase 3.000 mm/ano na região Noroeste do Estado a 700 mm/ano nos municípios do centro (MARANHÃO, 2011).

O elevado incremento da produtividade de culturas tais como o milho, o algodão e também a soja (Tabela 1) foi decorrente das inovações tecnológicas que tornaram produtivas grandes extensões

de terras nos cerrados e de trabalhos de pesquisa desenvolvidos principalmente pela Embrapa, que contou com aporte de recursos dos fundos tecnológicos do Banco do Nordeste, em parceria com produtores e outras instituições, que adequaram as culturas para as áreas de cerrados.

Entre 2000 e 2012, o milho apresentou crescimento de produtividade de 74,5% e o algodão de 168,7%, alcançando 4,0 toneladas de algodão em caroço por hectare o que representa a maior produtividade obtida no País.

A cana-de-açúcar, embora tenha baixa participação no valor da produção, possui elevado potencial de produção, pois o Estado possui condições favoráveis de solo e disponibilidade hídrica. Entre 2000 e 2012 a cana-de-açúcar apresentou aumento de 171,4% na produção, resultado da expansão da área em 148,8% (Tabela 1). De modo geral, pode-se afirmar que inexistem condições de ampliação da área física com a cana-de-açúcar na Zona da Mata Nordestina, sendo, portanto uma das razões para se incrementar os investimentos do setor sucroenergético no Maranhão, cujo território tem representado uma nova fronteira agrícola.

Como lavoura temporária destaca-se ainda no Maranhão a cultura da mandioca, que responde por 15,7% do valor da produção do Estado (Tabela 2), tendo apresentado entre 2000 e 2012 elevado crescimento da área colhida (45,9%) (Tabela 1). Referida atividade é de grande relevância socioeconômica para a agricultura familiar do Maranhão.

A principal cultura permanente do Estado continua sendo a banana que, apesar de ter sofrido perda da área colhida em 13,3%, aumentou sua participação no valor da produção da lavoura permanente no Estado, de 57,1% em 2000 para 76,1% em 2012, resultado da retração do valor produzido da castanha de caju, laranja e manga (Tabela 2).

As culturas da laranja e da manga apresentaram, entre 2000 e 2012, redução da área, produtividade e, por conseguinte, do volume de produção, devido a problemas relacionados com o mercado. Após 2005, os preços internacionais da manga caíram em razão do excesso de oferta. O dólar sobrevalorizado e o aumento dos custos, principalmente dos insumos, agravaram a situação dos produtores. O mercado interno não conseguiu absorver a produção

nordestina, pois a safra do Sudeste entra no mercado na mesma época que a safra nordestina (FAVERO, 2011).

No período analisado, a produção de castanha de caju sofreu queda de produtividade equivalente a 24,3% (Tabela 1), estando relacionado à ocorrência da seca em 2012.

A banana e o coco foram as únicas culturas permanentes analisadas que apresentaram melhora na produtividade (Tabela 1), tendo em vista o emprego de tecnologias mais avançadas e em função da melhoria no manejo desses cultivos.

Com relação à borracha, o aumento da produção foi decorrente do crescimento da área colhida em 77,4%, visto que a produtividade caiu 15,6% no período analisado. As importações brasileiras de borracha natural têm sido crescentes nos últimos anos evidenciado-se que a produção nacional não está sendo suficiente para suprir a demanda interna. Existe forte interesse de empresas privadas em investir e adquirir a produção de borracha coagulada e látex líquido. Nesse sentido, a elaboração de programas para ampliação da produção pode ser importante para a geração de emprego e renda no Estado.

Em síntese, a soja cultivada em moldes empresariais se firmou como a principal cultura do Maranhão em termos de valor total da produção agrícola do Estado. O milho e o algodão registraram expressivo incremento de produtividade no período estudado. Culturas tradicionais como o arroz perderam importância relativa. No período analisado não houve grandes avanços no cultivo de lavouras permanentes que contribuem com pequeno percentual do valor da produção da agricultura no Maranhão apesar do Estado possuir favoráveis condições de solo e disponibilidade hídrica para este tipo de cultura.

Tabela 1 – Área colhida, produtividade e quantidade produzida das principais culturas temporárias e permanentes - Maranhão - 2000 e 2012

Culturas	Área colhida (mil ha)			Produtividade (ton/ha)			Quant. produzida (mil ton)		
	2000	2012	Var (%)	2000	2012	Var (%)	2000	2012	Var (%)
Lavoura temporária									
Soja	178,7	556,2	211,2	2,5	2,9	15,9	454,8	1.640,2	260,7
Mandioca	134,7	196,6	45,9	7,0	7,8	11,7	938,5	1.529,6	63,0
Milho	319,8	445,9	39,4	1,0	1,8	74,5	322,3	783,5	143,1
Arroz	478,8	419,3	-12,4	1,5	1,0	-31,1	727,4	439,1	-39,6
Cana-de-açúcar	19,9	49,5	148,8	55,7	0,8	9,1	1.109,8	3.011,7	171,4
Algodão (em caroço)	0,5	18,6	3.897,0	1,5	4,0	168,7	0,7	75,1	10.638,1
Lavoura permanente									
Banana	11,7	10,1	-13,3	10,1	10,6	5,4	118,2	107,7	-8,9
Borracha (látex coagulado)	1,2	2,2	77,4	1,3	1,1	-15,6	1,6	2,4	49,7
Coco-da-baía (mil frutos)	1,4	2,8	96,9	2,6	3,2	22,7	3.705,0	8.949,0	141,5
Castanha de caju	12,2	17,0	38,8	0,4	0,3	-24,3	4,7	4,9	4,9
Laranja	1,4	1,0	-26,9	6,6	6,3	-3,9	9,8	6,6	-32,4
Manga	1,3	0,6	-54,4	5,7	5,4	-4,5	5,6	3,2	-43,6

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Tabela 2 – Valor da produção das principais culturas temporárias e permanentes - Maranhão - 2000 e 2012

Culturas	Valor da produção (mil R$)			Participação (%)	
	2000	2012	Var (%)	2000	2012
Lavoura temporária	**1.355.890**	**2.813.181**	**107,5**	**100**	**100**
Soja	297.061	1.220.199	310,8	.21,9	. 43,4
Mandioca	245.890	441.068	79,4	.18,1	. 15,7
Milho	152.603	369.659	142,2	.11,3	. 13,1
Arroz	443.768	286.022	-35,5	.32,7	. 10,2
Cana-de-açúcar	113.500	239.583	111,1	. 8,4	. 8,5
Algodão (em caroço)	884	133.788	15.033,3	. 0,1	. 4,8
Lavoura permanente	**77.264**	**97.171**	**25,8**	**100**	**100**
Banana	44.083	73.933	67,7	.57,1	. 76,1
Borracha (látex coagulado)	3.628	5.400	48,9	. 4,7	. 5,6
Coco-da-baía	4.201	5.374	27,9	. 5,4	. 5,5
Castanha de caju	6.978	4.135	-40,7	. 9,0	. 4,3
Laranja	6.759	3.504	-48,2	. 8,7	. 3,6
Manga	3.549	2.306	-35,0	. 4,6	. 2,4

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Referências

FAVERO, L. A. (Coord.). **A cultura da manga no São Francisco:** limites, oportunidades e posicionamento estratégico para a cultura da manga em áreas emergentes. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Mapa de biomas e de vegetação.** Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/21052004biomashtml.shtm>. Acesso em: 13 nov. 2014.

_____. **Produção agrícola municipal.** Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/pam/default.asp?o=27&i=P>. Acesso em: 12 nov. 2014.

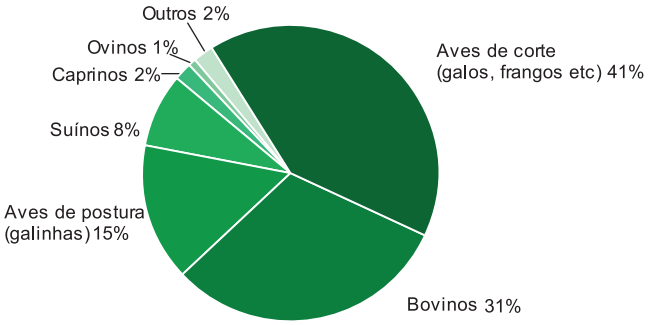
MARANHÃO. Governo do Estado. **Plano de ação para prevenção e controle do desmatamento e das queimadas no estado do Maranhão.** São Luís, 2011.

5 Pecuária

Maria Simone de Castro Pereira Brainer
Engenheira Agrônoma. Mestre em Economia Rural
Luciano J. F. Ximenes
Zootecnista. Doutor em Zootecnia

A atividade que concentrou o maior número de rebanhos no Maranhão, entre os anos de 2000 e 2012, foi a avicultura de corte, constituindo 40,9% do rebanho efetivo do Estado ou 8,11 milhões de cabeças, considerando a média desse período. A segunda atividade em termos de número de rebanhos é a bovinocultura, com 31,98% do efetivo total ou 6.146 mil cabeças, seguida pela avicultura de postura, com 14,74% do efetivo total ou 2,92 milhões de cabeças e os suínos, com participação 7,97% e média do rebanho de 1,58 milhões (Gráfico 1; Tabela 1). Os principais produtos de origem animal, em termos de valor da produção, no período de 2000 a 2012 foram o leite, representando 85,35% do valor da produção total e os ovos de galinha (13,47%).

Gráfico 1 – Proporção média dos rebanhos efetivos por espécie - 2000 a 2012



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014b).

5.1 Avicultura

A terceira atividade com maior número de rebanho é a criação de galinhas, que se constitui em importante fonte de alimento para a população de baixa renda, uma vez que os custos de produção proporcionam preços mais acessíveis em relação às outras fontes de proteínas animais. Contudo, obteve variação negativa de -26,01% no período de 2000 a 2012 (Gráfico 1; Tabela 1), em virtude da melhoria de renda da população, que passou a consumir carnes mais nobres, como a carne bovina de primeira.

Estudo do Banco do Nordeste/ETENE realizado em 2008 (OLIVEIRA et al., 2008) indicou que o mercado de frangos e ovos era suprido tanto pela produção local como pela oriunda de outros estados. A Associação dos Avicultores do Maranhão (Avima) congrega os produtores locais, em que a principal empresa é a Frango Americano do Maranhão, com alojamento mensal de aproximadamente 903.000 pintos de corte, trabalhando em regime de integração. Entre outros avicultores expressivos, destacavam-se Pedro Brandão e Arlindo Oliveira, na produção de frangos de corte em regime independente. Vários outros pequenos produtores no interior, sem registro na Avima, dedicam-se à produção de frangos e à postura comercial. Recentemente, a Granja Agromá foi desativada. De modo geral, as empresas têm seu próprio corpo técnico para condução dos empreendimentos.

A Distribuidora Maranhense de Frangos e Frios Ltda. atuava no ramo de comércio atacadista de frios, carnes, frutas e verduras. Embora não esteja localizada no Maranhão, a Asa Norte Alimentos, sediada em Tocantinópolis, no Estado de Tocantins, desempenhava, à época, papel importante na avicultura maranhense, dada a proximidade das suas instalações com a região de Imperatriz. A empresa teve suas atividades iniciadas em 2000, com o objetivo de produzir e abater frangos de corte. Produzindo em regime de integração, atende ao mercado do Tocantins e dos estados vizinhos. Dispõe de infraestrutura produtiva própria, abrangendo: a) fábrica de ração com capacidade instalada de 8 mil t/mês; b) frigorífico com capacidade inicial de abate para 50 mil frangos/dia e de 150 mil aves/dia na estabilização; c) incubatório com capacidade instalada de 1,8 mil pintos/mês. Atualmente, grande parte das aves produzidas no Tocantins é comercializada viva no Maranhão. Por

sua dimensão, o frigorífico a ser instalado tem plena capacidade de absorver um possível excedente de produção do Maranhão.

5.2 Bovinocultura

A criação de bovinos foi a atividade que mais cresceu, 82,99%, no mesmo período de 2000 a 2012 e é considerada de maior importância econômica (Tabela 1). Apresentou expansão também a criação de ovinos (51,27%), bubalinos (42,29%), caprinos (11,04%) e equinos (4,53%), mas ainda continuam com pequena representatividade no Estado, em relação aos efetivos de animais. Os demais rebanhos apresentaram decréscimo, a exemplo dos plantéis de aves de corte e de postura, -12,22% e -26,01%, nesta ordem (Tabela 1).

A bovinocultura de corte e leiteira é encontrada em todas as regiões do Estado, sendo praticada pela população rural, tanto de grandes produtores com rebanhos especializados para produção de leite e para produção de carne; como de médios produtores com exploração mista (produção de leite e carne); como também de pequenos produtores, onde é criada de forma extensiva, principalmente em capoeiras. Conforme estudo realizado BNB/ETENE (SANTOS et al., 2012), o rebanho bovino era constituído de 82,3% por animais destinados ao corte, 10,4% para a produção de leite e 7,3% de animais de trabalho.

5.2.1 Bovinocultura leiteira

O rebanho bovino leiteiro é menos expressivo e concentrado nas pequenas propriedades rurais (agricultura familiar). A principal bacia leiteira do Maranhão fica localizada em Açailândia, Amarante e Imperatriz. Por ser criado, em grande parte, extensivamente, possui produtividade relativamente baixa, sendo 1,2 vezes menor que a do Nordeste e 2,1 vezes menor que a do Brasil (Tabela 2). No Oeste e Centro Maranhense a atividade é desenvolvida de maneira mais especializada, sendo por isso as regiões com maiores produções, com respectivas participações relativas de 45,82% e 22,45% do efetivo bovino do Estado e onde houve maior crescimento no período de 2000 a 2012, respectivamente 119,54% e 78,59% (Tabela 3).

5.2.2 Bovinocultura de corte

O rebanho bovino de corte é predominante no oeste maranhense. Esta mesorregião, formada por 51 municípios, abriga mais de 45% (3,5 milhões de cabeças) de todo o plantel bovino do Maranhão. Destaca-se Açailândia com 417 mil bovinos (5,48% do total) (IBGE, 2014b). É nesta mesma área, em transição com a Amazônia, que se concentra o rebanho de corte, em função das melhores condições de ambiente, como elevados índices de precipitação e de solo, que permitem a pecuária extensiva a pasto, de mais baixo custo.

Estudo realizado pelo BNB/ETENE (EVANGELISTA et al., 2010),confirma o Maranhão com maior percentual de municípios vocacionados (Grupo 1) à pecuária de corte, ou seja, aqueles cujos indicadores apontam para a maior especialização na atividade foi o Maranhão. Em números absolutos, destacaram-se, nesse grupo, Bahia, Maranhão, Pernambuco e Sergipe, nessa ordem. Se considerarmos a soma dos municípios integrantes dos Grupos 1 e 2, ou seja, aqueles grupos cuja pontuação média no ranking elaborado situou-se acima da média regional, os destaques, em termos percentuais, ficam com a Bahia (65,3% do total de municípios do Estado), o Maranhão (57,9% do total do Estado) e o Piauí (57,9% do total do Estado) o que confirma a “preferência” da bovinocultura de corte por Unidades Federativas com grandes extensões territoriais de pastagens nativas e menor presença relativa do semiárido.

A pecuária extensiva tem baixo rendimento, tanto econômico como zootécnico, além de, em muitos casos não haver o cuidado com o meio ambiente. Em sistemas mais intensivos, com o uso de suplementação nutricional e pastagens melhoradas, o Maranhão tem desafios importantes, a considerar que é tradicional produtor de grãos. Esta condição deveria permitir a suplementação de mais baixo custo (milho e farelo de soja), viabilizando sistemas de terminação em confinamento também.

Na pesquisa feita pelos técnicos do BNB/ETENE, constatou-se ser raro a implementação de recria com duração de até 24 meses. Também, é pequena a incidência de criadores no Estado que adotam o semiconfinamento ou o confinamento de novilhos com a

adoção de suplemento proteico. O confinamento apresenta maiores custos de produção comparativamente ao realizado em outras regiões brasileiras, em face dos menores preços dos concentrados proteicos naquelas. O cerrado maranhense é produtor de algodão, milho e soja, sendo expressiva a produção processada no Maranhão que é destinada à alimentação do rebanho. Paralelamente, apurou-se na pesquisa que o Maranhão destaca-se como um dos principais supridores de torta de soja e de milho em grão para o Nordeste, viabilizando as engordas confinadas de bovino. Possivelmente, o principal motivo do número inexpressivo de engorda confinada de bovino no Estado seja a inexistência de bonificações estabelecidas pelos frigoríficos (SANTOS et al., 2012).

Ainda de acordo com a pesquisa do BNB/ETENE, considerando os Estados produtores de fronteira Tocantins e Pará, é importante destacar que a importação de carne destes também afeta negativamente o preço pago ao produtor maranhense. Portanto, equilibrar a produção com escala e qualidade, bem como estruturação de sistemas de produção econômicos (lucrativos e rentáveis) é fundamental para melhoria da competitividade da pecuária maranhense.

Dentre os bovinos abatidos no período de julho de 2013 a junho de 2014, mais de 50% foi proveniente de frigoríficos e matadouros com serviço de inspeção federal (IBGE, 2014a). Durante a pesquisa de Santos et al. (2012), havia, no Maranhão, apenas uma planta frigorífica com SIF voltada para exportação de carne.

5.3 Apicultura

Até 2009, a produção de mel do Maranhão representava menos de 5% da produção nordestina, motivo pelo qual apresentou percentual pouco significativo em relação aos outros produtos de origem animal. Durante o período de 2000 a 2012 a atividade cresceu 736,24%, passando de 132 toneladas de mel para 1.108 toneladas, e alcançando, em 2012, a significativa participação de 14,39% em relação ao Nordeste.

Em 2010, a produção de mel foi impulsionada, dentre outros fatores, pela emigração de apicultores do Piauí, por causa da seca. A partir daí, a produção, que se concentrava em poucos municípios,

como Santa Luzia do Paruá e Maranhãozinho, espalhou-se por diferentes locais e se expandiu, demonstrando o potencial da apicultura no Maranhão, e considerando o maior reconhecimento e engajamento dos produtores na atividade (KHAN et al., 2012). Ações dos Governos Federal e Estadual, com parceria de associações de apicultores, beneficiaram produtores com a melhoria do manejo das colmeias (equipamentos de proteção e de manejo), novas colmeias e novos equipamentos. A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), tem atuado junto aos produtores na modernização da produção. Em 2013 e 2014, os apicultores receberam cerca de 6 mil colmeias (investimento de 2,35 milhões de reais, como parte do Plano de Inclusão Produtiva do Plano Brasil sem Miséria). Os recursos da Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) do Ministério da Integração Nacional e do Programa de Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária (CODEVASF, 2013; 2014).

5.4 Outras

O quarto principal rebanho do Estado é formado pelos suínos (Gráfico 1), que são criados tanto em escala comercial como no âmbito na agricultura familiar, sendo estes últimos possuidores das maior quantidade do rebanho em sistema de subsistência (soltos, semiconfinados ou confinados com suplementação à base de milho, restolhos de lavouras e da alimentação humana). Apesar da pequena representatividade estadual, o Maranhão é o quarto maior produtor nacional. Os principais rebanhos se encontram no Norte Maranhense, onde os animais são criados nos campos alagados da Baixada Maranhense.

Os rebanhos de ovinos e caprinos (Gráfico 1) têm pouca expressividade e são manejados no âmbito da agricultura familiar, autoconsumo e venda do excedente.

A criação de búfalos também tem pouca representatividade entre os rebanhos do Estado (Gráfico 1), mas é considerada uma atividade promissora comercialmente, vez que sua carne é considerada magra, saudável e saborosa – tendo em vista que os machos são abatidos jovens. Além disso, existe o potencial de se expandir a produção de queijo, considerando-se que o queijo de búfalo representa menos de 1% do mercado brasileiro. Um dos entraves para o

crescimento da bubalinocultura está na organização da cadeia produtiva tanto da carne quanto do leite (AF NEWS AGRÍCOLA, 2014).

5.5 Considerações finais

O Maranhão possui condições climáticas e grande potencial para a produção de bovinos (corte e leite). A produção de leite ainda é pequena, predominantemente familiar, de baixos custos e rendimentos. No entanto, as características edafoclimáticas do Centro -Oeste do Estado, associadas à recente mudança do perfil sanitário (livre de febre aftosa com vacinação) são fatores importantes para crescimento dos segmentos de corte, leite e de pele da bovinocultura maranhense. Ações conjuntas entre os Governos Federal, Estadual e Municipal, produtores, a iniciativa privada (frigoríficos, laticínios, curtumes) podem, sobremaneira, alavancar a economia estadual investindo permanentemente em vigilância sanitária, assistência técnica (manejos sanitário, nutricional e reprodutivo), na educação profissional (gestão da produção e organização dos produtores), entre outros aspectos dentro e fora da porteira. Estas ações, para que sejam permanentes, deveriam fazer parte de um programa de promoção da pecuária que, por meio de força de Lei Estadual, índices de produtividade e econômicos do sistema de produção, bem como de meios de consecução de melhores indicadores sociais possam ser conhecidos, acompanhados e aperfeiçoados. A bubalinocultura também apresenta considerável potencial e para que seu avanço econômico seja dinâmico, urge, também a sugestão anterior de intervenção do Estado.

A produção de mel despontou a partir de 2010 e está avançando e crescendo, mostrando seu grande potencial e aceitação pelos produtores do Estado.

Com relação à avicultura industrial, tanto de postura como de corte, o Maranhão apresenta condições favoráveis para aumento da produção, como de clima, mercado (demanda insatisfeita) e oferta dos principais insumos da ração: soja e milho, produzida nos cerrados do Maranhão (soja) e Piauí (milho).

Tabela 1 – Principais rebanhos existentes no Maranhão - 2000 a 2012

Tipo de rebanho	Mil cabeças		Variação (%)	Média (mil cabeças)	Proporção média %
	2000	2012			
Galos, frangas, frangos e pintos	8.545	7.501	-12,22	8.110	40,88
Bovino	4.094	7.491	82,99	6.146	30,98
Galinhas	3.126	2.313	-26,01	2.924	14,74
Suíno	1.865	1.321	-29,17	1.581	7,97
Caprino	332	369	11,04	373	1,88
Ovino	154	234	51,27	211	1,06
Equino	166	174	4,53	173	0,87
Asinino	146	100	-31,38	123	0,62
Muar	101	99	-2,46	101	0,51
Bubalino	57	81	42,29	75	0,38
Codornas	32	15	-54,10	22	0,11

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014b).

Tabela 2 – Quantidade de vacas ordenhadas, quantidade de leite e produtividade das vacas - 2000 a 2012

Ano	2000	2012
Vacas ordenhadas (cabeças)		
Brasil	17.885.019	22.803.519
Nordeste	3.413.365	4.493.504
Maranhão	303.616	611.991
Leite (mil litros)		
Brasil	19.767.206	32.304.421
Nordeste	2.159.230	3.501.316
Maranhão	149.976	381.637
Produtividade Brasil	1.105	1.417
Produtividade Nordeste	633	779
Produtividade Maranhão	494	624

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014b).

Tabela 3 – Efetivo bovino, crescimento e média - Participação relativa das mesorregiões - 2000 a 2012

Estado e mesorregiões	Efetivo bovino		Crescimento	Média no período	Participação relativa	
	2000	2012	2000 - 2012	2000 - 2012	2000	2012
Maranhão	4.093.563	7.490.942	82,99	6.146.423	100,00	100,00
Norte Maranhense	482.029	662.546	37,45	575.417	11,78	8,84
Oeste Maranhense	1.563.280	3.431.982	119,54	2.789.245	38,19	45,82
Centro Maranhense	941.526	1.681.434	78,59	1.349.067	23,00	22,45
Leste Maranhense	550.305	790.671	43,68	664.258	13,44	10,56
Sul Maranhense	556.423	924.309	66,12	768.436	13,59	12,34

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014b).

Tabela 4 – Evolução do valor dos produtos de origem animal - 2000 a 2012

Produção de origem animal	Valor da produção (mil reais)		Média 2000 a 2012	Proporção média
	2000	2012		
Leite (mil litros)	67.874	383.655	200.410	85,35
Ovos de galinha (mil dúzias)	20.312	32.966	31.627	13,47
Mel de abelha (quilogramas)	364	5.853	2.490	1,06
Ovos de codorna (mil dúzias)	120	173	274	0,12

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014b).

Referências

AF NEWS AGRÍCOLA. **Criação de búfalos pode ser mais vantajosa que a de outros bovinos:** desenvolvimento da atividade só não é maior devido aos entraves na cadeia produtiva. Curitiba, 2014. Disponível em: <http://www.afnews.com.br/carnes/criacao-de-bufalos-pode-ser-mais-vantajosa-que-a-de-outros-bovinos.html>. Acesso em: 18 nov. 2014.

EMBRAPA GADO DE LEITE. **Importância Econômica,** Juiz de Fora, 2014. Disponível em: <http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Leite/LeiteMeioNorte/importancia.html>. Acesso em: 12 nov. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa trimestral do abate de animais.** Rio de Janeiro, 2014a. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 nov. 2014.

_____. **Produção pecuária municipal.** Rio de Janeiro, 2014b. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 nov. 2014.

KHAN, A. S. et al. **Perfil da apicultura no Nordeste brasileiro**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2012. (Série Documentos do ETENE, n. 33).

SANTOS, J. A. N. et al. **A agroindústria da carne bovina no Nordeste**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2012. 450 p. (Série Documentos do ETENE, n. 31).

6 Indústria

Francisco Diniz Bezerra
Engenheiro Civil. Mestre em Engenharia de Produção

A indústria constitui um elemento-chave para o crescimento econômico sustentado e o desenvolvimento. Isto decorre do fato da atividade industrial possuir forte encadeamento intersetorial, deter elevada capacidade de agregação de valor aos produtos, apresentar potencial para o crescimento da produtividade e ser fonte de inovação e difusão de novas tecnologias para o ambiente empresarial e a economia.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as atividades industriais compreendem as seções B a F da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0), mostradas no Quadro 1. Cada seção, por sua vez, é desagregada em divisões, grupos e classes. O presente texto abrange as indústrias extrativas (seção B), as indústrias de transformação (seção C), os Serviços Industriais de Utilidade Pública (Siup), que constituem as seções D (eletricidade e gás) e E (água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação), e a indústria da construção (seção F).

Quadro 1 – CNAE 2.0: seções representativas da atividade industrial

Seção	Divisões	Descrição CNAE
B	05 .. 09	Indústrias extrativas
C	10 .. 33	Indústrias de transformação
D	35 .. 35	Eletricidade e gás
E	36 .. 39	Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação
F	41 .. 43	Construção

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2007).

A análise será empreendida tendo por base principalmente o Valor Adicionado Bruto (VAB)[1], divulgado nas Contas Regionais do IBGE, e os dados de emprego formal, oriundos da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego. O IBGE publica o VAB por Estado apenas ao nível de seção. Visando à análise mais desagregada, recorreu-se à utilização da Matriz de Insumo-Produto (MIP) do Banco do Nordeste, que disponibiliza para os estados do Nordeste o VAB ao nível de divisão e grupo da CNAE 2.0. No caso dos dados de emprego do MTE, é possível obter desagregação por município até o nível de classe.

De um modo geral, os segmentos industriais existentes no Nordeste e, de modo particular, no Maranhão, exploram atividades econômicas tradicionais e possuem baixo conteúdo tecnológico. São atividades que normalmente não requerem elevado nível de qualificação da mão de obra empregada como também não demandam investimentos expressivos em inovação tecnológica.

Este capítulo disponibiliza informações sobre a atividade industrial no Maranhão, sendo formado por esta introdução e por cinco subtópicos que tratam do perfil da indústria e, de forma mais específica, das indústrias extrativas, das indústrias de transformação, da indústria da construção e dos serviços industriais de utilidade pública, além de outro subtópico destinado às considerações finais.

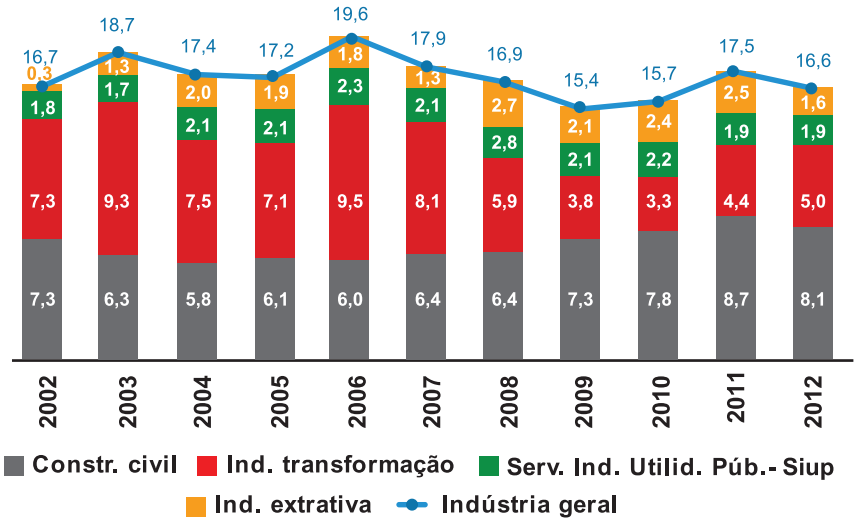
6.1 Perfil da indústria do Maranhão

A participação da indústria na economia maranhense, correspondente a 16,6% em 2012, é relativamente pequena quando comparada ao mesmo indicador para o Brasil, que foi de 26,0% nesse mesmo ano. No período compreendido entre 2002 e 2012, a participação da indústria no Valor Adicionado Bruto (VAB) das atividades econômicas do Maranhão oscilou entre 15,4% (em 2009) e 19,6% (em 2006), não se configurando nenhuma tendência de alta ou baixa consistente (Gráfico 1). No ano de 2012, a indústria maranhense adicionou à economia do Estado, a preços de dezembro de 2013, o montante de R$ 9,13 bilhões, destacando-se principalmente o segmento da indústria da construção, que contribuiu com R$ 4,44 bi-

[1] Valor Adicionado Bruto corresponde à diferença entre o valor bruto da produção e o consumo intermediário (IBGE, 2014).

lhões, cifra correspondente a 8,1% do VAB total das atividades econômicas. O setor industrial maranhense é formado, em sua maior parte, pelas atividades da indústria da construção e da indústria de transformação, tendo por base o Valor Adicionado Bruto. Consoante o que se observa para a maioria dos estados brasileiros, as indústrias extrativas são pouco representativas na composição estrutural da indústria do Maranhão, no entanto, são importantes fornecedoras de insumos para diversas outras atividades industriais, particularmente para a construção civil. O subsetor dos Serviços Industriais de Utilidade Pública (Siup) é também relativamente pouco expressivo no Estado, comparativamente à indústria da construção e à indústria de transformação.

Gráfico 1 – Participação da indústria no VAB das atividades econômicas do Estado - Em %

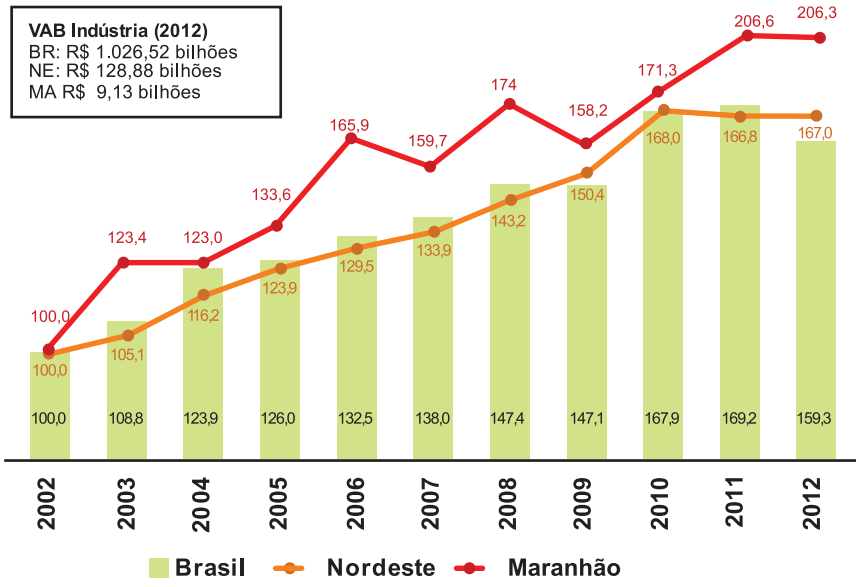


Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014)

Embora não tenha sido de forma contínua, a indústria do Maranhão cresceu 106,3% entre 2002 e 2012. Nesse mesmo período, a indústria nordestina aumentou 67,0% e a brasileira 59,3%, considerando o Valor Adicionado Bruto. O desempenho da indústria maranhense foi, portanto, superior ao da indústria da Região e do País, no referido período (Gráfico 2).

Em relação ao Nordeste, a participação do Maranhão no VAB da indústria da Região se mostrou volátil entre 2002 e 2012, oscilando entre 6,2% e 8,1%. Esse indicador correspondeu a 8,0% em 2012, ano em que o total do VAB da indústria do Estado foi de R$ 9,13 bilhões, conforme já informado, e o da indústria nordestina somou R$ 128,88 bilhões.

Gráfico 2 – Indústria: evolução do VAB - Brasil, Nordeste e Maranhão - 2002 a 2012 - (Número-índice: 2002 = 100)



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Nota: preços utilizados nos cálculos corrigidos para dez./2013 pelo IPCA.

Concernente ao emprego, a atividade industrial no Maranhão é concentrada em São Luís. De fato, segundo a Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (BRASIL, 2013b), existiam no Estado, ao final de 2013, 4.210 estabelecimentos com pelo menos 1 vínculo ativo e 108.308 empregos formais na indústria maranhense, dos quais 40,0% dos estabelecimentos e 53,3% dos vínculos empregatícios encontravam-se na Capital (Figura 1). O município de Imperatriz possui a segunda maior concentração industrial do Estado, tanto em número de estabelecimentos (12,0%) como em número de empregos formais (10,5%).

Figura 1 – Perfil da indústria do Maranhão - VAB (2012) - Estabelecimentos e empregos formais (2013)

Indústria geral				
Valor Adicionado Bruto (VAB)	R$ milhões		9.128,83	100%
	Part. Ind. NE		7,1%	-
Estabelecimentos	Total:			100%
	São Luís	0 %	Imperatriz	1 %
Em e os	Total:		108.308	100%
	São Luís	53,3%	Imperatriz	10,5%

Subsetores da indústria	Extrativa	Transformação	Siup	Construção civil
VAB (R$ milhões):	908,49 (10%)	2.726,12 (29,9%)	1.058,00 (11,6%)	4.436,23 (48,6%)
Estabelecimentos:	77 (1,8%)	2.011 (47,8,%)	187 4,4%)	1.935 0%
Empregos:	2.454 (2,3%)	40.129 (37,1,%)	5.811 (5,4%)	59.914 (55,3%)

Principais segmentos (nível de divisão CNAE) da Indústria de transformação	Em VAB				Em número de empregos		
	Metalurgia	Fabricação de produtos alimentícios	Fabricação de produtos de minerais não-metálicos		Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	Fabricação de produtos alimentícios	Metalurgia
R$ milhões	1.1072,0	274,87	237,5	Qde postos	9.580	5.581	4.101
% Ind. transf.	39,3%	10,1%	8,7%	% Ind. transf.	23,9%	13,9%	10,2%

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de IBGE (2014), Brasil (2013b) e BNB (2014).

Notas:

(1) VAB: dados de 2012, a preços de dez./2013; Empregos e estabelecimentos: dados de 2013;

(2) dados percentuais dos subsetores são relativos à Indústria geral;

(3) dados percentuais das divisões são relativos ao total da indústria de transformação.

Analisando-se a indústria por porte, observa-se que as Micro e Pequenas Empresas, com até 99 empregados, representam 94,9% do número de estabelecimentos, enquanto as unidades industriais de médio e grande portes, com 100 ou mais empregados, corres-

pondem a apenas 5,1% do total. Apesar disto, os empreendimentos de médio porte (100 a 499 empregados) concentram 34,7% da mão de obra formal, enquanto as microempresas ocupam aproximadamente 15% da força de trabalho regularizada (Tabela 1).

Cabe mencionar a política de incentivos fiscais do Maranhão para atração de investimentos industriais, consubstanciada na Lei nº 9.121, de 04 de março de 2010, que criou o PROMARANHÃO. Por meio desse programa, o Estado concede crédito presumido de 75% do valor do ICMS devido, dentre outros benefícios.

A indústria do Maranhão está diversificando seu portfólio. Diversos segmentos da indústria, alguns dos quais até recentemente inexistentes no Estado, iniciaram suas operações nos últimos anos ou estão em fase de implantação ou projetados. De acordo com o Governo do Estado do Maranhão (SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, 2012), estão previstos investimentos expressivos no Estado por grupos privados nacionais e estrangeiros em diversas áreas da economia, como gás natural, geração de energia (hidrelétrica, térmica, biomassa e eólica), papel e celulose, cana-de-açúcar e álcool, produção de cimento, aciaria, entre outros. A Figura 2 sintetiza os principais investimentos relativos à indústria que estão em curso ou previstos no Estado.

Nos tópicos seguintes serão realizados comentários sobre os subsetores da indústria do Maranhão, com destaque para as atividades mais relevantes no que se refere à contribuição do valor adicionado e na disponibilização de empregos.

Tabela 1 – Número de estabelecimentos e de vínculos empregatícios nos subsetores industriais segundo o porte - 2013

Estab/Vínc.	Porte estab.	Setores de atividades				Total	Part. (%)
		Indústrias extrativas	Indústrias de transformação	Siup	Construção		
Número de estabelecimentos	De 1 a 19	58	1.669	142	1.450	3.319	78,8
	De 20 a 99	17	283	36	342	678	16,1
	De 100 a 499	1	47	6	131	185	4,4
	500 ou mais	1	12	3	12	28	0,7
	Total	77	2.011	187	1.935	4.210	100,0
	Part. (%)	1,8	47,8	4,4	46,0	100,0	-
Número de vínculos	De 1 a 19	316	8.294	831	7.114	16.555	15,3
	De 20 a 99	739	11.485	1.924	15.679	29.827	27,5
	De 100 a 499	495	10.190	976	25.967	37.628	34,7
	500 ou mais	904	10.160	2.080	11.154	24.298	22,4
	Total	2.454	40.129	5.811	59.914	108.308	100,0
	Part. (%)	**2,3**	**37,1**	**5,4**	**55,3**	**100,0**	**-**

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2013b).

Figura 2 – Principais Empreendimentos Industriais Em Implantação Ou Projetados No Maranhão

Papel e Celulose

- Fábrica de Celulose da Suzano – Investimentos da ordem de R$ 4 bilhões para implantação de nova unidade que terá capacidade para produzir 1,5 milhão de toneladas de celulose de eucalipto por ano.

Indústria Petroquímica

- Refinaria Premium I – Trata-se da maior refinaria do País, com capacidade de processar até 600 mil barris/dia de petróleo. O investimento para a sua implantação constava no plano de negócios anterior da Petrobrás, com valor estimado em US$ 19,8 bilhões, no entanto foi cancelada, não sendo sinalizada nova previsão até o momento (abril/2015).

NOVOS EMPREENDIMENTOS INDUSTRIAIS NO MARANHÃO

Siderurgia

- Laminação – Implantação da Siderúrgica Integrada Gusa Nordeste, no Distrito Industrial de Pequiá, na cidade de Açailândia. Investimentos no valor de R$ 305 milhões.
- A ampliação da refinaria da Alumar - Consórcio de Alumínio do Maranhão e novas unidades industriais do setor siderúrgico somam investimentos de mais de R$ 16 bilhões.

Energia Renovável

- Complexo de produção de pellets de biomassa - Projeto da Suzano Energia Renovável que está implantando unidades de produção para 2 milhões t/ano de pellets de madeira para energia, no município de Chapadinha, destinada à exportação. Os pellets são partículas de madeira moída e prensa-da, com alto poder de geração de energia a partir da sua queima.
- Projeto eólico de 1.400 MW da Bioenergy Geradora de Energia, orçado em R$ 6 bilhões, no litoral maranhense, compreendendo os municípios de Tutóia e Paulino Neves.
- No setor de cana-de-açúcar e etanol, as empresas Itapecuru Bioenergia e Maity Bioenergia investem mais de R$ 600 milhões no aumento da produção.

Prospecção de Petróleo e Exploração de Gás Natural

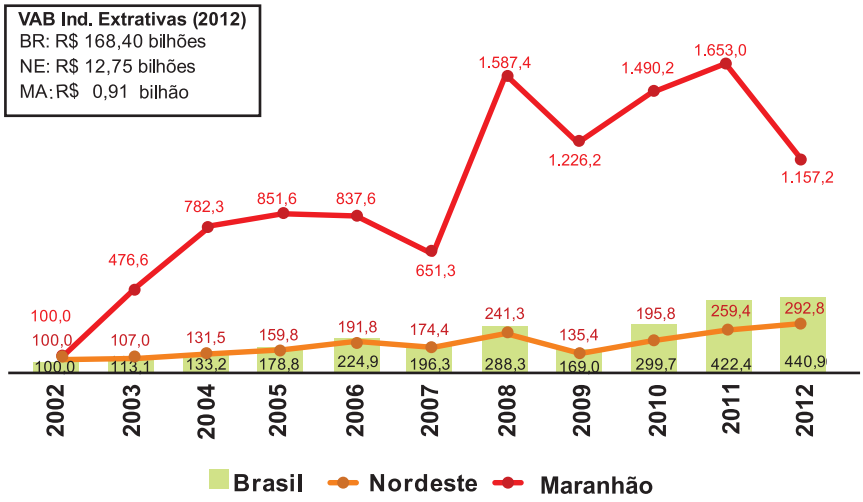
- A descoberta da bacia petrolífera do Parnaíba atraiu investimentos da ordem de R$ 700 milhões na prospecção de petróleo e mais R$ 450 milhões na exploração de gás natural no Maranhão, possibili-tando implantar no Estado empreendimentos mínero-industriais. O volume estimado de gás natural na bacia do Parnaíba supera 300 bilhões de metros cúbicos, que poderão ser usados para a geração de energia elétrica, fertilizantes e produtos da cadeia petroquímica do gás natural.
- Na bacia terrestre de Barreirinhas, formada pelos campos de Oeste Canoas e Espigão, os investimen-tos estimados para a produção de gás natural é da ordem de R$ 25 milhões.
- A Petrobras investe em busca de petróleo e gás natural na bacia marítima de Barreirinhas, com investimentos estimados em cerca de R$ 50 milhões.
- A OGX Maranhão também tem campanha exploratória na Bacia do Pará-Maranhão, no litoral maranhense. Dos cinco blocos que possui na bacia, já foi comprovada a existência de petróleo em três.
- A construção gasoduto Meio Norte, de responsabilidade da distribuidora Gasmar – Companhia Maranhense de Gás, obra com investimento estimado em US$ 493,2 milhões, permitirá o abastecimento da capital e servirá como âncora para viabilizar a atração de novos empreendimentos no Estado.

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Maranhão (2012).

6.2 Indústrias extrativas

Em termos de Valor Adicionado Bruto, as indústrias extrativas do Maranhão cresceram mais de 1.000% entre 2002 a 2012, evoluindo de R$ 79 milhões para R$ 908 milhões. Esse excelente desempenho correspondeu à taxa média de 27,7% a.a. no período. Cabe destacar que no ano precedente (2011), as indústrias extrativas adicionaram R$ 1,30 bilhão à economia maranhense, ou seja, 43% acima do verificado em 2012. O desempenho da indústria extrativa do Maranhão foi significativamente superior ao de suas congêneres regional e nacional, que cresceram 192,8% e 340,9%, respectivamente, entre 2002 e 2012. No entanto, as indústrias extrativas no Estado apresentaram maior volatilidade no período, comparativamente ao comportamento da atividade no Nordeste e no Brasil (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Indústrias extrativas: evolução do VAB - Brasil, Nordeste e Maranhão - 2002 a 2012 - (Número-índice: 2002 = 100)



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Nota: preços utilizados nos cálculos corrigidos para dez./2013 pelo IPCA.

No final de 2013, a indústria extrativa do Maranhão reunia 77 empreendimentos e 2.454 empregos formais. Dentre os segmentos da indústria extrativa, sobressai-se a extração de minerais não-

-metálicos, com 61 dos estabelecimentos (79% do total) e 999 dos empregos formais (41% do total). No subsetor das indústrias extrativas, a indústria de extração de minerais metálicos é também expressiva quanto ao número de empregos, porquanto disponibiliza 916 postos formais de trabalho, 37,3% do total (Tabela 2). A atividade de extração de minerais não-metálicos é mais expressiva no município de Bacabeira (260 empregos), seguido de São Luís (180 empregos), enquanto a de extração de minerais metálicos possui maior número de empregos formais no município de Godofredo Viana, contando com 904 postos no final de 2013.

De acordo com o Anuário Mineral Brasileiro, elaborado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM, 2010), o valor da produção mineral comercializada no Maranhão, em 2009[2], correspondeu a R$ 205,2 milhões, destacando-se as seguintes atividades: rochas britadas e cascalhos (R$ 102,3 milhões), areia (R$ 63,8 milhões) e água mineral (R$ 24,6 milhões) – dados em valores correntes. Com base nessas informações, depreende-se que as duas principais atividades minerais do Maranhão estão relacionadas com o suprimento de insumos para a construção civil. No que concerne à comercialização de minerais metálicos, cabe registrar a produção de 28 kg de ouro (secundário) em 2009, que gerou vendas no valor de R$ 1,4 milhão, de acordo com o DNPM.

Ainda segundo do DNPM (2010), o Maranhão apresenta potencialidades para produção de bauxita, ouro, gipsita e carvão mineral, além de outros bens minerais, cujas reservas comprovadas são expressivas, abrindo perspectivas para futuros investimentos na atividade de mineração no Estado.

[2] Dados mais recentes indisponíveis.

Tabela 2 – Número de estabelecimentos e vínculos empregatíciosde segmentos da indústria extrativa mineral - Principais municípios - 2013

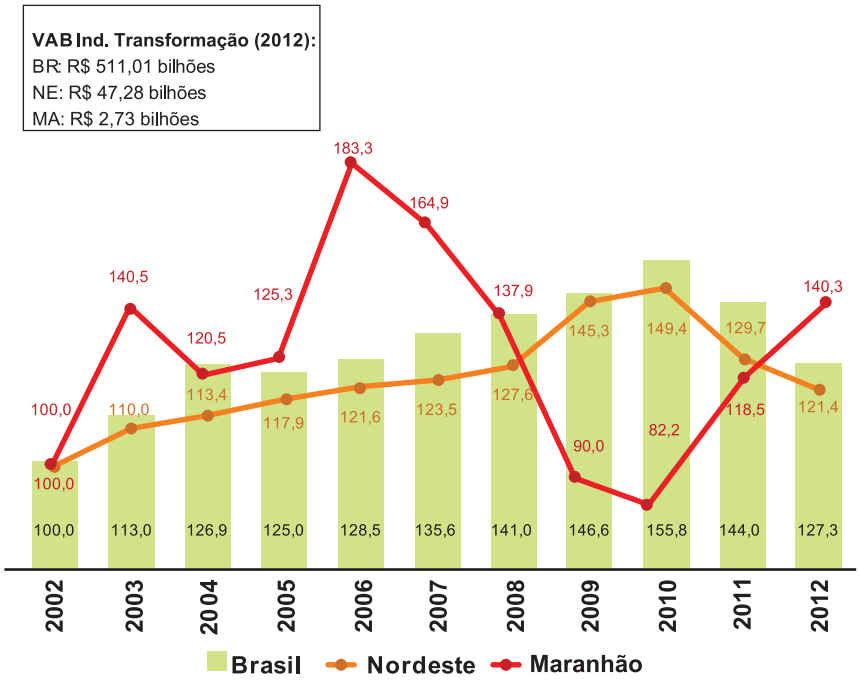
Município	Número de estabelecimentos				Número de vínculos				
	Extração de minerais não-metálicos	Extração de minerais metálicos	Outros segmentos	Total	Extração de minerais não-metálicos	Extração de minerais metálicos	Outros segmentos	Total	Part. Total vínculos (%)
Godofredo Viana	0	1	0	1	0	904	0	904	36,8
São Luís	11	2	5	18	180	4	525	709	28,9
Bacabeira	5	0	0	5	260	0	0	260	10,6
Codó	3	0	0	3	106	0	0	106	4,3
Balsas	6	0	0	6	89	0	0	89	3,6
Grajaú	7	0	0	7	84	0	0	84	3,4
Porto Franco	3	0	0	3	65	0	0	65	2,6
Imperatriz	3	0	0	3	56	0	0	56	2,3
Riachão	1	0	0	1	29	0	0	29	1,2
Bacabal	1	0	0	1	26	0	0	26	1,1
Outros	21	4	4	29	104	8	14	126	5,1
Total	**61**	**7**	**9**	**77**	**999**	**916**	**539**	**2.454**	**100,0**
Part. Total (%)	**79,2**	**9,1**	**11,7**	**100,0**	**40,7**	**37,3**	**22,0**	**100,0**	

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2013b).

6.3 Indústrias de transformação

As indústrias de transformação, embora tenham tido desempenho inferior ao dos demais segmentos industriais analisados, obtiveram crescimento real de 40,3% entre 2002 e 2012, aumentando o valor adicionado de R$ 1,9 bilhão para R$ 2,7 bilhões, a preços constantes de dezembro de 2013. Cabe registrar a forte queda na atividade de transformação industrial maranhense entre 2006 e 2010, seguida de forte recuperação a partir desse ano até 2012. No subsetor das indústrias de transformação, o desempenho do Estado superou o do Brasil (27,3%) e o do Nordeste (21,4%) entre 2002 e 2012, demonstrando maior dinamismo no período (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Indústrias de transformação: evolução do VAB - Brasil, Nordeste e Maranhão - 2002 a 2012 - (Número-índice: 2002 = 100)



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Nota: preços utilizados nos cálculos corrigidos para dez./2013 pelo IPCA.

Utilizando-se dados da Matriz de Insumo-Produto (BNB, 2014), que disponibiliza o Valor Adicionado Bruto de forma mais desagre-

gada (ao nível de divisão e de grupo da CNAE 2.0) para os estados nordestinos, comparativamente às Contas Regionais do IBGE, constata-se que o segmento de metalurgia participa com 39,3% do VAB da indústria de transformação do Maranhão. Os segmentos de fabricação de produtos alimentícios (10,1%) e de fabricação de produtos de minerais não-metálicos (8,7%) constituem a segunda e a terceira atividades mais importantes na participação do VAB da indústria de transformação do Estado. Essas três atividades são responsáveis, em conjunto, por cerca de 60% do Valor Adicionado Bruto da indústria de transformação do Maranhão (ver Figura 1).

No que se refere aos empregos disponibilizados, constata-se que, dos 40.129 vínculos empregatícios existentes na indústria de transformação ao final de 2013, os três pricipais segmentos, sob a ótica setorial, são: fabricação de produtos de minerais não-metálicos (23,9%), fabricação de produtos alimentícios (13,9%), e metalurgia (10,2%). Em conjunto, esses três segmentos são responsáveis por quase a metade dos empregos formais da indústria de transformação no Maranhão (Tabela 3). Do ponto de vista geográfico, São Luís detém cerca de 30% dos vínculos empregatícios da indústria de transformação do Estado, indicando moderada concentração de empregos na Capital nesse subsetor. Em seguida, aparece o município de Imperatriz, com 4.923 ou 12,3% dos empregos da indústria de transformação do Estado.

No segmento de metalurgia, destacam-se, em função do número de postos formais de trabalho, a metalurgia dos metais não-ferrosos, com 2.036 empregos, e a atividade de produção de ferro-gusa e de ferroligas, com 1.661 postos formais de trabalho. No segmento de fabricação de produtos alimentícios, sobressaem-se, em termos do número de empregos formais, as atividades de abate e fabricação de produtos de carne (1.491 empregos) e moagem, fabricação de produtos amiláceos e de alimentos para animais (1.118 empregos). Ressalta-se que as indústrias enquadradas no grupo de fabricação de outros produtos alimentícios concentram 1.773 empregos formais, em dados de dezembro de 2013. Também merecem destaque a fabricação de produtos cerâmicos (5.824 postos) e a fabricação de artefatos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes (2.417 postos), ambas pertencente ao segmento de fabricação de produtos de minerais não-metálicos.

Tabela3 – Municípios e atividades da indústria de transformação de maior expressão em número de empregos formais - 2013

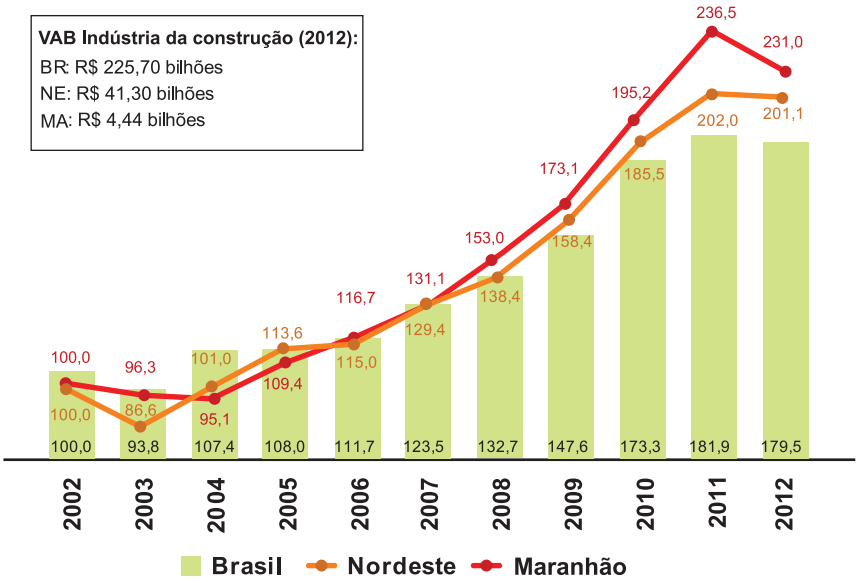
Município	Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	Fabricação de produtos alimentícios	Metalurgia	Fabricação de bebidas	Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	Outras atividades	Total (qde)	Total (%)
São Luis	1.687	1.531	2.139	2.039	148	667	4.156	12.367	30,8
Imperatriz	1.135	1.023	34	318	46	818	1.549	4.923	12,3
Acailândia	137	126	1.643	0	0	133	1.014	3.053	7,6
São Raimundo das Mangabeiras	31	0	V 0	0	1.860	0	1	1.892	4,7
Timon	859	640	14	0	0	7	290	1.810	4,5
Codó	614	3	0	0	0	6	733	1.356	3,4
Caxias	247	123	0	410	0	61	334	1.175	2,9
Itapecuru Mirim	977	148	0	0	0	5	34	1.164	2,9
São José de Ribamar	166	185	0	162	0	21	418	952	2,4
Aldeias Altas	0	1	0	0	865	0	0	866	2,2
Outros Municípios	3.727	1.801	271	274	192	204	4.102	10.571	26,3
Total (qde)	**9.580**	**5.581**	**4.101**	**3.203**	**3.111**	**1.922**	**12.631**	**40.129**	**100,0**
Total (%)	**23,9**	**13,9**	**10,2**	**8,0**	**7,8**	**4,8**	**31,5**	**100,0**	**-**

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2013b).

6.4 Indústria da construção

A partir de 2002, a indústria da construção do Maranhão obteve desempenho superior ao de suas congêneres do Brasil e do Nordeste. De fato, enquanto no País essa atividade cresceu 79,5% e na região 101,1% no período compreendido entre 2002 e 2012, no Estado a indústria da construção avançou 131,0%, atingindo R$ 4,4 bilhões no último ano da série (Gráfico 5).

Gráfico 5 – Indústria da construção: evolução do VAB - Brasil, Nordeste e Maranhão - 2002 a 2012 - (Número-índice: 2002 = 100)



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Nota: preços utilizados nos cálculos corrigidos para dez./2013 pelo IPCA.

Dos 59.914 empregos formais existentes na indústria da construção no Maranhão ao final de 2013, conforme mostrado na Figura 1, a construção de edifícios (32.776 empregos) concentrava 54,5%, principalmente na capital.

Em todo o País e no Maranhão, em particular, o ritmo de crescimento da indústria da construção pode ser explicado em função da criação de programas federais de incentivo à aquisição de mo-

radias, a exemplo do Programa Minha Casa, Minha Vida, e pela implementação de obras de infraestrutura, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e de outras ações governamentais. Também contribuíram para o crescimento da atividade o aquecimento do mercado imobiliário na capital maranhense e os investimentos realizados pela iniciativa privada, como a construção e expansão de *shopping centers*, motivada pela expansão do comércio varejista local e pelo aumento do poder de compra da população.

Considerando as carências na área de infraestrutura e o déficit habitacional do Maranhão de 27,3% (o maior do País), correspondente a cerca de 450 mil moradias em 2010, de acordo com o Ministério das Cidades (BRASIL, 2013a), conclui-se que há possibilidades para a expansão da indústria da construção no Estado.

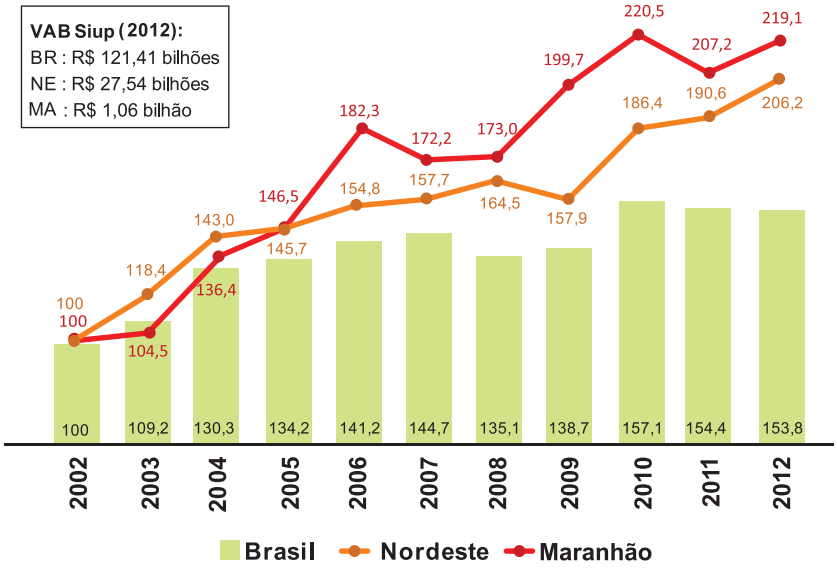
6.5 Serviços Industriais de Utilidade Pública

Os Serviços Industriais de Utilidade Pública (Siup) são constituídos pela produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana.

Ante à carência histórica no Maranhão da disponibilidade de serviços básicos de infraestrutura domiciliar (energia elétrica e saneamento básico – água, esgoto e limpeza urbana), assim como no Nordeste em geral, é importante a realização de investimentos no Estado em patamar superior à média da Região e do País. Desta forma, poder-se-á diminuir, ao longo do tempo, as disparidades existentes entre o Maranhão e as Unidades da Federação melhor aquinhoadas no que concerne à oferta de serviços básicos de infraestrutura domiciliar.

Constatou-se que entre 2002 e 2012 o Valor Adicionado Bruto dos Siup no Maranhão elevou-se em aproximadamente 120%, enquanto duplicou no Nordeste (101,1%) e aumentou cerca de 80% no Brasil (Gráfico 6). Espera-se que este ritmo de crescimento se mantenha no futuro face as ainda elevadas carências de Serviços Industriais de Utilidade Pública no Estado do Maranhão.

Gráfico 6 – Siup: evolução do VAB - Brasil, Nordeste e Maranhão - 2002 a 2012 - (Número-índice: 2002 = 100)



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Nota: preços utilizados nos cálculos corrigidos para dez./2013 pelo IPCA.

6.6 Considerações finais

A indústria maranhense representou 16,6% do Valor Adicionado Bruto (VAB) estadual em 2012, ano em que alcançou o montante de R$ 9,13 bilhões, a preços de dezembro de 2013. A título de comparação, esse indicador correspondeu, para o ano de 2012, a 26,0% no Brasil e a 23,5% no Nordeste.

O Maranhão contribui com 7,1% do Valor Adicionado Bruto da indústria geral do Nordeste, tendo a participação do Estado nesse indicador apresentado tendência crescente entre 2002 e 2012, embora alternando períodos de baixa e de alta.

A indústria maranhense é concentrada em São Luís. Na Capital estão 40% dos estabelecimentos e um pouco mais da metade dos empregos industriais. Embora de menor expressão, Imperatriz sedia o segundo maior polo industrial do Estado, com 12,0% dos estabelecimentos e cerca de 10% dos empregos industriais formais.

Do ponto de vista setorial, a indústria do Maranhão apresentou desempenho superior ao de suas congêneres brasileira e nordestina, tendo crescido 106,3% entre 2002 e 2012. As indústrias extrativas, a Construção e os Siup também apresentaram desempenho mais favorável no Estado em comparação com aqueles registrados no País e na Região. A indústria de transformação estadual, embora tenha registrado desempenho superior em comparação com a regional e a nacional em 2012, esteve aquém em anos precedentes. Com base no VAB, os segmentos de metalurgia, de fabricação de produtos alimentícios e de fabricação de produtos minerais não-metálicos representam as três principais atividades da indústria de transformação do Maranhão, somando, em conjunto, cerca de 60% do VAB desse subsetor.

Espera-se para o futuro a manutenção do desempenho favorável da indústria maranhense ante a brasileira e a nordestina, face ainda haver no Estado grande déficit habitacional e elevadas carências de serviços básicos de infraestrutura domiciliar. Estas, aliadas às ações de atração de investimentos e de outras que visem à melhoria do bem-estar da população maranhense, constituem oportunidades importantes para a expansão das atividades industriais no Estado.

Referências

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Sistema inter-regional de insumo-produto do Nordeste.** Fortaleza, 2014.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Déficit habitacional municipal no Brasil 2010.** Belo Horizonte, 2013a. Disponível em: <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/deficit-habitacional/216-deficit-habitacional-municipal-no-brasil-2010/file>. Acesso em: 28 nov. 2014.

_____. Ministério do Trabalho em Emprego. **Relatório Anual de Informações Sociais – RAIS**. Brasília, DF, 2013b. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/inicial.php>. Acesso em: 12 nov. 2014.

DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO MINERAL. **Anuário Mineral Brasileiro 2010.** Brasília, DF, 2010.

Disponível em: <http://www.dnpm.gov.br/conteudo.asp?IDSecao=68&IDPagina=2005>. Acesso em: 12 nov. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estrutura da CNAE 2.0.** Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.cnae.ibge.gov.br/estrutura.asp?TabelaBusca=CNAE_200@CNAE%202.0>. Acesso em: 12 nov. 2014.

_____. Tabela 3 - Valor Adicionado Bruto a preços básicos por atividade econômica das Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2002-2012**.** In: **Contas regionais do Brasil 2012.** Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2012/default_xls_2002_2012.shtm>. Acesso em: 25 nov. 2014.

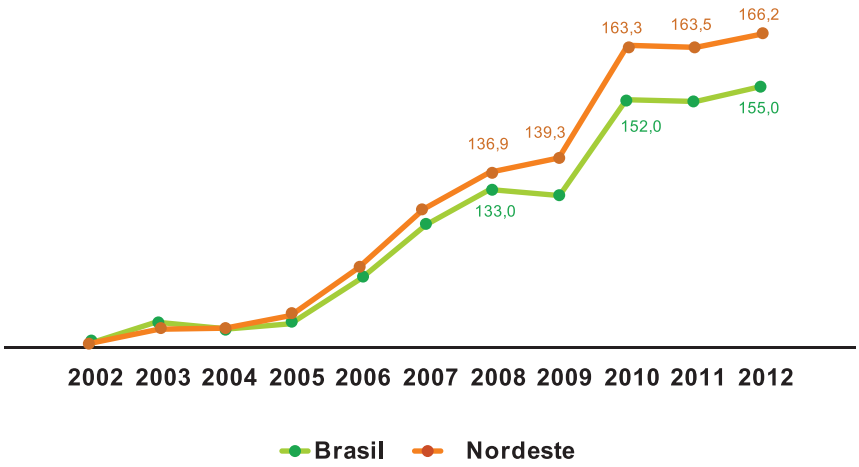
MARANHÃO. Secretaria de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. **O Maranhão e a nova década oportunidades e desafios.** São Luís, 2012. 107p. Disponível em: <http://investimentos.mdic.gov.br/public/arquivo/arq1338559333.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2014.

7 Comércio e serviços

Wellington Santos Damasceno
Economista. Mestre em Economia

O setor de comércio e serviços é expressivo no Nordeste, tendo registrado forte expansão nos últimos anos. O Valor Adicionado Bruto (VAB) desse segmento na Região obteve uma evolução superior à média nacional entre 2002 a 2012, conforme os dados disponíveis mais recentes. Enquanto no Brasil o crescimento em termos reais foi de 55,0%, no Nordeste a expansão alcançou 66,2% no período analisado (Gráfico 1).

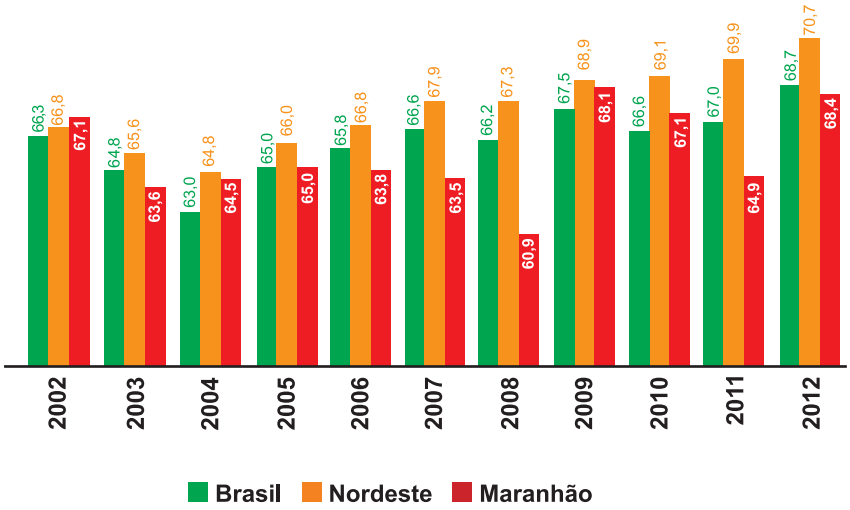
Gráfico 1 – Evolução do VAB - Comércio e serviços - (Base 100 = ano 2002)



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Especificamente no Maranhão, o valor adicionado para comércio e serviços correspondia a 67,1% do VAB da economia do Estado em 2002. Essa relação elevou-se para 68,4% em 2012, à semelhança do que ocorre no País, onde a participação dos serviços no VAB total foi de 68,7% no mesmo ano. A importância dos serviços na economia do Nordeste ainda é mais destacada (Gráfico 2).

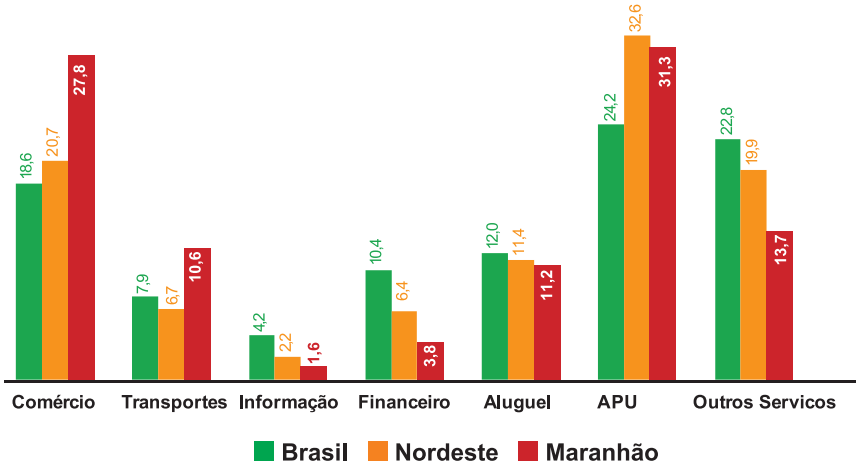
Gráfico 2 – Participação do VAB - Comércio e serviços na economia - Brasil, Nordeste e Maranhão -Em %



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados das Contas Regionais do IBGE (2014).

A Administração Pública (APU) é expressiva no Maranhão, tendo representado 31,3% do total do setor de comércio e serviços em 2012. No Nordeste, a participação foi de 32,6% nesse mesmo ano. Para o Brasil essa relação foi menor, ou seja, 24,2% (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Distribuição do VAB - Comércio e serviços por atividade em 2012 - Brasil, Nordeste e Maranhão - Em %



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados das Contas Regionais do IBGE (2014).

Nota: transportes referem-se a transportes, armazenagem e correios; informação compreende serviços de informação e comunicação; financeiro trata-se de intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados; aluguel representa atividades imobiliárias e aluguéis; e APU significa administração, saúde e educação pública e seguridade social.

Conforme dados do IBGE, o Maranhão possui aproximadamente 12,49% da população do Nordeste. O Estado, conforme dados mais recentes das contas regionais, participa com 10,05% do VAB do Nordeste. Apesar da recente expansão, o VAB comércio e serviços maranhense representa 9,73% do VAB desse segmento no Nordeste (Quadro 1).

Quadro 1 – Indicadores selecionados em 2012

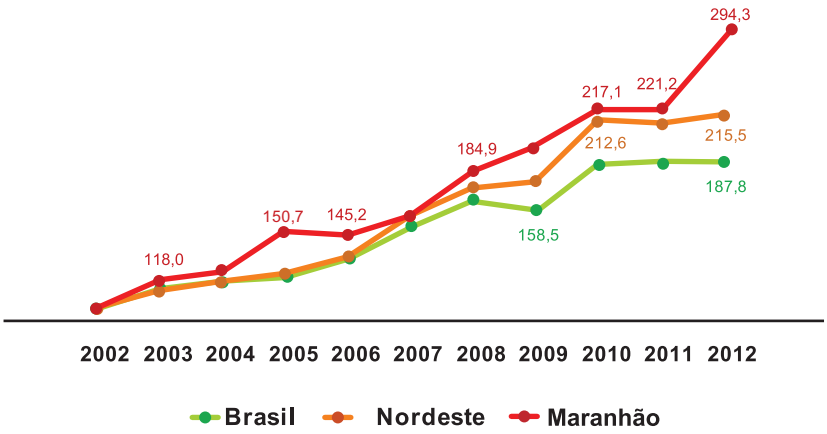
Participação (%) da população do Maranhão no Nordeste	12,49
Participação (%) do VAB do Maranhão no VAB do Nordeste	10,05
Participação (%) do VAB de comércio e serviços do Maranhão no VAB do Nordeste	9,73

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

7.1 Comércio

O VAB do comércio do Maranhão obteve crescimento superior à média nordestina e brasileira de 2002 a 2012. O valor adicionado cresceu 194,3% no Maranhão, enquanto que no Nordeste o incremento foi de 115,5%. No Brasil, a evolução foi de 87,8% no mesmo período (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Evolução do VAB - Comércio - (Base 100 = ano 2002)

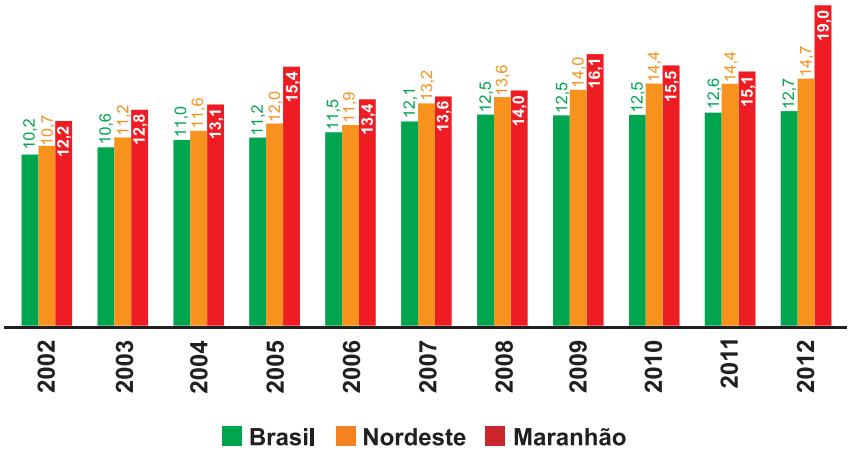


Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

A participação do comércio no Valor Adicionado Bruto do Nordeste cresceu de 10,7% em 2002 para 14,7% em 2012. No Maranhão essa atividade é ainda mais representativa e cresceu de 12,2% em 2002 para 19,0% em 2012. No Brasil essa participação foi de 12,7% em 2012 (Gráfico 5).

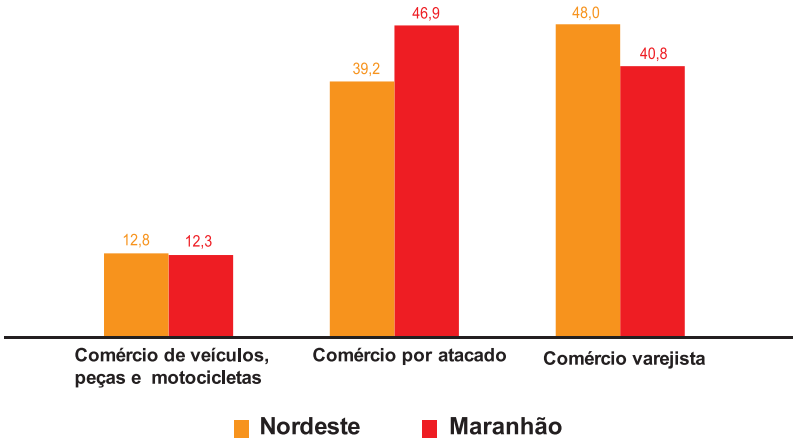
O comércio varejista tem destacada importância no Nordeste e no Maranhão. Porém, o comércio atacadista superou o varejista no que se refere à geração de receita bruta no Maranhão em 2012 (Gráfico 6)

Gráfico 5 – Participação do VAB - Comércio - Brasil, Nordeste e Maranhão - Em %



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Gráfico 6 – Distribuição da receita bruta de revenda e comissões do Nordeste e Maranhão por atividade em 2012 - Em %

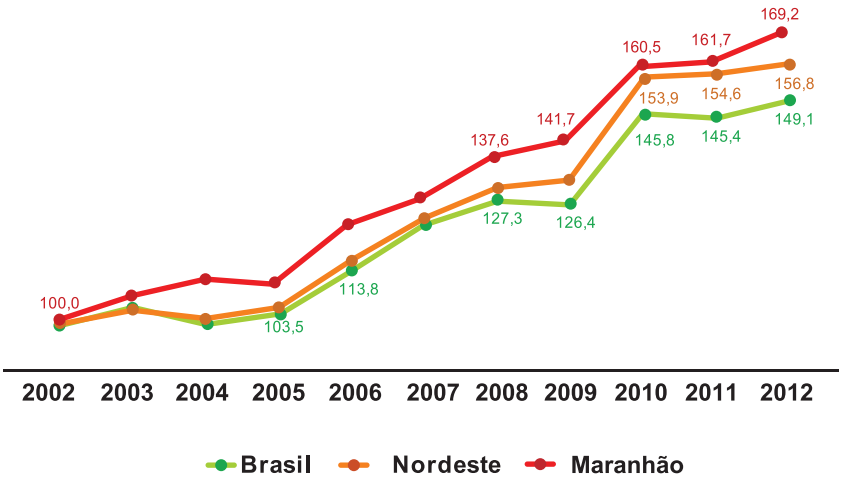


Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2012).

7.2 Serviços

O valor adicionado pelos serviços à economia maranhense, exclusive comércio, também obteve crescimento superior em comparação com o desempenho do Nordeste e do Brasil no período de 2002 a 2012. Em termos reais, o valor adicionado cresceu 69,2,% no Maranhão, enquanto que no Nordeste e Brasil, os aumentos foram de 56,8% e 49,1%, respectivamente (Gráfico 7).

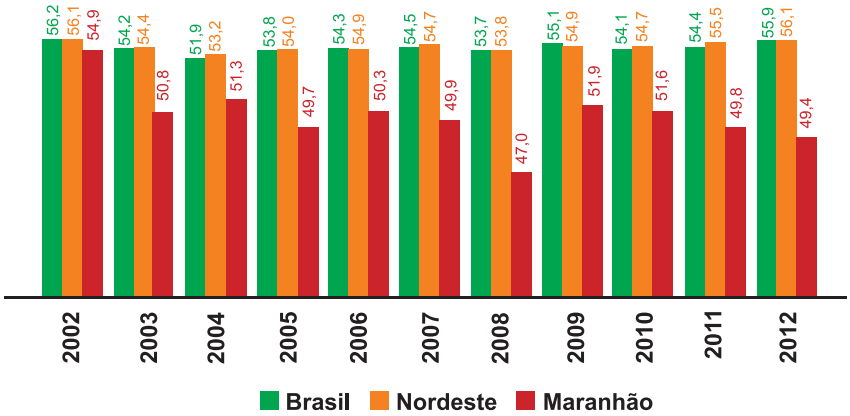
Gráfico 7 – Evolução do VAB - Serviços exclusive comércio - (Base 100 = ano 2002)



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados IBGE (2014).

A participação dos serviços, exclusive comércio, no VAB maranhense decresceu de 54,9% em 2002 para 49,4% em 2012, enquanto que no Nordeste o quadro não se alterou no mesmo período. No Brasil, os serviços, exclusive comércio, tiveram uma pequena redução de 56,2% para 55,9% nos anos analisados (Gráfico 8).

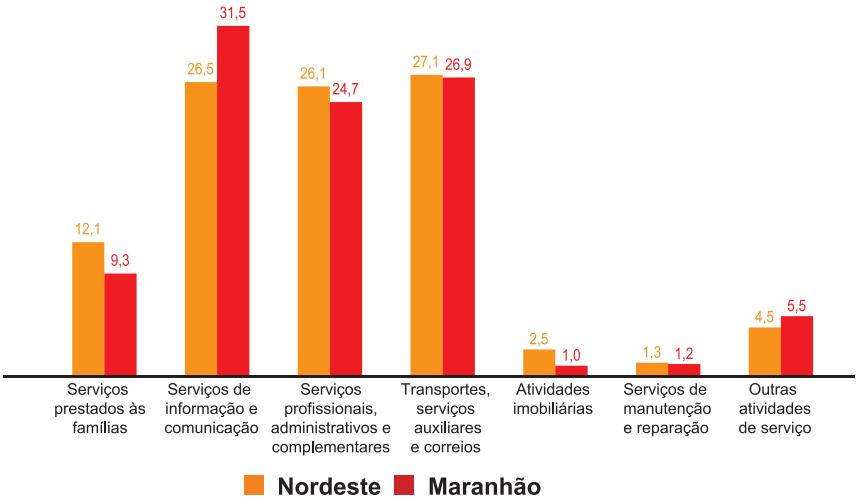
Gráfico 8 – Participação dos serviços no VAB - Brasil, Nordeste e Maranhão - Exclusive comércio - Em %



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Em termos de receitas, os serviços de informação e comunicação são expressivos tanto no Nordeste quanto no Maranhão, seguidos pelos serviços profissionais e administrativos além dos serviços de transporte (Gráfico 9).

Gráfico 9 – Distribuição da receita bruta de prestação de serviços não financeiros do Nordeste e Maranhão por atividade em 2011 - Em %



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2011).

7.3 Considerações finais

A título de considerações finais, o setor de comércio e serviços registrou crescimento no Maranhão nos últimos anos, tendo alcançado 68,4% do Valor Agregado Bruto estadual em 2012. As atividades da administração pública ainda são representativas, pois responderam por quase 32% do VAB comércio e serviços do Estado em 2011. Em termos gerais, tanto comércio e serviços cresceram no Maranhão acima das médias regional e nacional de 2002 a 2012. O comércio cresceu 194,3% e o restante dos serviços cresceu 69,2%.

A participação do comércio cresceu de 12,2% para 19,0% no VAB do Estado de 2002 a 2012, com destaque para o atacadista que representou 46,9% de todos os segmentos comerciais

As demais atividades de serviços, exceto comércio, perderam importância relativa no Estado, tendo ficado com participação inferior às médias regional e nacional. O VAB serviços, exceto comércio, representou 49,4% do VAB estadual em 2012, enquanto que no Nordeste e no Brasil as participações foram de 56,1% e 55,9%, respectivamente.

Referências

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Economia: sistema de contas nacionais. In: **Contas regionais do Brasil.** Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home>. Acesso em: 13 nov. 2014.

_____. **Pesquisa anual de serviços**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home>. Acesso em: 11 nov. 2014.

_____. **Pesquisa anual do comércio.** Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: < http://www.ibge.gov.br/home>. Acesso em 11 nov. 2014.

8 Fluxos do comércio interestadual

Francisco Raimundo Evangelista
Engenheiro Agrônomo. Doutor em Economia da Indústria e da Tecnologia
Antônio Ricardo Norões Vidal
Economista. Mestre em Administração de Empresas
Airton Saboya Valente Junior
Economista. Mestre em Desenvolvimento Econômico
Paulo André Almeida Lopes
Graduando em Economia. Bolsista de Nível Superior

O presente capítulo foi elaborado a partir de dados gerados pela Matriz de Insumo-Produto do Nordeste e Estados. Referida matriz constitui-se em uma ferramenta utilizada em análises econômicas, pois mostra como os setores estão relacionados entre si, ou seja, quais segmentos suprem os outros de serviços e produtos e quais atividades compram das demais. Assim, a Matriz de Insumo-Produto apresenta uma perspectiva sobre o funcionamento da economia, revelando inclusive a interdependência entre as diversas atividades que compõem o sistema econômico de um determinado território.

A MIP, construída pelo Banco do Nordeste em parceria com a Universidade de São Paulo, utiliza dados das contas regionais e nacionais de 2009, que por sua vez são elaboradas e divulgadas pelo IBGE. A matriz tem um recorte de 82 setores.

É importante assinalar que, embora o quadro socioeconômico dos Estados do Nordeste tenha apresentado consideráveis mudanças na última década, as transformações na estrutura produtiva de um determinado território costumam ocorrer somente a médio ou no longo prazo. Nesse sentido, considera-se relevante a análise aqui apresentada e embasada nas contas regionais e nacionais de 2009.

O capítulo está divido em quatro partes. Inicialmente, detalham-se as compras realizadas pelo estado do Maranhão em termos de insumos intermediários. Em seguida, apresentam-se as vendas de insumos intermediários realizadas por esse Estado. A terceira parte sintetiza o balanço de compras e vendas. Finaliza-se o texto com uma análise sobre a agregação de valor por parte da economia maranhense.

8.1 Compras de insumos intermediários

Os insumos intermediários são representados pelos bens e serviços utilizados para alimentar a produção setorial do Maranhão, podendo ser constituídos por matérias-primas, peças, partes, componentes ou mesmo produtos acabados e serviços que entram na composição de determinado setor produtivo. Na presente análise não são computadas as importações de fora do País.

É importante ressaltar que os resultados apresentados referem-se a compras de insumos intermediários. O Maranhão produz bens finais, que se destinam ao consumo das famílias ou ao investimento das empresas, itens da demanda final, também registrada na MIP, mas não analisada nesse trabalho.

Conforme os dados da MIP, as aquisições do Maranhão com insumos intermediários totalizaram R$ 15,5 bilhões em 2009. A maior parte das compras foi oriunda do próprio Maranhão, ou seja, R$ 8,2 bilhões ou 53,0% do total realizado. Isto implica dizer que o Maranhão adquiriu R$ 7,3 bilhões das outras Unidades Federativas nesse mesmo ano.

O estado de São Paulo foi um dos principais fornecedores para o Maranhão com R$ 3,0 bilhões no ano estudado. Seguem Rio de Janeiro com R$ 678,6 milhões, Minas Gerais com R$ 632,8 milhões, Rio Grande do Sul com R$ 469,1 milhões e Paraná com R$ 410,4 milhões. Portanto, a economia do Maranhão possui vínculos comerciais mais expressivos com alguns Estados do Sudeste e do Sul em comparação com os vizinhos do Norte, Centro-Oeste e Nordeste (Tabela 1).

O setor serviços é o mais relevante em termos de compras no Estado, pois respondeu por R$ 8,7 bilhões ou 56,4% do total das aquisições maranhenses. O principal fornecedor foi o próprio Maranhão, com R$ 5,0 bilhões. Portanto, o setor serviços do Maranhão

adquiriu um total de R$ 3,7 bilhões das demais Unidades Federativas com destaque para São Paulo (R$ 1,8 bilhão), Rio de Janeiro (R$ 415,5 milhões), Rio Grande do Sul (R$ 246,1 milhões), Paraná (R$ 194,0 milhões) e Minas Gerais (R$ 160,2 milhões).

Tabela 1 – Origem das compras de insumos por grandes setores - 2009 - (R$ milhões correntes)

Região	UF	Agropecuária		Indústria		Serviços		Total	
		Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Nordeste		510,49	50,09	3.194,93	55,77	5.478,32	62,71	9.183,74	59,31
	AL	1,15	0,11	18,68	0,33	6,10	0,07	25,93	0,17
	BA	36,72	3,60	110,42	1,93	157,42	1,80	304,56	1,97
	CE	16,11	1,58	82,89	1,45	110,96	1,27	209,96	1,36
	MA	414,38	40,66	2.767,54	48,31	5.018,37	57,44	8.200,28	52,96
	PB	2,20	0,22	16,04	0,28	17,42	0,20	35,65	0,23
	PE	9,09	0,89	96,03	1,68	79,99	0,92	185,11	1,20
	PI	19,13	1,88	71,61	1,25	65,77	0,75	156,52	1,01
	SE	9,29	0,91	20,89	0,36	13,02	0,15	43,20	0,28
	RN	2,42	0,24	10,84	0,19	9,27	0,11	22,53	0,15
Sudeste		299,01	29,34	1.695,15	29,59	2.402,44	27,50	4.396,60	28,39
	ES	5,19	0,51	41,46	0,72	13,84	0,16	60,50	0,39
	MG	64,82	6,36	407,78	7,12	160,23	1,83	632,83	4,09
	RJ	29,18	2,86	233,91	4,08	415,51	4,76	678,59	4,38
	SP	199,83	19,61	1.012,00	17,67	1.812,86	20,75	3.024,68	19,53
Norte		33,51	3,29	249,60	4,36	178,45	2,04	461,56	2,98
	AC	1,00	0,10	2,30	0,04	3,12	0,04	6,43	0,04
	AP	0,35	0,03	3,72	0,06	1,74	0,02	5,81	0,04
	AM	5,62	0,55	37,91	0,66	100,00	1,14	143,53	0,93
	PA	12,55	1,23	163,99	2,86	39,59	0,45	216,12	1,40
	RO	2,45	0,24	10,19	0,18	11,69	0,13	24,33	0,16
	RR	0,28	0,03	1,14	0,02	2,35	0,03	3,77	0,02
	TO	11,25	1,10	30,36	0,53	19,95	0,23	61,56	0,40
Centro-Oeste		49,68	4,88	136,47	2,38	144,15	1,65	330,30	2,13
	DF	3,29	0,32	24,29	0,42	45,63	0,52	73,20	0,47
	GO	24,70	2,42	62,97	1,10	49,86	0,57	137,53	0,89
	MT	14,74	1,45	29,94	0,52	29,36	0,34	74,04	0,48
	MS	6,96	0,68	19,27	0,34	19,30	0,22	45,53	0,29
Sul		126,44	12,41	452,53	7,90	532,82	6,10	1.111,79	7,18
	PR	55,92	5,49	160,49	2,80	193,97	2,22	410,38	2,65
	SC	15,16	1,49	124,43	2,17	92,70	1,06	232,29	1,50
	RS	55,37	5,43	167,61	2,93	246,15	2,82	469,12	3,03
Total		**1.019,13**	**100,00**	**5.728,68**	**100,00**	**8.736,18**	**100,00**	**15.483,99**	**100,00**

Fonte: BNB/ETENE.

A indústria é o segundo setor mais representativo em termos de compras, isto é, R$ 5,7 bilhões, com destaque para as aquisições realizadas no próprio Maranhão (R$ 2,8 bilhões). Assim, o setor industrial maranhense comprou R$ 2,9 bilhões de outros estados, especialmente de São Paulo (R$ 1,0 bilhão), Minas Gerais (R$ 407,8 milhões), Rio de Janeiro (R$ 233,9 milhões), Rio Grande do Sul (R$ 167,6 milhões) e Pará (R$ 164,0 milhões).

A agropecuária maranhense adquiriu R$ 1,0 bilhão de insumos intermediários em 2009, dos quais R$ 414,4 milhões do próprio Estado e R$ 604,7 milhões das demais Unidades Federativas do País. Os principais vendedores foram São Paulo (R$ 198,8 milhões), Minas Gerais (R$ 64,8 milhões), Paraná (R$ 55,9 milhões), Rio Grande do Sul (R$ 55,4 milhões) e Bahia (R$ 36,7 milhões).

As quinze principais atividades compradoras do Maranhão em 2009 estão especificadas na Tabela 2. Referidas atividades responderam por R$ 12,0 bilhões das compras realizadas, ou seja, por 77,7% do total das aquisições do Estado. Desses R$ 12,0 bilhões adquiridos por essas 15 atividades, R$ 8,0 bilhões foram comprados no próprio Maranhão e R$ 4,0 bilhões foram obtidas nas demais Unidades Federativas.

Dessas quinze atividades, doze são do setor de serviços (transporte de carga, administração pública, educação pública, transporte de passageiros, comércio atacadista, comércio varejista, serviços de informação, saúde pública, intermediação financeira, serviços de alimentação, outros serviços e serviços prestados as empresas), que foram responsáveis por R$ 8,3 bilhões de compras.

Outras duas atividades são industriais (construção civil e metalurgia de metais não ferrosos), que compraram R$ 3,3 bilhões. Uma atividade pertence ao setor agropecuário (outras culturas/extrativismo), que adquiriu R$ 321,3 milhões, conforme especificado na Tabela 2.

Tabela 2 – Principais atividades compradoras de insumos intermediários - 2009 - (R$ milhões correntes)

Ordem	Setores	Valor	%	% Acum.
1	Construção	2.080,22	13,43	13,43
2	Transporte de carga e correios	1.639,40	10,59	24,02
3	Administração pública e seguridade social	1.557,79	10,06	34,08
4	Metalurgia de metais não ferrosos	1.254,60	8,10	42,19
5	Educação pública	695,13	4,49	46,67
6	Transporte de passageiros	683,77	4,42	51,09
7	Comércio atacadista	660,13	4,26	55,35
8	Comércio varejista	588,46	3,80	59,15
9	Serviços de informação	578,84	3,74	62,89
10	Saúde pública	563,14	3,64	66,53
11	Intermediação financeira e seguros	415,94	2,69	69,22
12	Serviços de alimentação	355,78	2,30	71,51
13	Outros serviços	345,65	2,23	73,75
14	Outras culturas/extrativismo vegetal	321,33	2,08	75,82
15	Serviços prestados às empresas	289,69	1,87	77,69
16	Demais 67 setores	3.454,13	22,31	100,00
	Total	**15.483,99**	**100,00**	-

Fonte: BNB/ETENE.

8.2 As Vendas de insumos intermediários

A economia maranhense vendeu R$ 19,5 bilhões em termos de insumos intermediários a diferentes segmentos produtivos do País em 2009. O principal destino desses bens foi o próprio Maranhão, R$ 8,2 bilhões ou 42,1% do total das vendas. Assim, o Maranhão comercializou R$ 11,3 bilhões com as demais Unidades Federativas em 2009.

São Paulo absorveu R$ 2,8 bilhões ou 14,3% do total vendido pelos setores produtivos maranhenses. Seguem Rio Grande do Sul que comprou R$ 1,1 bilhão, Rio de Janeiro com R$ 920,6 milhões, Minas Gerais com R$ 865,2 milhões e Paraná com R$ 711,8 milhões (Tabela 3).

Em termos setoriais, os serviços foram os principais fornecedores de insumos intermediários com R$ 9,9 bilhões, seguido da agropecuária com R$ 4,9 bilhões e da indústria com R$ 4,7 bilhões.

O próprio Maranhão é o principal destino dos insumos intermediários provenientes do setor de serviços, tendo totalizado R$ 5,6 bilhões, enquanto que R$ 4,3 bilhões foram comercializados para as demais Unidades Federativas. Os principais compradores foram São Paulo (R$ 774,8 milhões), Rio de Janeiro (R$ 703,8 milhões), Rio Grande do Sul (R$ 415,3 milhões), Minas Gerais (R$ 317,1 milhões) e Distrito Federal (R$ 289,4 milhões).

A agropecuária vendeu R$ 0,5 bilhão para o próprio Maranhão e R$ 4,4 bilhões para as demais Unidades Federativas. Os principais destinos dos insumos intermediários provenientes da agropecuária foram São Paulo (R$ 1,4 bilhão), Paraná (R$ 462,9 milhões), Rio Grande do Sul (R$ 422,4 milhões), Minas Gerais (R$ 311,9 milhões) e Goiás (R$ 303,3 milhões).

Em termos de indústria, o próprio Maranhão absorveu R$ 2,2 bilhões de insumos intermediários, enquanto que R$ 2,5 bilhões foram vendidos para outros Estados. Os principais compradores foram São Paulo (R$ 654,0 milhões), Minas Gerais (R$ 236,2 milhões), Rio Grande do Sul (R$ 234,2 milhões), Rio de Janeiro (R$ 157,1 milhões) e Distrito Federal (R$ 155,7 milhões).

Verifica-se, portanto, que o setor produtivo do Maranhão tem conexões comerciais mais expressivas com estados do Sudeste, do Sul e do Centro-Oeste em comparação com com as Unidades Federativas do Norte e Nordeste.

Considerando o detalhamento de 82 setores gerado pela MIP do Nordeste, constata-se que apenas 15 segmentos são responsáveis por 84,0% ou R$ 16,4 bilhões das vendas maranhenses de insumos intermediários. Os demais 67 setores responderam por R$ 3,1 bilhões do restante das vendas (Tabela 4). As 15 atividades especificadas na Tabela 5 venderam R$ 6,3 bilhões no próprio Maranhão e R$ 10,1 bilhões para as demais Unidades Federativas.

Tabela 3 – Destino das vendas de insumos intermediários por grandes setores - 2009 - (R$ milhões correntes)

Região	UF	Agropecuária		Indústria		Serviços		Total	
		Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Nordeste		**1.046,01**	**21,42**	**2.545,99**	**54,32**	**6.176,53**	**62,44**	**9.768,53**	**50,19**
	AL	13,31	0,27	11,51	0,25	11,92	0,12	36,73	0,19
	BA	185,42	3,80	100,73	2,15	210,65	2,13	496,80	2,55
	CE	138,13	2,83	88,24	1,88	78,43	0,79	304,81	1,57
	MA	481,35	9,86	2.156,91	46,02	5.562,02	56,23	8.200,28	42,13
	PB	19,14	0,39	13,17	0,28	24,73	0,25	57,04	0,29
	PE	89,80	1,84	72,00	1,54	53,35	0,54	215,15	1,11
	PI	73,85	1,51	67,41	1,44	112,46	1,14	253,73	1,30
	SE	12,49	0,26	17,23	0,37	76,17	0,77	105,89	0,54
	RN	32,52	0,67	18,79	0,40	46,80	0,47	98,11	0,50
Sudeste		**1.778,47**	**36,41**	**1.102,19**	**23,52**	**1.815,75**	**18,36**	**4.696,41**	**24,13**
	ES	52,41	1,07	54,88	1,17	20,00	0,20	127,29	0,65
	MG	311,94	6,39	236,17	5,04	317,08	3,21	865,19	4,45
	RJ	59,66	1,22	157,12	3,35	703,83	7,12	920,61	4,73
	SP	1354,46	27,73	654,02	13,95	774,84	7,83	2783,32	14,30

continua...

continuação

Região	UF	Agropecuária		Indústria		Serviços		Total	
		Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Norte		**173,26**	**3,55**	**284,84**	**6,08**	**506,28**	**5,12**	**964,38**	**4,96**
	AC	1,41	0,03	4,67	0,10	3,59	0,04	9,67	0,05
	AP	1,63	0,03	4,03	0,09	3,61	0,04	9,27	0,05
	AM	10,57	0,22	75,67	1,61	255,54	2,58	341,79	1,76
	PA	126,23	2,58	130,96	2,79	160,64	1,62	417,83	2,15
	RO	7,01	0,14	11,28	0,24	8,64	0,09	26,92	0,14
	RR	0,56	0,01	2,40	0,05	3,19	0,03	6,15	0,03
	TO	25,84	0,53	55,85	1,19	71,07	0,72	152,75	0,78
Centro-Oeste		**719,40**	**14,73**	**294,66**	**6,29**	**744,79**	**7,53**	**1.758,84**	**9,04**
	DF	22,55	0,46	155,73	3,32	289,40	2,93	467,68	2,40
	GO	303,28	6,21	53,97	1,15	98,03	0,99	455,28	2,34
	MT	290,58	5,95	49,70	1,06	264,71	2,68	604,98	3,11
	MS	102,99	2,11	35,26	0,75	92,64	0,94	230,89	1,19
Sul		**1.167,12**	**23,90**	**459,09**	**9,80**	**648,17**	**6,55**	**2.274,39**	**11,69**
	PR	462,94	9,48	125,67	2,68	123,23	1,25	711,83	3,66
	SC	281,74	5,77	99,26	2,12	109,60	1,11	490,60	2,52
	RS	422,45	8,65	234,17	5,00	415,35	4,20	1071,96	5,51
Total		**4.884,25**	**100,00**	**4.686,77**	**100,00**	**9.891,52**	**100,00**	**19.462,54**	**100,00**

Fonte: BNB/ETENE.

Tabela 4 – Principais setores fornecedores de insumos intermediários - 2009 - (R$ milhões correntes)

Ordem	Setores	Valor	%	Acumulado (%)
1	Comércio atacadista	3.508,05	18,02	18,02
2	Transporte de carga e correios	2.643,35	13,58	31,61
3	Outras culturas/extrativismo vegetal	2.350,77	12,08	43,68
4	Bovinos	1.039,85	5,34	49,03
5	Outras indústrias extrativistas	1.008,18	5,18	54,21
6	Serviços prestados às empresas	925,65	4,76	58,96
7	Intermediação financeira e seguros	770,16	3,96	62,92
8	Construção	711,76	3,66	66,58
9	Metalurgia de metais não ferrosos	694,08	3,57	70,14
10	Serviços de informação	689,61	3,54	73,69
11	Soja	616,50	3,17	76,86
12	Cana-de-açúcar	437,72	2,25	79,10
13	Serviços imobiliários e aluguel	409,55	2,10	81,21
14	Outros produtos de minerais não-metálicos	292,55	1,50	82,71
15	Transporte de passageiros	246,62	1,27	83,98
16	Demais 67 setores	3.118,14	16,02	100,00
	Total	**19.462,54**	**100,00**	-

Fonte: BNB/ETENE.

Desses quinze setores, sete são atividades relacionadas com os serviços, quatro pertencem à indústria e os outros quatro fazem parte da agropecuária. As atividades de serviços são comércio atacadista, transporte de carga e correio, serviços prestados às empresas, intermediação financeira e seguros, serviços de informação, serviços imobiliários e aluguel além de transporte de passageiros, que em conjunto foram responsáveis por 47,3% ou R$ 9,2 bilhões das vendas intermediárias do Maranhão.

As principais atividades da agropecuária, explicitadas na Tabela 5, por sua vez, responderam por 22,8% ou R$ 4,4 bilhões das vendas, isto é, outras culturas/extrativismo vegetal, bovinocultura, soja e cana-de-açúcar. As atividades industriais destacadas são outras indústrias extrativistas, construção civil, metalurgia de metais não ferrosos e outros produtos de minerais não-metálicos, responsáveis por 13,9% ou R$ 2,7 bilhões do total das vendas.

8.3 Balanço de compras e vendas

As compras interestaduais do Maranhão com insumos intermediários somaram R$ 7,3 bilhões, enquanto que as vendas interestaduais totalizaram R$ 11,3 bilhões, implicando no saldo comercial com as demais Unidades Federativas de R$ 4,0 bilhões em 2009.

É importante ressaltar que os resultados referem-se a movimentação (compras e vendas) de insumos intermediários. O Maranhão produz e vende bens finais, que se destinam ao consumo das famílias ou ao investimento das empresas, itens da demanda final, também registrada na MIP, mas não analisada aqui. Além disso, as famílias, empresas e o setor público do Maranhão adquirem bens finais provenientes de outras Unidades Federativas.

Portanto, a economia maranhense apresentou resultado positivo no relacionamento comercial com as demais Unidades Federativas do País. O Estado mostrou-se superavitário em relação a todas as regiões: Sudeste (R$ 299,8 milhões de saldo), Norte (R$ 502,8 milhões), Nordeste (R$ 584,8 milhões), Sul (R$ 1,2 bilhão), e Centro-Oeste (R$ 1,4 bilhão).

Os serviços venderam R$ 4,3 bilhões, e compraram R$ 3,7 bilhões de outras Unidades Federativas, implicando um superávit de R$ 0,6 bilhão. A agropecuária proporcionou o maior superávit ao Estado, R$ 3,8 bilhões, resultado das vendas de R$ 4,4 bilhões e compras de R$ 0,6 bilhão. Por outro lado, a indústria foi o único setor deficitário, com R$ - 0,4 bilhão, pois vendeu R$ 2,5 bilhões e adquiriu R$ 2,9 bilhões.

Assim, os resultados positivos da agropecuária e dos serviços foram suficientes para cobrir o déficit apresentado pela indústria, o que ocasionou o saldo comercial positivo de R$ 4,0 bilhões. É possível concluir que o setor produtivo maranhense é importante fornecedor de insumos intermediários para diferentes segmentos produtivos do País.

8.4 Análise da agregação de valor

A presente seção traz algumas considerações sobre a agregação de valor na economia maranhense. Inicialmente, é importante esclarecer alguns conceitos. O valor da produção de um determi-

nado setor diz respeito ao preço de mercado do bem ou serviço gerado multiplicado pela quantidade produzida. O valor adicionado refere-se ao valor da produção subtraído pelo consumo intermediário, ou seja, o valor adicionado é o valor da produção retirando-se os bens e serviços que foram adquiridos de outros setores e que foram utilizados no processo produtivo.

O pessoal ocupado abrange todos aqueles que trabalham na atividade, incluindo proprietários e sócios, pessoas da família que exercem algum ofício na empresa sem remuneração, inclusive a mão de obra informal, isto é, sem carteira de trabalho assinada.

Analisando-se a Tabela 5 verifica-se que o setor serviços é preponderante na economia maranhense tanto em termos de geração de ICMS, remunerações, valor da produção, valor adicionado e pessoal ocupado. A agropecuária detém o segundo posto em termos de valor adicionado e pessoal ocupado, enquanto que a indústria é o segundo setor no que se refere a pagamento de ICMS e valor da produção.

A relação valor adicionado/valor da produção é mais expressiva na agropecuária (79,15%), pois esse setor adquire menor quantidade de insumos em comparação com os demais setores. Os serviços e a indústria ocupam o segundo e terceiro postos nesse indicador, respectivamente.

Os serviços tem a maior relação remuneração/valor adicionado, vindo a seguir a indústria e a agropecuária. Os serviços também obtiveram a maior relação valor adicionado/pessoal ocupado (R$ 15.894,95), acompanhada por indústria (12.994,63), estando o indicador da agropecuária distante dos demais (R$ 5.809,58).

Finalmente, a Tabela 6 apresenta as quinze atividades que mais geram pessoal ocupado e valor adicionado. A agropecuária, o comércio, a construção civil e os serviços empregam significativo contingente de pessoas o mesmo ocorrendo com a geração de valor adicionado.

Tabela 5 – Valor adicionado e valor da produção por grandes setores - 2009 - (R$ milhões correntes)

Indicadores	Agropecuária	%	Indústria	%	Serviços	%	Total
ICMS (R$ milhões)	65,35	5,5	392,86	33,0	733,11	61,5	1.191,32
Remunerações (R$ milhões)	1.272,05	7,9	1.893,67	11,8	12.930,21	80,3	16.095,93
Valor Adicionado Bruto	5.929,38	16,7	5.409,79	15,2	24.249,13	68,1	35.588,30
Valor da produção (R$)	7.491,06	13,0	13.673,08	23,7	36.510,96	63,3	57.675,09
Pessoal ocupado (Número de pessoas)	1.020.622	34,5	416.309	14,1	1.525.588	51,5	2.962.519
Valor adicionado/Valor da produção (%)	79,15		39,57		66,42		61,70
Remunerações/Valor adicionado (%)	21,45		35,00		53,32		45,23
Valor adicionado/Pessoal ocupado	5.809,58		12.994,63		15.894,95		12.012,85

Fonte: BNB/ETENE.

Nota: pessoal ocupado em unidades.

Tabela 6 – Principais atividades geradoras de pessoal ocupado (número) e valor adicionado - 2009 - (R$ milhões correntes)

Atividades	Pessoal ocupado	Atividades	Valor adicionado
Outras culturas/ extrativismo vegetal	549.924	Administração pública e seguridade social	4.036,5
Comércios varejista	338.176	Comércio atacadista	3.573,1
Construção	251.297	Serviços imobiliários e aluguel	3.078,1
Bovinos	210.887	Educação pública	2.954,5
Comércio atacadista	184.487	Construção	2.599,2
Serviços domésticos	178.265	Outras culturas/ extrativismo vegetal	2.276,6
Educação pública	176.308	Comércios varejista	2.247,9
Administração pública e seguridade social	141.209	Transporte de carga e correios	1.512,9
Milho	94.663	Bovinos	1.492,3
Outros serviços	91.309	Saúde pública	1.287,1
Serviços prestados às empresas	73.960	Soja	1.198,6
Transporte de carga e correios	61.115	Intermediação financeira e seguros	1.024,0
Saúde pública	51.125	Transporte de passageiros	849,7
Serviços de alimentação	45.632	Serviços prestados às empresas	753,8
Aves	34.702	Outras indústrias extrativistas	723,4

Fonte: BNB/ETENE.

Nota: pessoal ocupado em unidades.

O Maranhão apresentou superávit de R$ 4,0 bilhões na relação comercial com as demais Unidades Federativas do País.O Estado mostrou-se superavitário em relação a todas as regiões:

A agropecuária foi o setor que proporcionou o maior volume de vendas e superávit comercial. Os serviços realizaram maior volume de compras embora tenha apresentado superávit. A indústria, por sua vez, foi o único segmento deficitário.A construção civil, o transporte de carga e a administração pública realizaram substanciais compras de insumos. O comércio atacadista, o transporte de carga e bovinocultura são importantes vendedores de insumos.

Apesar das recentes transformações socioeconômicas, a exemplo do surgimento da produção granífera e modernos setores comerciais e de serviços, a análise do fluxo comercial interestadual e da agregação de valor permitem concluir que a base econômica do Maranhão necessita ser fortalecida nos três setores econômicos. Parte da produção agropecuária ainda se destina ao autoconsumo e subsistência, enquanto que a indústria ainda é formada por segmentos tradicionais, embora investimentos no setor metalúrgico tenham sido realizados em anos recentes. A administração pública e o comércio são preponderantes no setor de serviços.

Referências

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Sistema inter-regional deinsumo-produto do Nordeste.** Fortaleza, 2014.

GUILHOTO, J. J. M. et al. **Matriz de insumo produto do nordeste e Estados:** metodologia e resultados. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.

9 Turismo

Airton Saboya Valente Junior
Economista. Mestre em Desenvolvimento Econômico
Iara Amaral Lourenço
Graduanda em Economia. Bolsista de Nível Superior

Ações e investimentos têm sido empreendidos no Maranhão objetivando promover o turismo no Estado, incluindo-o nas rotas de passeios nacional e regional. A capital São Luís conta com diversos projetos elaborados pela Secretaria Municipal do Turismo que englobam desde a promoção do patrimônio histórico-cultural à capacitação e formação de profissionais do setor, objetivando aperfeiçoar o receptivo aos visitantes.

A título de exemplo, menciona-se o projeto "operações boas vindas", no qual os visitantes são recepcionados no aeroporto e em hotéis por personagens de manifestações culturais maranhenses, como o bumba-meu-boi e o tambor de Crioula. O objetivo é promover a divulgação da cultura local principalmente nos períodos festivos de São João e Carnaval (MARANHÃO, 2014).

O acervo arquitetônico, a gastronomia local, as danças, festas típicas e as belezas naturais fazem do Maranhão um Estado rico em cultura, costumes e variedades, resultado da miscigenação das tradições proporcionadas por diferentes raças e povos.

O Estado conta com três destacados Polos de Turismo, ou seja, São Luis, os Lençóis Maranhenses e o Delta das Américas, a seguir especificados (MESQUITA; ALENCAR JÚNIOR, 2002).

O Pólo São Luís abrange a capital, São Luís, a cidade histórica de Alcântara, além de São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa. Em São Luís cabe mencionar o Centro Histórico, que recebeu o título de Patrimônio da Humanidade por possuir o maior conjunto arquitetônico de origem colonial portuguesa das Américas.

O conjunto é um dos mais significativos do Brasil, com cerca de 3.500 imóveis dos séculos XVIII e XIX distribuídos principalmen-

te pelos bairros da Praia Grande, Desterro e Portinho. Conta com lojas, cinema, museus, bares, restaurantes e hotéis. Em Alcântara também se destaca seu harmonioso conjunto arquitetônico. São José de Ribamar, por sua vez, tem atraído visitantes por conta das suas paisagens, além da rica culinária de origem marinha.

O Polo Parque dos Lençóis, situado no litoral oriental do Maranhão, envolve os municípios de Humberto de Campos, Primeira Cruz, Santo Amaro e Barreirinhas. Seu maior atrativo é o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, intrigante fenômeno da natureza, que tem Barreirinhas como principal portão de entrada (MARANHÃO, 2014).

O Parque conta com 155 mil hectares de dunas, rios, lagoas e manguezais. Raro fenômeno geológico foi formado ao longo de milhares de anos através da ação da natureza. As imensidões de areia fazem o lugar assemelhar-se a um deserto, porém com características climáticas diferenciadas. Na verdade, a região é banhada por rios e as precipitações pluviométricas ocorrem de forma regular. As águas pluviais formam lagoas que se espalham em praticamente toda a área do parque formando uma paisagem singular.

O Delta das Américas está localizado a nordeste do Estado, na divisa com o Piauí. Envolve a região sob influência do Rio Parnaíba, que tem setenta por cento da sua área no Maranhão. O Parnaíba possui o terceiro maior delta oceânico do mundo. Raro fenômeno da natureza que ocorre também no rio Nilo, na África, e Mekong, no Vietnã. Sua configuração se assemelha a uma mão aberta, onde os dedos representariam os principais afluentes do Parnaíba, que se ramificam formando um grandioso santuário ecológico. Rios, flora, fauna, dunas de areias alvas formam a paisagem do local.

Além desses três polos, uma região com potencial turístico diz respeito às chapadas do Estado, localizadas no bioma cerrado e dotadas de dezenas de cachoeiras, têm se constituído em opções para o lazer ecológico e de aventura.

Tendo em vista o patrimônio natural e cultural do Estado, e considerando as políticas de promoção do turismo adotadas, o fluxo de visitantes para o Maranhão expandiu-se consideravelmente nos últimos anos.

Considerando o patrimônio natural, histórico e cultural anteriormente especificado, e considerando as políticas de promoção do turismo adotadas, a oferta hoteleira estadual se expandiu, tendo alcançado 155 meios de hospedagem, 6.911 unidades habitacionais e 14.799 leitos em 2013. O número de restaurantes, bares e cafeterias também aumentou, a exemplo da oferta de locadoras de veículos e a transportadoras turísticas, segundo Ministério de Turismo (BRASIL, 2014).

O desembarque de passageiros nos aeroportos é utilizado como uma proxy para se determinar o fluxo turístico. Nesse sentido, a expansão da demanda turística ocorrida no Nordeste alcançou o Maranhão. Assim é que o número de passageiros desembarcados em voos nacionais na Região saltou de 6,4 milhões, em 2003, para 16,0 milhões, em 2013, representando um acréscimo de 151,8% no período (Tabelas 1 e 2). O Nordeste obteve cerca de 18,0% do total de passageiros de voos nacionais em 2013.

O aumento do fluxo turístico no Nordeste nos últimos dez anos foi acompanhado pelo crescimento do movimento de passageiros no Maranhão também. Em 2003, 226.448 passageiros desembarcaram no Estado, enquanto que em 2013 esse número subiu para mais de 1,0 milhão de pessoas, significando uma variação de 381,0% nesse período. Do total de desembarques no Estado, 96,7% foram oriundos de voos regulares, taxa próxima à regional, que é de 97,5%.

Tabela 1 – Número de passageiros embarcados e desembarcados em voos nacionais - Maranhão e Nordeste em 2003

Aeroportos	Embarques de passageiros			Desembarques de passageiros		
	Total	Tipos de voos		Total	Tipos de voos	
		Regulares	Não regulares		Regulares	Não regulares
Maranhão	192.502	192.502	35.662	226.448	192.311	34.137
Imperatriz / Prefeito Renato Moreira	29.975	20.923	9.052	30.786	21.352	9.434
Internacional de São Luís / Marechal Cunha Machado	198.189	171.579	26.610	195.662	170.959	24.703
Nordeste	**4.931.449**	**4.316.191**	**615.258**	**5.476.364**	**4.846.208**	**630.156**

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados da Infraero (2014).

Tendo em vista a forte expansão do turismo ocorrida no Maranhão, a participação desse Estado no total dos desembarques do Nordeste cresceu de 4,1% em 2003 para 6,8% em 2013.

Em relação ao turismo internacional no Nordeste, o incremento de desembarques de passageiros procedentes de voos do exterior também foi expressivo, saltando de 266 mil em 2003 para 436 mil em 2013 (Tabelas 3 e 4).

O Maranhão, por sua vez, ainda não conta com voos regulares internacionais, de forma que o fluxo dessa categoria de turista ainda é pequeno, conforme os dados apresentados nas Tabelas 3 e 4.

Tabela 2 – Número de passageiros embarcados e desembarcados em voos nacionais - Maranhão e Nordeste em 2013

Aeroportos	Embarques de passageiros			Desembarques de passageiros		
	Total	Tipos de voos		Total	Tipos de voos	
		Regulares	Não regulares		Regulares	Não regulares
Maranhão	1.076.528	1.042.817	33.711	1.090.736	1.054.957	35.779
Imperatriz / Prefeito Renato Moreira	175.403	161.465	13.938	176.000	161.655	14.345
Internacional de São Luís / Marechal Cunha Machado	901.125	881.352	19.773	914.736	893.302	21.434
Nordeste	**16.157.907**	**15.683.767**	**474.140**	**16.033.800**	**15.635.891**	**397.909**

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados da Infraero (2014).

Tabela 3 – Número de passageiros embarcados e desembarcados em voos internacionais - Maranhão e Nordeste em 2003

Aeroportos	Embarques de passageiros			Desembarques de passageiros		
	Total	Tipos de voos		Total	Tipos de voos	
		Regulares	Não regulares		Regulares	Não regulares
Maranhão	68	-	68	75	-	75
Imperatriz / Prefeito Renato Moreira	-	-	-	-	-	-
Internacional de São Luís / Marechal Cunha Machado	68	-	68	75	-	75
Nordeste	**276.049**	**166.259**	**109.790**	**265.971**	**155.966**	**110.005**

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados da Infraero (2014).

Tabela 4 – Número de passageiros embarcados e desembarcados em voos internacionais - Maranhão e Nordeste em 2013

Aeroportos	Embarques de passageiros			Desembarques de passageiros		
	Total	Tipos de voos		Total	Tipos de voos	
		Regulares	Não regulares		Regulares	Não regulares
Maranhão	41	-	41	7	-	7
Imperatriz / Prefeito Renato Moreira	-	-	0	-	-	-
Internacional de São Luís / Marechal Cunha Machado	41	-	41	7	-	7
Nordeste	450.354	422.736	27.618	436.060	412.050	24.010

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados da Infraero (2014).

Referências

BRASIL. Ministério do Turismo. **Estatísticas básicas do turismo.** Brasília, DF, ago. 2014. Disponível em: <http://www.dasefatos.turrismo.gov.br/dadosefatos/estatisticas_indicadores/estatisticas_basicas_turismo/>. Acesso em: 15 dez. 2014.

EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA. **Movimento operacional da Rede Infraero.** Disponível em:< http://www.infraeor.gov.br>. Acesso em: 10. nov. 2014.

MARANHÃO. Secretaria Municipal de Turismo. Disponível em: <http://www.saoluis.ma.gov.br/subportal_subpagina.asp?site=1248>. Acesso em: 1 nov. 2014.

MESQUITA, A. M.; ALENCAR JÚNIOR, J. S. de. **Perfil econômico do Maranhão.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2002.

10 Comércio exterior

Laura Lúcia Ramos Freire
Economista. Mestre em Economia

O Maranhão foi o segundo Estado que mais contribuiu com as exportações nordestinas (13,6%) em 2013, sendo que esse percentual havia atingido 18,8% em 2000. Nesse período, as exportações maranhenses saltaram de US$ 758,29 milhões para US$ 2.341,9 milhões, registrando incremento na receita de exportação de 208,8%.

A Tabela 1 mostra a estrutura das exportações maranhenses por fator agregado. No ano de 2000, os produtos industrializados respondiam por 87,9% com predominância dos semimanufaturados. Entretanto, entre 2000 a 2013, enquanto os produtos semimanufaturados perderam 47,6 pontos percentuais na composição da pauta exportadora do Estado, os produtos manufaturados e básicos aumentaram a participação através do aumento das vendas externas de alumina calcinada e da soja, que juntos respondem por 65% da receita.

Tabela 1 – Exportação por fator agregado - 2000 e 2013 - US$ 1.000 FOB

Exportação por fator agregado	2000		2013		Var. %
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	
Básicos	90.984	12,00	768.263	32,80	744,4
Industrializados	666.689	87,93	1.533.996	65,50	130,1
Semimanufaturados	587.980	77,54	701.288	29,95	19,3
Manufaturados	78.709	10,38	832.708	35,56	958,0
Op. especiais	574	0,08	39.658	1,69	6809,1
Total	**758.246**	**100,00**	**2.341.917**	**100,00**	**208,9**

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2014).

A pauta de exportação do Maranhão está concentrada em três *commodities* (alumínio, soja e produtos do ferro) que perfazem 86,5% do total das vendas. A alumina calcinada, principal produto de

exportação maranhense, é obtida a partir da purificação da bauxita e utilizada na fabricação de vidros, fibras de vidros, revestimentos cerâmicos, refratários, isoladores elétricos, entre outros materiais.

A soja ocupa o segundo lugar no ranking das exportações sendo responsável por 30,1% das receitas com 1.319 mil toneladas exportadas em 2013. Vale ressaltar que o Maranhão é o segundo maior estado nordestino exportador de soja (depois da Bahia), com participação de 43,0% das vendas externas do produto na Região.

O terceiro produto da pauta maranhense, ferro fundido bruto não-ligado (ferro-gusa), respondeu por 20,5% das exportações em 2013. Vale ressaltar que o produto minérios de ferro aglomerados e seus concentrados ocupava, em 2012, a terceira posição com 17,5% do total exportado e passou para a décima colação com apenas 0,3% das vendas em 2013. Essa queda foi ocasionada pela paralisação da usina de pelotização em São Luis devido à retração da demanda por pelotas no mercado internacional.

Tabela 2 – Principais produtos exportados - 2000 e 2013 - US$ 1.000 FOB

2000	Valor	Part. %	2013	Valor	Part. %
Alumínio não ligado em forma bruta	352.127	46,44	Alumina calcinada	819.154	34,98
Ferro fundido bruto não ligado	130.415	17,20	Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura	705.082	30,11
Ligas de alumínio em forma bruta	103.578	13,66	Ferro fundido bruto não ligado	480.244	20,51
Outros grãos de soja, mesmo triturados	89.248	11,77	Alumínio não ligado em forma bruta	102.576	4,38
Alumina calcinada	60.606	7,99	Ouro em barras, fios e perfis de seção maciça	98.638	4,21
Rutosidio (rutina) e seus derivados	11.427	1,51	Consumo de bordo - combustíveis e lubrif. p/em	36.347	1,55
Madeira compensada c/ fls<=6mm, face de madeira n/ coniferera	2.491	0,33	Algodão simplesmente debulhado, não cardado ne	33.561	1,43
Portas, respect. caixilhos, alizares e soleiras, de madeira	1.565	0,21	Milho em grão, exceto para semeadura	15.931	0,68
Couro/pele, inteiro/meio,de bovino,"wet blue"	1.090	0,14	Ligas de alumínio em forma bruta	15.669	0,67
Moveis de madeira p/cozinhas	986	0,13	Minérios de ferro aglomerados e seus concentrados	6.913	0,30
Demais produtos	4.712	0,62	Demais produtos	27.801	1,19
Total	**758.245**	**100,00**	**Total**	**2.341.917**	100,00

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2014).

Os Estados Unidos (19,6%), China (11,9%), Espanha (11,2%) figuraram como os principais destinos das exportações maranhenses (Tabela 3). As empresas Alcoa World Alumina Brasil Ltda. (18,0%), Bunge Alimentos S.A. (14,9%), BHP Billiton Metais S.A. (10,6%), Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré (8,2%) e Cargill Agrícola S.A. (7,8%) foram responsáveis por quase 60% do total exportado pelo Estado em 2013.

Tabela 3 – Principais países de destino das exportações - 2000 e 2013 - US$ 1.000 FOB

2000	Valor	Part. %	2013	Valor	Part. %
Países Baixos (Holanda)	185.810	24,51	Estados Unidos	459.369	19,62
Estados Unidos	163.773	21,60	China	278.869	11,91
Suíça	108.162	14,26	Espanha	263.358	11,25
Bélgica - Luxemburgo	91.662	12,09	Islândia	241.890	10,33
Argentina	57.469	7,58	Canadá	218.082	9,31
Japão	54.626	7,20	Argentina	207.632	8,87
China	20.844	2,75	Reino Unido	98.385	4,20
Alemanha	11.212	1,48	México	93.336	3,99
Marrocos	10.361	1,37	Tailândia	75.954	3,24
México	10.266	1,35	Arábia Saudita	75.925	3,24
Demais países	44.061	5,81	Demais países	329.117	14,05
Total	**758.245**	**100,00**	**Total**	**2.341.917**	**100,00**

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2014).

Responsável por 24,6% das importações do Nordeste, as compras externas maranhenses passaram de US$ 486,2 milhões para US$ 6.832,9 milhões, entre os anos de 2000 a 2013, registrando incremento na despesa de importação de 1.305%.

Segundo a categoria de uso dos produtos, as aquisições concentram-se em combustíveis e lubrificantes, destinadas ao próprio Estado e Unidades Federativas vizinhas. (Tabela 4). “Gasóleo” (óleo diesel), outras gasolinas, exceto para aviação e querosenes de aviação foram os principais produtos importados da classe de combustíveis e lubrificantes (Tabela 5).

Por outro lado, o significativo aumento da importação de bens de capital, no período 2000 a 2013, reflete os investimentos reali-

zados no Estado, principalmente, nas atividades de produção de papel, celulose, energia e gás natural (Tabela 4).

Tabela 4 – Importação por categoria de uso - 2000 e 2013 - US$ 1.000 FOB

Importação por categoria de uso	2000		2013		Var. %
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	
Bens de capital	16.414	3,38	718.195	10,51	4.275,45
Bens intermediários	88.394	18,18	737.209	10,79	734,01
Bens de consumo	1.961	0,40	103.705	1,52	5.188,51
Bens de consumo duráveis	115	0,02	2.878	0,04	2.410,77
Bens de consumo não duráveis	1.846	0,38	100.827	1,48	5.360,96
Combustíveis e lubrificantes	379.488	78,04	5.273.766	77,18	1.289,70
Total	**486.257**	**100,00**	**6.832.875**	**100,00**	**1.305,20**

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2014).

Tabela 5 – Principais produtos importados - 2000 e 2013 - US$ 1.000 FOB

2000	Valor	Part. %	2013	Valor	Part. %
Gasóleo (óleo diesel)	328.834	67,63	"Gasóleo" (óleo diesel)	3.433.670	50,25
Querosenes de aviação	23.411	4,81	Outras gasolinas, exc. para aviação	1.310.065	19,17
Coque de petróleo calcinado	20.367	4,19	Querosenes de aviação	425.295	6,22
Trigo (exc. trigo duro ou p/semeadura), e trigo c/ centeio	12.060	2,48	Outros grupos eletrog.	217.031	3,18
Outros cloretos de potássio	8.509	1,75	Outros cloretos de potássio	111.929	1,64
Butanos liquefeitos	7.207	1,48	Hidróxido de sódio em sol.aquosa	103.110	1,51
Fuel-oil (óleo combustível)	6.201	1,28	Arroz semibranqueado, não parboilizado, polido	94.950	1,39
Hulha betuminosa, não aglomerada	6.189	1,27	Outs.maquinas e apars.p/fabr. pasta de mater.c	93.781	1,37

continua...

continuação

2000	Valor	Part. %	2013	Valor	Part. %
Breu obtido de alcatrões minerais	5.997	1,23	Hulha betuminosa, não aglomerada	73.504	1,08
Propano em bruto, liquefeito	5.532	1,14	Diidrogeno-ortofosfato de amônio	72.178	1,06
Demais produtos	61.951	12,74	Demais produtos	897.362	13,13
Total	**486.257**	**100,00**	**TOTAL**	**6.832.875**	**100,00**

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2014).

Estados Unidos (36,9%) e Índia (16,1%) são os principais países de origem das compras externas maranhenses (Tabela 6). A Petrobrás é a grande importadora do Maranhão, responsável por 75,9% do total transacionado.

Tabela 6 – Principais países de origem das importações - 2000 e 2013 - US$ 1.000 FOB

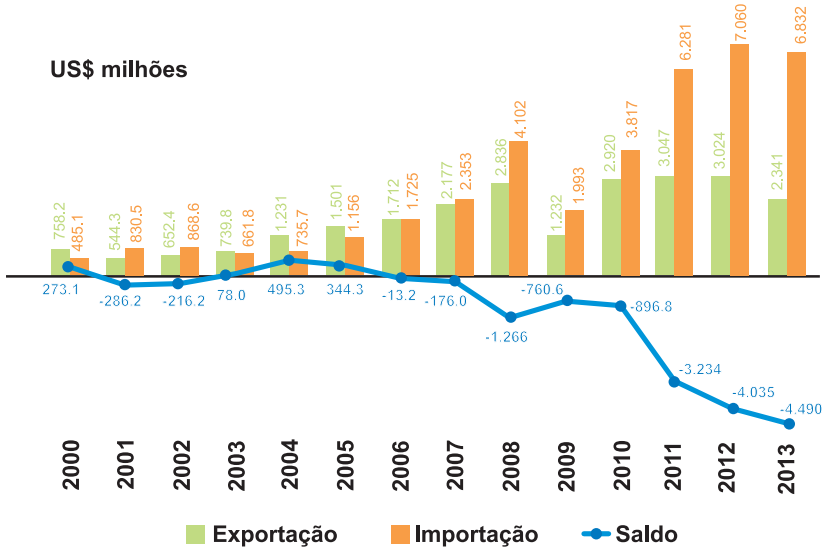
2000	Valor	Part. %	2013	Valor	Part. %
Venezuela	134.860	27,73	Estados Unidos	2.523.208	36,93
Arábia Saudita	66.641	13,70	Índia	1.097.225	16,06
Letônia	66.110	13,60	Países Baixos (Holanda)	583.321	8,54
Estados Unidos	48.348	9,94	Antilhas holandesas	286.158	4,19
Coveite	23.305	4,79	Coreia do Sul	279.787	4,09
Coreia do Sul	19.286	3,97	Rússia	189.972	2,78
Hong kong	18.355	3,77	Coveite (Kuweit)	184.726	2,70
Canadá	15.943	3,28	Cingapura	176.499	2,58
Rússia	11.717	2,41	Japão	111.820	1,64
Israel	10.966	2,26	Emirados Árabes Unidos	102.401	1,50
Demais países	70.725	14,54	Demais países	1.297.757	18,99
Total	**486.257**	**100,00**		**6.832.875**	**100,00**

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2014).

O Gráfico 1 apresenta a evolução das exportações e importações bem como o saldo da balança comercial do Maranhão no período de 2000 a 2013. As importações, principalmente de com-

bustíveis e lubrificantes, cresceram acima das exportações gerando déficits crescentes nos últimos oito anos.

Gráfico 1 – Balança Comercial - 2000 a 2013



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2014)

Em síntese, verifica-se que a pauta de exportação do Estado é concentrada em *commodities* agrícolas e minerais, portanto, sofrem com a flutuação dos preços que nos últimos anos estão em queda no mercado internacional.

Vale ressaltar, a entrada de um importante produto na pauta do Estado, pasta química de madeira, com os primeiros embarques realizados pela fábrica da Suzano Papel e Celulose - Unidade Imperatriz no início de 2014.

Referências

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Balança Comercial:** Unidades da Federação**.** Brasília, DF, 2014. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br//sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1076>. Acesso em: 10 nov. 2014.

11 Infraestrutura

Fernando Luiz Emerenciano Viana
Engenheiro Civil. Doutor em Administração

A presente análise enfatiza a disponibilidade de infraestrutura no Maranhão, especialmente nos aspectos com maior impacto nos empreendimentos produtivos e no desenvolvimento econômico do Estado. Assim sendo, são comentados com maiores detalhes a infraestrutura de transportes e a infraestrutura energética. Parte das informações relatadas foi baseada em três estudos sobre infraestrutura recentemente realizados: GLEN/UFC (2012), Projeto Nordeste Competitivo (CNI, 2012) e o Plano Diretor de Investimentos (PDI) do Programa de Desenvolvimento Produtivo da Região Nordeste – PRODEPRO (2014).

11.1 Infraestrutura de transportes

O estado do Maranhão tem o território recortado por oito rodovias federais, sendo que as principais são a BR-135, BR-222, BR-226, BR-230 e BR-316. As rodovias estaduais possuem um papel complementar à malha federal, com destaque para a MA-006, que atravessa diversos municípios dos cerrados, área de grande importância econômica para o Estado, embora seja uma rodovia em estado precário de conservação. A rede rodoviária do Maranhão possui um total de 58,3 mil km, incluindo os trechos planejados, conforme apresentado na Tabela 1.

De acordo com a pesquisa de rodovias da Confederação Nacional dos Transportes (CNT, 2014), que avaliou uma extensão de 4.572 km das principais rodovias do Estado, 29,2% dos trechos pesquisados encontram-se em estado geral bom ou ótimo, 35,4% em situação regular e 35,4% em condição ruim ou péssima, considerando o pavimento, geometria da via e sinalização, sendo que as rodovias federais apresentam uma melhor estado geral em comparação com as rodovias estaduais.

Tabela 1 – Rede do Sistema Nacional de Viação no Maranhão

	Planejada	Rede não pavimentada					Rede pavimentada				Total
		Leito natural	Em obras implantação	Implantada	Em obras pavimentação	Subtotal	Pista simples	Em obras duplicação	Pista dupla	Subtotal	
Federal	1.053,90	0,00	0,00	99,40	0,00	99,40	3.113,60	0,00	48,80	3.162,40	4.315,70
Estadual coincidente	0,00	0,00	0,00	137,00	0,00	137,00	494,80	0,00	0,00	494,80	631,80
Estadual	2.193,00	433,00	0,00	3.295,00	36,00	3.764,00	3.633,80	0,00	0,00	3.633,80	9.590,80
Municipal	0,00	34.791,00	0,00	9.585,00	0,00	44.376,00	0,00	0,00	0,00	0,00	44.376,00
Total	**3.246,90**	**35.224,00**	**0,00**	**12.979,40**	**36,00**	**48.239,40**	**6.747,40**	**0,00**	**48,80**	**6.796,20**	**58.282,50**

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do DNIT (2014).

Entre os principais gargalos rodoviários do Maranhão, destaca-se a necessidade de duplicação e melhorias da sinalização da BR-135, no trecho entre Miranda do Norte e o acesso ao Porto de Itaqui, obra que faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), bem como a realização de obras de melhorias quanto à pavimentação, sinalização e geometria da BR-226 do trecho que vai de Grajaú até Porto Franco.

No transporte ferroviário, o Maranhão possui atualmente a melhor malha ferroviária do Nordeste, especialmente devido à presença em seu território de parte (668 km) da Estrada de Ferro Carajás (EFC), de propriedade da empresa Vale S/A, sendo uma das ferrovias brasileiras de maior produtividade do Brasil, de bitola larga (1,60 m) e que é utilizada para o transporte de minérios desde as minas de Carajás no Pará até o Porto de Itaqui no Maranhão.

Além da EFC, existem no Maranhão 215 km da Ferrovia Norte Sul (FNS), também em bitola larga, compreendendo o trecho entre Estreito e Açailândia, na confluência com a EFC, bem como um dos poucos trechos em operação da ferrovia operada pela concessionária Transnordestina Logística (TNL), antiga Companhia Ferroviária do Nordeste, que interliga a capital São Luís a Teresina no Piauí e Fortaleza no Ceará. O sistema ferroviário do Maranhão, notadamente a FNS e a EFC, possui potencial de atração de cargas oriundas da produção de grãos em todo o território dos cerrados brasileiros.

Um importante projeto ferroviário em estudo é a ligação da Nova Transnordestina, a partir de Eliseu Martins-PI, com a FNS, na cidade de Estreito, trecho este que seria fundamental para o adensamento da malha ferroviária nordestina e a diminuição dos custos logísticos da Região. Além da própria expansão da malha, é importante que sejam implantados terminais multimodais e ampliados os existentes em algumas cidades do Estado, especialmente naquelas que estão na confluência de diferentes modais, tais como Estreito, Imperatriz, Açailândia e Balsas.

No que diz respeito ao modal aquaviário, destaca-se um componente estratégico para a economia do Maranhão, o Complexo Portuário de Itaqui. Trata-se de um complexo formado pelo Porto Público de Itaqui e os terminais privados de Ponta da Madeira (Vale do Rio Doce) e da Alumar, sendo o segundo maior complexo por-

tuário em circulação de carga do Brasil, tendo movimentado 135,4 milhões de toneladas em 2013, 79,2% das quais no terminal privado da Vale do Rio Doce. Pode-se afirmar que o complexo portuário é o principal indutor do desenvolvimento econômico e social do Maranhão, que tem investimentos de mais de R$ 100 bilhões previstos para os próximos anos em áreas como, agronegócio, celulose, cimento e geração de energia, entre outros. Apesar de ter um histórico operacional recente satisfatório, o complexo portuário necessita permanentemente de novos investimentos, alguns dos quais já planejados ou em execução, que serão detalhados adiante.

Uma importante questão no componente aquaviário da infraestrutura de transportes do Maranhão refere-se ao seu sistema hidroviário. Além da Hidrovia do Tocantins, que está em operação e "tangencia" o território do Maranhão, existem outras hidrovias que, por diversos problemas, não têm tido seu potencial aproveitado. Especificamente a Hidrovia do Mearim/Pindaré (1.100 km navegáveis) e a Hidrovia do Balsas (225 km navegáveis), sendo que esta última interliga-se com a Hidrovia do Parnaíba e a Hidrovia do Itapecuru. A impossibilidade de utilização dessas hidrovias em diversos trechos constitui um gargalo importante da infraestrutura do Maranhão, tendo em vista que a utilização das mesmas poderia contribuir de forma significativa para a diminuição dos custos logísticos, especialmente para os grãos produzidos no cerrado, que constituem um tipo de carga adequada para o escoamento através desse modal.

Também pode ser considerado um gargalo importante a ausência de gasodutos que permitam o abastecimento do Maranhão com esse combustível de forma mais econômica. Há vários anos está em estudo um gasoduto ligando Fortaleza-CE a São Luís-MA e a Teresina-PI (Gasoduto Meio Norte), ainda sem perspectiva de concretização desse projeto.

Com relação ao transporte aéreo, o Maranhão possui dois aeroportos que são administrados pela Infraero e que possuem voos regulares, nas cidades de São Luís e Imperatriz. O Aeroporto de São Luís movimentou 1,815 milhão de passageiros e 7.062 toneladas de carga em 2013, enquanto o Aeroporto de Imperatriz movimentou 351 mil passageiros e 1.495 toneladas de carga. O Aeroporto de São Luís está passando por obras de reforma e ampliação,

no âmbito do PAC, o que irá aumentar sua capacidade atual de 3,4 milhões de passageiros/ano para 5,0 milhões de passageiros/ano, envolvendo recursos da ordem de R$ 35 milhões.

A Tabela 2 relaciona as principais obras de infraestrutura de transporte planejadas ou em execução no Maranhão.

Tabela 2 – Obras de infraestrutura de transportes previstas no Maranhão

Obra	Orçamento (R$ milhões)	Estágio atual	(%) Execução
Reforma e ampliação do Aeroporto Internacional de São Luís (PAC)	25	Iniciada	13%
Aeroporto Internacional de São Luís (PAC)	10	Iniciada	27%
Construção do terminal para granéis líquidos (berço 108) do Porto de Itaqui	63	Iniciada	56%
Pavimentação Anel da Soja (Etapa 1) entre MA-140 e entr. MA-007 (117 km)	130	Iniciada	0%
Restauração MA-318	118	Iniciada	1%
Pavimentação MA-245 (65,4 km)	67	Iniciada	1%
Melhorias e pavimentação MA-320 (47 km)	64	Iniciada	0%
Reestruturação MA-272 (112 km)	63	Iniciada	0%
Pavimentação e restauração MA-329 (70,3 km)	46	Iniciada	1%
Pavimentação MA-138 (51,3 km)	43	Iniciada	3%
Melhoria e pavimentação MA-020 (72 km)	36	Iniciada	28%
Pavimentação MA-123 (92,3 km)	24	Iniciada	26%
Restauração MA-006 (Arame, 90 km)	41	Iniciada	70%
Melhoria e pavimentação MA-322 (30 km)	16	Iniciada	31%
Implantação Via Expressa de São Luís (11 km)	124	Iniciada	96%
Total	**870**		

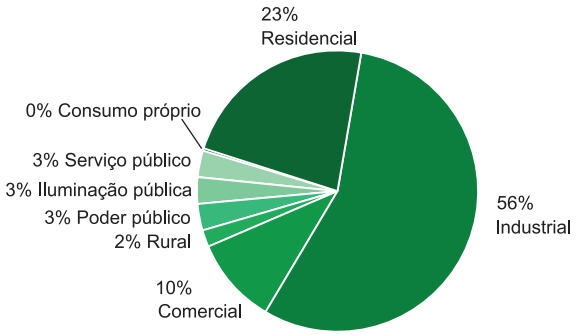
Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do Anuário Exame (2014).

11.2 *Infraestrutura de energia elétrica*

O Maranhão atualmente é o Estado com a quinta maior capacidade de geração de energia do Nordeste, somando 2.366 MW de capacidade instalada, o que corresponde a 10,7% da capacidade de geração regional e 1,87% do total do Brasil (Tabela 3). A concessionária distribuidora de energia elétrica no Maranhão é a Companhia Energética do Maranhão (CEMAR), empresa privada cujo principal acionista é o Grupo Equatorial Energia.

Destaca-se o incremento (162,6%) da capacidade de geração de energia do Estado entre 2012 e 2013, causado pela entrada em operação das usinas termelétricas que fazem parte do Complexo Termelétrico Parnaíba. Com o incremento apresentado no total de energia elétrica gerada no Maranhão entre 2012 e 2013, o Estado passou a ser autossuficiente em relação a esse insumo. O Gráfico 1 apresenta a distribuição do consumo de energia entre as diferentes classes, através do qual se percebe a importância dos segmentos industrial e residencial. No segmento industrial, destaca-se o consumo da Alumar, empresa fabricante de alumínio, liga metálica que utiliza um processo eletrolítico em sua fabricação, o qual demanda grande quantidade de energia.

Gráfico 1 – Distribuição do consumo de energia elétrica do Maranhão por classe em 2013 - Em %



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE a partir de dados da EPE (2014).

Tabela 3 – Evolução dos indicadores de geração e consumo de energia elétrica no Maranhão - 2006 a 2013

Serviços	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	% Brasil (2013)
Capacidade Instalada (MW)	128	128	144	148	553	881	901	2.366	1,87
Energia Gerada (GWh)	698	608	733	994	1.219	1.943	3.621	11.181	1,96
Energia Consumida (GWh)	10.130	10.717	10.966	10.794	11.613	12.053	11.700	10.999	2,37

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados da EPE (2011, 2014).

Apesar da melhoria observada no que diz respeito à relação entre geração e consumo, é importante que prossigam os investimentos no aumento da capacidade de geração, bem como na transmissão de energia elétrica no Estado. Nesse sentido, algumas obras estão previstas, as quais são listadas na Tabela 4 e irão beneficiar o Maranhão e outros estados, sendo que parte destas está incluída no PAC.

Tabela 4– Obras de infraestrutura de energia elétrica previstas no Maranhão

Obra	Orçamento (R$ milhões)	Estágio atual
Usina Hidrelétrica Castelhano (PAC)	222	Em projeto
Usina Hidrelétrica Cachoeira (PAC)	214	Em projeto
Usina Hidrelétrica do Estreito Parnaíba (PAC)	198	Em projeto
LT Miracema-Gilbués 2-Barreiras 2-Bom Jesus da Lapa 2	1.616	Em projeto
Total	**2.250**	

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do Anuário Exame (2014).

11.3 Infraestrutura de utilidade pública

A infraestrutura de utilidade pública proporciona bem-estar e melhores condições de vida à população, inclusive com reflexos na saúde coletiva, a exemplo do abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo e iluminação elétrica.

A oferta desses equipamentos e serviços apresentou considerável evolução no Maranhão no período de 2002 a 2012 (Tabela 5). Nesse sentido, o acesso à iluminação elétrica aproxima-se da universalização no Estado com 99,1% das residências atendidas, estando inclusive em parâmetros semelhantes aos do Nordeste (99,1% de domicílios atendidos) e Brasil (99,5%).

Tabela 5 – Domicílios atendidos por serviços de infraestrutura básica no Maranhão - 2002 e 2012

Serviço	Quantidade (mil unid.)		% Domicílios	
	2002	2012	2002	2012
Abastecimento de água	815	1.318	58,7	71,3
Esgotamento sanitário	106	348	7,6	18,8
Coleta de lixo	585	931	42,1	50,4
Iluminação elétrica	1.148	1.832	82,7	99,1

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

O abastecimento de água, por sua vez, alcançou a 71,3% dos domicílios em 2012 em comparação com 58,7% em 2002. Apesar dessa expansão, o indicador do Maranhão permanece abaixo das médias do Nordeste e do Brasil, 80,6% e 85,4% de domicílios atendidos em 2012, respectivamente.

Por outro lado, investimentos mais expressivos serão necessários em coleta de lixo, pois o Estado contava com 50,4% dos domicílios atendidos regularmente em 2012. A título de comparação, o percentual de residências atendidas por esses serviços alcançou 69,2% no Nordeste enquanto que o Brasil atingiu a 83,5%

Dentre os itens analisados, o acesso a esgotamento sanitário apresenta o menor percentual de acesso pois apenas 18,8% das residências maranhenses contavam com esse tipo de serviço em 2012. Os indicadores do Maranhão encontram-se substancialmente abaixo da média regional (41,1% de residências atendidas no Nordeste) e nacionalmente (63,3%).

Apesar de ter havido uma melhoria em todos os indicadores de infraestrutura básica do Estado em 2012 em relação a 2002, com destaque para a quase universalização do acesso à iluminação elétrica, é fundamental que haja investimento para um incremento ainda maior, especialmente dos indicadores de saneamento, o que certamente trará impactos positivos em outros indicadores sociais. Para tal, existem alguns projetos em execução ou planejados que poderão trazer contribuições, estando os

principais listados na Tabela 6, que inclui também obras voltadas à infraestrutura de irrigação.

Tabela 6 – Obras de infraestrutura de saneamento e irrigação previstas no Maranhão

Obra	Orçamento (R$ milhões)	Estágio atual
Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Chapadinha	26	Iniciada
Perímetro Irrigado Tabuleiro São Bernardo (PAC)	350	Em projeto
Ampliação Sistema de Esgoto Sanitário em São Luís (PAC)	164	Iniciada
Ampliação Sistema de Esgoto Sanitário em Bacabal (PAC)	44	Iniciada
Total	**584**	-

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do Anuário Exame (2014).

Maranhão – Mudanças no Setor Produtivo

O Maranhão possui um conjunto de condições naturais privilegiadas como localização geográfica, vasta extensão de terras e oferta hídrica. Nesse sentido, a expansão da fronteira agrícola no Cerrado maranhense contribuiu para ampliar a produção agropecuária além de irradiar o desenvolvimento local.

Algumas cidades já vislumbram essas mudanças, como é o caso de Balsas. O crescimento econômico se faz notar pelas mudanças nessas áreas de produção. Registre-se que a contribuição do BNB para a expansão do segmento de grãos nos cerrados tem ocorrido por meio do financiamento à produção, além de aporte de recursos em ciência e tecnologia.

Além disso, novos polos industriais e agroindustriais estão redesenhando o mapa do desenvolvimento do Estado, criando novas fronteiras econômicas e multiplicando as oportunidades de integração dos municípios.

É importante destacar que o Porto de Itaqui tem desempenhado um papel fundamental no crescimento econômico do Maranhão, sendo responsável pelo recebimento de cargas para tornar possível a construção e ampliação de indústrias, recebimento de materiais e insumos produtivos, bens para consumo local e também para o escoamento da produção da região.

A área de influência econômica servida pelo porto abrange mais de 20 milhões de hectares e possui a vantagem de estar interligada pelos modais ferroviário e rodoviário. O Porto do Itaqui possui conexões com a rede rodoviária composta por estradas federais, estaduais e municipais; proximidade do Distrito Industrial de São Luís e do Aeroporto Internacional; Rede ferroviária formada pelas ferrovias Transnordestina, Estrada de Ferro Carajás.

Em síntese, importantes obras de infraestrutura e inversões privadas têm ocorrido no Maranhão, dentre as quais se destacam a produção de grãos, a construção de usinas de álcool, a exploração mineral, siderúrgicas, agroindústrias, plantas para a produção de energia eólica, fabricação de cimento, usinas termelétricas, a verticalização da cadeia do alumínio, investimentos no setor portuário, dentre outros segmentos produtivos. Referidas inversões estão contribuindo para gerar um ciclo de desenvolvimento econômico no Estado.

Fonte: Valente Junior, [2011] e O Porto do Itaqui.

Referências

ANUÁRIO EXAME INFRAESTRUTURA 2014-2015. São Paulo: Abril, nov. 2014.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL; BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. Programa de Desenvolvimento Produtivo da Região Nordeste. **Plano Diretor de Investimentos:** relatório técnico 2. Fortaleza: BNB; Washington, D. C.: BID, 2014.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Projeto Nordeste Competitivo:** sumário executivo. Brasília, DF: CNI, 2012.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRANSPORTES. **Pesquisa CNT de Rodovias 2014**. Relatório gerencial. Disponível em: <http://pesquisarodovias.cnt.org.br/Paginas/relGeral.aspx>. Acesso em: 12 nov. 2014.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES. **Rede do Sistema Nacional de Viação 2014**. Disponível em: <http://www.dnit.gov.br/sistema-nacional-de-viacao/snv-2014-1>. Acesso em: 14 nov. 2014.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. **Anuário estatístico de energia elétrica 2011**. Rio de Janeiro: EPE, 2011.

_____. **Anuário estatístico de energia elétrica 2014**. Rio de Janeiro: EPE, 2014.

GRUPO DE ESTUDO E PESQUISA EM INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES E LOGÍSTICA DA ENERGIA DA UFC. **Caracterização e análise dos sistemas produtivo e macrologístico da região nordeste enquanto suporte à localização de empreendimentos:** foco no papel da Ferrovia Transnordestina. Fortaleza: GLEN; UFC, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, 2012**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2013>. Acesso em: 10 nov. 2014.

O PORTO do Itaqui. Disponível em: <http://www.portodoitaqui.ma.gov.br/porto-do-itaqui/planejamento-desenvolvimento/novos-negocios>. Acesso em: 22 dez. 2014.

VALENTE JUNIOR, A. S. [2011]. A expansão do cultivo de soja nos cerrados do Nordeste. In: Agência Prodetec. Disponível em: <http://www.agenciaprodetec.com.br/prosa-a-verbo/44-a-expansao-do-cultivode-soja-nos-cerrados-do-nordeste.html>. Acesso em: 20 dez. 2014.

12 Mercado de trabalho

Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão
Economista. Mestre em Economia Rural

O presente texto está divido em duas seções. Na primeira, analisa-se a evolução do emprego e desemprego no Maranhão no período de 2001 a 2013, utilizando-se dados fornecidos pelo IBGE. Na segunda parte, estudam-se as mudanças do quadro de emprego formal do Estado, entre 2000 a 2013, a partir de dados divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

12.1 Evolução do emprego e desemprego – PNAD Contínua

O capítulo apresenta as variações ocorridas no nível de emprego (pessoal ocupado e desocupado) do fator trabalho de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)[1] realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para os anos de 2001 e 2013.

Dados da PNAD Contínua revelam que a População em Idade Ativa (PIA) era de 4.493 mil pessoas, em 2001, representando 76,4% da população total do Maranhão. Vale ressaltar que neste período 67,0% da PIA concentravam-se na área urbana do Estado. Já os dados de 2013 apontavam a PIA com 5.516 mil pessoas, representando 81,2% da população total (Tabela 1).

Ao contrário do que está ocorrendo em outros estados do País, houve um incremento da PIA domiciliada em áreas rurais, resultando por sua vez em decréscimo da participação da População em

[1] Abrangência geográfica: Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, 20 Regiões Metropolitanas que contêm Municípios das Capitais (Manaus, Belém, Macapá, São Luís, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife, Maceió, Aracaju, Salvador, Belo Horizonte, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre, Vale do Rio Cuiabá, e Goiânia) e a Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina.

Idade Ativa nas áreas urbanas, ou seja, reduziu-se de 67,0% em 2001 para 59,2% em 2013.

No período abordado, registrou-se um significativo aumento da População Economicamente Ativa (PEA)[2]. Em 2001, a PEA era de 2.820 mil pessoas, correspondendo a uma Taxa de Participação da força de trabalho de 62,8%. Em 2013, ocorreu uma mudança nessa estrutura, ocasião em que a PEA aumentou para 3.242 mil pessoas, com crescimento a uma taxa de 1,17% ao ano, que resultou em um incremento de 422 mil pessoas. Porém, no ano de 2013, registrou-se uma redução na taxa de participação em 6,35% em relação a 2001, que chegou a corresponder 58,8%, fato este explicado pelo maior crescimento da PIA em relação ao crescimento da população economicamente ativa (Tabela 1 e Gráfico 1).

Tabela 1 – População em idade ativa, economicamente ativa, ocupada e desocupada - 2001 e 2013

População	2001	2013	Diferença absoluta	Var %	TGC (a.a. %)
População Total	5.879	6.794	915	15,56	1,21
População em Idade Ativa – PIA	4.493	5.516	1.023	22,77	1,72
População Economicamente Ativa – PEA	2.820	3.242	422	14,96	1,17
População Ocupada – POC	2.629	3.049	420	15,98	1,24
População Desocupada	191	193	2	1,05	0,09
Taxa de Participação (%) (1)	62,8	58,8	-4	-6,36	-0,55
Nível de Ocupação (%) (2)	58,51	55,28	-3	-5,53	-0,47
Taxa de Ocupação (%) (3)	93,23	94,05	1	0,88	0,07
Nível de Desocupação (%) (4)	4,25	3,50	-1	-17,69	-1,61
Taxa de Desocupação (%) (5)	6,77	5,95	-1	-12,11	-1,07

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

[2] Para melhor compreensão do conceito, é preciso esclarecer que, dentre a população residente de um país ou região, existe uma parcela que se encontra em idade ativa, ou em capacidade de realizar algum tipo de trabalho, remunerado ou não (População em Idade Ativa – PIA) e, que uma fração dessa parcela, encontra-se efetivamente integrada no mercado, formal ou não, de trabalho (População Economicamente Ativa – PEA). Na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua realizada pelo IBGE, todas as pessoas com idade igual ou superior a quatorze (14) anos compõem o estoque total da PIA.

Obs.: pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência (mil pessoas).

Notas:

(1) percentual da PEA sobre a PIA;

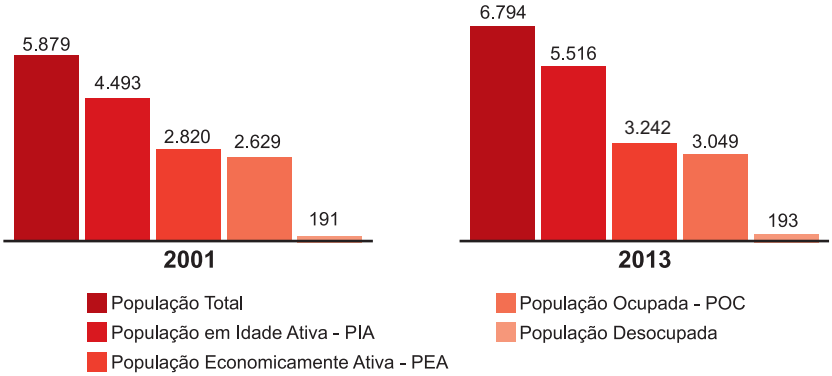
(2) percentual da População Ocupada dividida pela PIA;

(3) percentual da População Ocupada dividida pela PEA;

(4) percentual da População Desocupada dividida pela PIA;

(5) percentual da População Desocupada dividida pela PEA.

Gráfico 1 – População total, em idade ativa, economicamente ativa, ocupada e desocupada - 2001 e 2013



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Nota: pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência (mil pessoas).

Em 2001, a População Ocupada (POC) era de 2.629 mil pessoas, correspondendo à taxa de ocupação de 93,2%. A composição de arranjos, segundo a classe de rendimento mensal de todos os trabalhos, aponta para uma maior concentração de pessoas que recebiam até dois salários mínimos, com 59,1% do total de pessoas ocupadas (Tabela 2).

Entre 2001 a 2013, a taxa de incremento da POC foi da ordem de 15,9%, alcançando um estoque de 3.049 mil pessoas. Nesta nova configuração, observa-se um maior crescimento de pessoas ocupadas na classe de rendimento mensal entre um a dois salários mínimos (2,0% ao ano).

No ano de 2013, verificou-se que 26,9% do total de pessoas ocupadas estavam na categoria “sem rendimento”, percentual elevado, além do aumento em 1,5% dessa categoria em relação ao ano de 2001. Por sua vez, a classe de rendimento mensal de até dois salários mínimos respondia por um conjunto de quase 58,6% da POC, enquanto que a população ocupada na classe de mais de dois salários mínimos representava apenas 12,4% da POC. Neste caso, percebe-se a distribuição assimétrica de renda, e corroborando com esta análise, o Índice de Gini calculado para o Maranhão foi de 0,560 no ano de 2013 (IBGE, 2014).

Tabela 2 – Pessoas ocupadas (1) por classes de rendimento mensal de todos os trabalhos - 2001 e 2013

Classes de rendimento mensal	2001		2013		Diferença absoluta	Var %	TGC (a.a.%)
	Absoluto	Part. %	Absoluto	Part. %			
Até 1/2 SM	437	16,6	536	17,6	99	22,7	1,7
Mais de 1/2 a 1 SM	634	24,1	638	20,9	4	0,6	0,1
Mais de 1 a 2 SM	484	18,4	613	20,1	129	26,7	2,0
Mais de 2 a 3 SM	154	5,9	179	5,9	25	16,2	1,3
Mais de 3 a 5 SM	112	4,3	97	3,2	-15	-13,4	-1,2
Mais de 5 a 10 SM	81	3,1	68	2,2	-13	-16,0	-1,4
Mais de 10 a 20 SM	30	1,1	23	0,8	-7	-23,3	-2,2
Mais de 20 SM	13	0,5	11	0,4	-2	-15,4	-1,4
Sem rendimento	683	26,0	820	26,9	137	20,1	1,5
Sem declaração	1	0,0	64	2,1	63	6300,0	41,4
Total	**2.629**	**100,0**	**3.049**	**100,0**	**420**	**16,0**	**1,2**

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Nota:

(1) pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência (mil pessoas).

Como a PNAD tem representatividade quanto à ocupação e desocupação, pode-se concluir que o mercado de trabalho para o ano de 2013 encontrava-se em situação mais robusta do que a relatada no ano de 2001, pois ocorreram reduções tanto no nível

de desocupação quanto na taxa de desocupação em 1,6% a.a e 1,1% a.a, respectivamente. O reflexo positivo desse novo quadro para 2013 pode ser observado com o crescimento do estoque de pessoas ocupadas ao longo desse período, aumentando de 2.629 pessoas em 2001 para 3.049 pessoas ocupadas em 2013, registrando uma taxa de crescimento de 1,2% ao ano, ou seja, aumento da População Ocupada de 420 mil no período de 2001 a 2013. Portanto, verifica-se uma expansão do mercado de trabalho do Maranhão no período analisado.

As expectativas para o mercado de trabalho são de crescimento tendo em vista os investimentos previstos para os próximos anos nos setores do comércio[3], na produção e distribuição de eletricidade, gás e água e no setor de transporte, armazenagem e comunicações. Especificamente no setor de transporte, tem-se destacado o investimento na expansão do Porto de Itaqui[4], com investimentos na ordem de R$ 202,0 milhões, de acordo com a Rede Nacional de Informações sobre Investimento – RENAI (BRASIL, 2014a).

12.2 Evolução do emprego formal – RAIS

Nesta segunda parte, analisa-se a evolução do número de vínculos empregatícios utilizando-se a base de dados fornecida pelo Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para os anos de 2000 e 2013. A RAIS registra o estoque de empregos formais na sua totalidade, diferentemente da PNAD Contínua realizada pelo IBGE que se utiliza de amostra. Porém, a RAIS não registra o número de empregos informais nem o de pessoas desocupadas, uma vez que esses dois recortes não são objeto de sua base de dados.

O estoque de empregos alcançou 391.685 vagas no Maranhão em 2000, com forte concentração na administração pública

---

[3] Com a construção de três *shopping centers*, dois localizados no município de Imperatriz (investidos R$ 230,00) e um em São Luis (orçado em R$ 252,00) (BRASIL, 2014).

[4] O investimento total da modernização e expansão do Porto de Itaqui totalizará 1,1 bilhão, deste valor, R$ 572 milhões são recursos de iniciativa privada, R$ 396 milhões com participação do Governo Federal e os R$ 126 milhões recursos da própria Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP (MARANHÃO, 2012).

(31,2%). Em 2013, o estoque de empregos saltou para 898.412 vagas, com aumento de 129,4% no período. Além desse incremento, o estado do Maranhão apresenta agora uma nova configuração na distribuição setorial do mercado de trabalho.

Assim, os segmentos de comércio e serviços que respondiam por 29,5% dos empregos formais do Estado, com 115.457 pessoas no ano 2000, passaram a representar por cerca de 36,3% dos empregos formais do Estado, fornecendo 325.784 de postos de trabalho em 2013 (Tabela 3 e Gráfico 2).

Vale salientar que a formação deste novo quadro ocorreu a partir dos investimentos nos setores de comércio e serviços, a exemplo da expansão de *shopping centers*[5], que por sua vez são impulsionados pelo crescimento no consumo das famílias (IBGE, 2014).

Em relação à distribuição de emprego segundo o porte da empresa[6], no ano 2000 as firmas de grande porte respondiam por 39,5% dos empregos formais do Estado, enquanto que as micro, pequenas e médias empresas ofereciam 60,5% das vagas totais. Em 2013, as oportunidades aumentaram de forma considerável em todos os segmentos, e de forma especial nas empresas de grande porte, que passou a contar com 43,7% das vagas, ou seja, 392.606 empregos formais.

---

[5] No período de 2011 a 2013 foram investidos para a construção de 7 novos *shopping centers*, dentre eles: o Mestre Álvaro, na divisa de Vitória com Serra (ES); o da Ilha, em São Luís (MA); o Park Europeu, em Blumenau (SC), com 84 mil m² de área construída e 180 lojas satélites; e da Reserva Rio Poty, em Teresina (PI), englobando um shopping com 300 lojas, edifícios residenciais e uma reserva ambiental (BRASIL, 2014a).

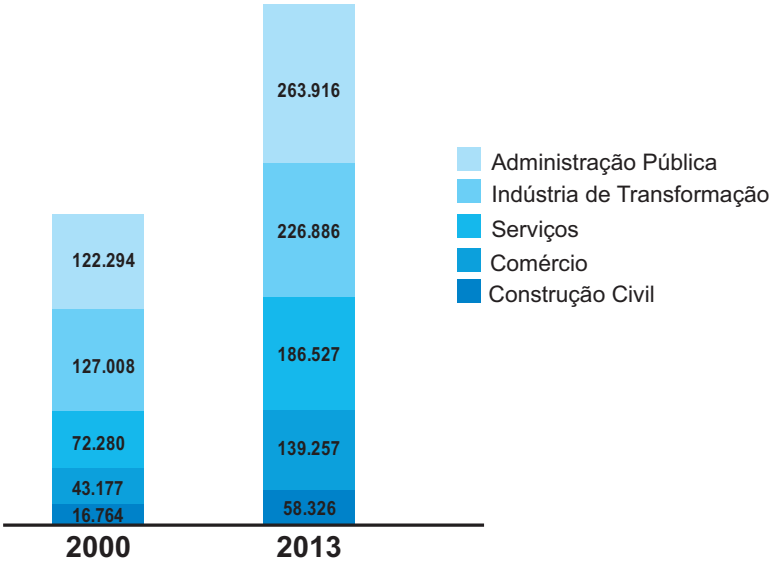
[6] O porte adotado está relacionado com o número de vínculos empregatícios por estabelecimento: a) Micro empresa - até 19 empregados; b) Pequena empresa - entre 20 e 99; c) Média empresa - entre 100 e 499; d) Grande empresa - acima de 500.

Tabela 3 − Distribuição de emprego por subsetor segundo o número total de vínculos empregatícios - 2000 e 2013

Subsetores	2000		2013		Diferença absoluta	Var. %
	Absoluto	Particip. (%)	Absoluto	Particip. (%)		
Administração pública	122.294	31,2	263.916	29,4	141.622	115,8
Indústria de transformação	127.008	32,4	226.886	25,3	99.878	78,6
Serviços	72.280	18,5	186.527	20,8	114.247	158,1
Comércio	43.177	11,0	139.257	15,5	96.080	222,5
Construção civil	16.764	4,3	58.326	6,5	41.562	247,9
Agropecuária, extração vegetal, caça...	4.466	1,1	17.899	2,0	13.433	300,8
Servicos Industriais de Utilidade Pública	4.280	1,1	3.178	0,4	-1.102	-25,7
Extrativa mineral	1.416	0,4	2.423	0,3	1.007	71,1
Total	**391.685**	**100,0**	**898.412**	**100,0**	**506.727**	**129,4**

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2014b). Relação Anual de Informações Sociais – RAIS.

Gráfico 2 − Distribuição de emprego por subsetor segundo o número total de vínculos empregatícios - 2000 e 2013



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2014b). Relação Anual de Informações Sociais – RAIS.

A organização da indústria de transformação e extrativa mineral, em particular, revelava a existência de 128.424 postos de trabalhos com vínculos empregatícios, em 2000, observando-se uma concentração em três subsetores, ou seja, fabricação de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico (46,8%), de confecção de artigos do vestuário (8,2%) e produtos de minerais não metálicos (7,2%), que empregava 9.252 pessoas (Tabela 4).

No ano de 2013, houve incremento de 100.885 novos postos de trabalho nas indústrias de transformação e extrativa mineral, chegando a registrar 229.309, ou seja, 78,6% a mais em relação ao ano de 2000. Os maiores impactos podem ser observados na indústria de produtos alimentícios e bebidas (com acréscimo de 25.282 postos de empregos formais), confecção de artigos do vestuário (aumento em 12.849 postos de trabalho), produtos de minerais não metálicos (12.248 novos postos) e produtos de outros equipamentos de transporte com a criação de 10.990 postos de trabalho com vínculo empregatício.

Nestes dois subsetores, indústria de transformação e extrativa mineral, grande parte da geração de empregos formais ocorreu em função dos elevados investimentos nas indústrias de transformação tendo em vista que no período de 2011 a 2013 foram injetados U$S 173,2 milhões nestes subsetores (BRASIL, 2014a)

Por sua vez, os programas governamentais de habitação vêm impulsionando a construção civil, que gerou 41.562 novos empregos formais, aumento em 247,9% em relação ao ano de 2000. Segundo o Sindicato da Indústria de Cimento Nacional (SICN), o ano de 2013 fechou com consumo de 1.563 mil toneladas, registrando incremento de 1.092 mil toneladas, ou seja, aumento em 231,85% em relação ao ano de 2003.

Quanto aos dados disponibilizados pela RAIS-MTE, verifica-se um crescimento no estoque de empregos formais, tendo saltado de 391.685 empregos no ano de 2000 para 898.412 vagas em 2013, aumento em 129,4% com predominância dos empregos formais em empresas de micro e grande portes. Referido desempenho é reflexo dos investimentos na economia do Maranhão em setores estratégicos, tais como a Siderúrgica Integrada Guza Nordeste, empreendimento localizado no município de Açailândia, com investimento orçado em R$ 310,0 milhões para a primeira fase do projeto, gerando mil postos de trabalho da implantação da iniciativa (MARANHÃO, 2012).

A vocação econômica do Maranhão para os setores de comércio e serviços contribuiu para a instalação de 33.832 estabelecimentos em 2013, ou seja, 80,9% do total do número de estabelecimentos do Estado.

Tabela 4 − Indústria de transformação e extrativa mineral - Distribuição de emprego com vínculos empregatícios por subsetor - 2000 e 2013

Subsetores	2000		2013		Diferença absoluta	Var. %
	Absoluto	Particip. (%)	Absoluto	Particip. (%)		
Indústria de transformação (A)						
Produtos alimentícios e bebidas	60.158	46,8	85.440	37,3	25.282	42,0
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	10.568	8,2	23.417	10,2	12.849	121,6
Produtos de minerais não metálicos	9.252	7,2	21.500	9,4	12.248	132,4
Outros equipamentos de transporte	213	0,2	11.203	4,9	10.990	5.159,6
Produtos químicos	7.007	5,5	10.181	4,4	3.174	45,3
Produtos de metal exceto máq. e equip.	3.481	2,7	9.915	4,3	6.434	184,8
Artigos de borracha e plástico	4.320	3,4	9.538	4,2	5.218	120,8
Móveis e indústrias diversas	4.066	3,2	8.660	3,8	4.594	113,0
Produtos têxteis	6.283	4,9	6.514	2,8	231	3,7
Coque, refino de petróleo, elabor. de combustíveis nucleares e prod. de álcool	1.560	1,2	6.362	2,8	4.802	307,8
Máquinas e equipamentos	1.461	1,1	5.502	2,4	4.041	276,6
Celulose, papel e produtos de papel	2.380	1,9	5.434	2,4	3.054	128,3
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	3.767	2,9	5.038	2,2	1.271	33,7
Manutenção, inst. e instalação de máq. e equip.	407	0,3	3.682	1,6	3.275	804,7
Veículos automotores, reboques e carrocerias	1.046	0,8	3.489	1,5	2.443	233,6
Metalurgia	2.032	1,6	3.354	1,5	1.322	65,1
Edição, impressão e reprodução de gravações	3.677	2,9	3.101	1,4	-576	-15,7
Artefatos de couro, artigos de viagem e calçados	2.796	2,2	2.828	1,2	32	1,1
Produtos de madeira	818	0,6	837	0,4	19	2,3
Equip. de informática, produtos eletrônicos e ópticos	1.648	1,3	646	0,3	-1.002	-60,8
Produtos do fumo	68	0,1	245	0,1	177	260,3
Indústria de extração mineral (B)						
Minerais metálicos não ferrosos	0	0,0	915	0,4	915	-
Pedra, areia e argila	765	0,6	784	0,3	19	2,5
Carvão mineral	0	0,0	503	0,2	503	-
Outros minerais não metálicos	537	0,4	215	0,1	-322	-
Atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural	101	0,1	5	0,0	-96	-95,0
Minério de ferro	13	0,0	1	0,0	-12	-92,3
Total (A+B)	**128.424**	**100,0**	**229.309**	**100,0**	**100.885**	**78,6**

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2014b). Ministério do Trabalho e Emprego. Relação Anual de Informações Sociais – RAIS.

As perspectivas para os próximos anos são de geração de mais postos de trabalho em setores considerados estratégicos para o Estado. Está prevista a entrega da primeira fase da Refinaria Premium I[7] em 2016, com investimentos de US$ 18,9 bilhões. O empreendimento deverá ofertar 132 mil empregos diretos e indiretos (BRASIL, 2014a). Outro projeto em fase de implantação é da empresa Bionergy (Investimento em 50 projetos de usinas eólicas, com geração de 1,4 mil MW), que prevê a entrega de um parque eólico entre os municípios de Tutóia, Barreirinha e Paulino Neves, próximo ao litoral maranhense, para entrega no ano de 2016. Esta iniciativa está orçada em US$ 3,8 bilhões, com a expectativa de geração de 3 mil empregos diretos e 15 mil indiretos (BRASIL, 2014a; MARANHÃO, 2012).

Referências

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Projetos de investimento por setor e divisão econômica. In: **Rede Nacional de Informações sobre Investimento – RENAI.** Brasília, DF, 2014a. Disponível em: <http://investimentos.mdic.gov.br/public/arquivo/arq1407503664.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2014a.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais – RAIS.** Empregos formais no Brasil e Nordeste 2000 e 2013. Brasília, DF, 2014b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa básica 2001 a 2013. In: **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua.** Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/pnad/pnadpb.asp> Acesso em: 11 nov. 2014.

MARANHÃO. Secretaria de Comunicação e Secretaria de Estado do Desenvolvimento. Indústria e Comércio do Governo

[7] A Refinaria Premium I está localizada no município de Bacabeira. Em sua fase final, terá a capacidade de produzir 600 mil barris/dia com produto de alta qualidade (como óleo diesel, querosene de aviação (QAV), nafta petroquímica, GLP (gás de cozinha), bunker (combustível para navios) e coque). Segundo a Petrobras, a refinaria será a maior das Américas, mas, inicialmente voltada ao mercado interno.

de Maranhão. **O Maranhão e a nova década:** oportunidades e desafios. São Luís, 2012. Disponível em: <http://www.ma.gov.br/wp-content/uploads/2012/03/Maranhão_novadecada.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2014.

PETROBRÁS. **Refinaria Premium I.** Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/refinarias/refinaria-premium-i.htm>. Acesso em: 20 nov. 2014.

SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DO CIMENTO. **Relatório anual 2012**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.snic.org.br/relatorio_anual_dinamico.asp> Acesso em: 17 nov. 2014.

13 Intermediação financeira

Allisson David de Oliveira Martins
Economista. Mestre em Economia

A intermediação financeira se constitui em um importante vetor do desenvolvimento regional. Nesse sentido, o Maranhão conta com 13 instituições financeiras, que atuam em seu território através de 357 agências bancárias. Em agosto de 2014, referidos estabelecimentos administraram saldo de depósitos à vista, dos setores públicos e privados, totalizando R$ 2,1 bilhões, além de R$ 3,1 bilhões de saldo de depósitos a prazo. Os depósitos em caderneta de poupança apresentam-se como o mais relevante dentre os produtos de captação de recursos, tendo alcançado o montante de R$ 6,3 bilhões (BACEN, 2014b).

O Maranhão vem apresentando desempenho superior ao do Brasil quando se analisa a evolução do saldo das operações de crédito. No período de 2004 a 2013, observou-se taxa de crescimento de 30,2% ao ano em empréstimos e financiamentos no Estado, enquanto que em nível nacional o crédito registrou taxa de crescimento de 21,8% ao ano.

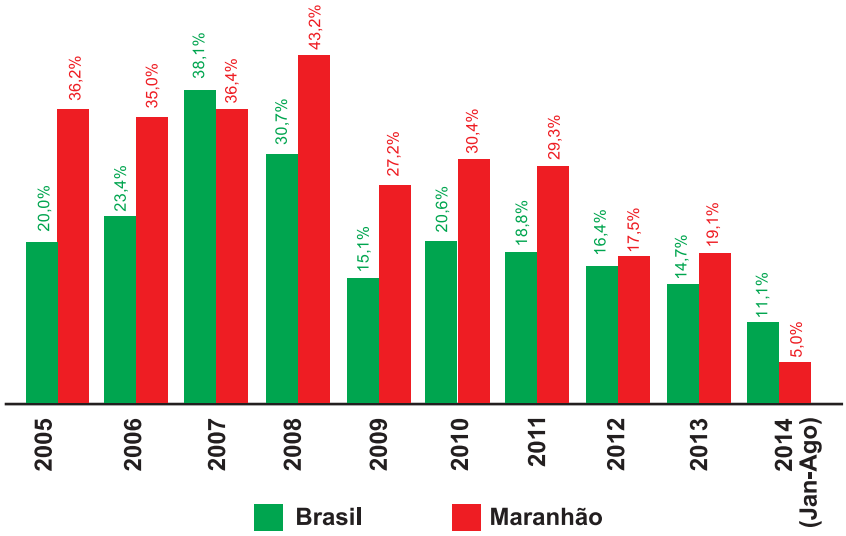
Pode-se destacar ainda que o crescimento das operações de crédito no Maranhão beneficiou tanto as pessoas físicas quanto as jurídicas. No primeiro caso, o crescimento foi de 29,6%, ao ano, sendo as operações voltadas essencialmente para o consumo. No segundo, a expansão alcançou 31,2% ao ano, com operações destinadas fundamentalmente para a produção.

O Gráfico 1 mostra a expansão do saldo de crédito no Brasil e no Estado anualmente. Em agosto de 2014, o saldo das operações de crédito do sistema financeiro no Maranhão alcançou R$ 32,7 bilhões, o que representou uma participação de 9,0% e 1,0% no total do saldo do Nordeste e do Brasil, respectivamente.

Além do crescimento quantitativo dos saldos das operações de crédito, verifica-se uma melhoria qualitativa das operações no Estado, haja vista a redução dos Índice de Inadimplência ao longo

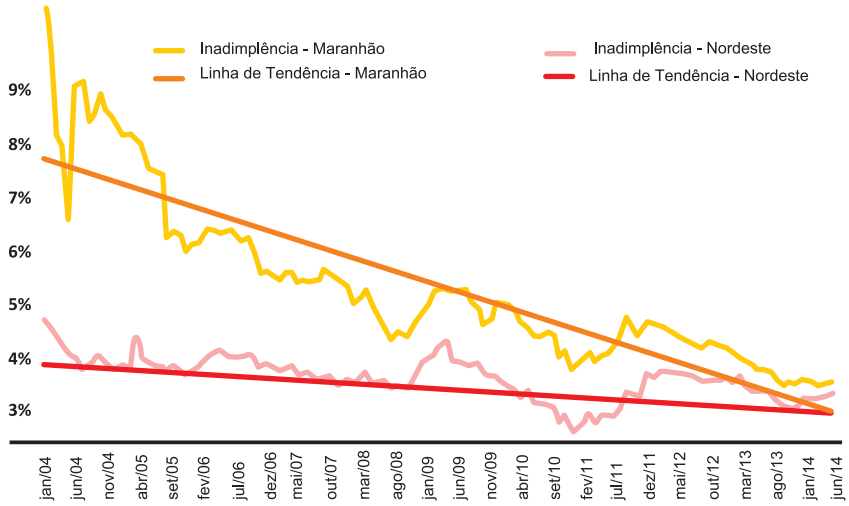
dos últimos anos, inclusive com tendência de convergência com os índices observados na Região Nordeste (Gráfico 2).

Gráfico 1 – Evolução do saldo de crédito do Sistema Financeiro Nacional e do Maranhão - 2005 a 2014 - Variação em relação ao ano anterior - Em%



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do Bacen (2014a).

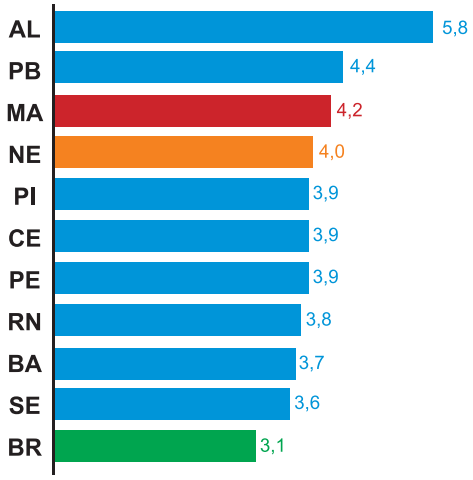
Gráfico 2 – Índice de Inadimplência no Nordeste e Maranhão - 2004 a 2014



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do Bacen (2014a).

Em agosto de 2014, o Índice de Inadimplência total do Maranhão registrou 4,2%, ligeiramente acima do indicador do Nordeste (4,0%). Por segmento, a taxa de inadimplência das pessoas físicas (5,1%) apresentou-se superior em relação ao Índice das pessoas jurídicas (2,8%) (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Índice de Inadimplência nos Estados do Nordeste e Brasil - Agosto de 2014



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do Bacen (2014a).

Por sua vez, as agências financeiras oficiais de fomento[8] são de extrema relevância no sistema financeiro brasileiro, pois essas entidades fortalecem as economias locais por intermédio da oferta de recursos financeiros para a implantação, ampliação, modernização e relocalização dos empreendimentos produtivos. Nesse sentido, os empreendedores maranhenses obtiveram crescentes recursos dessas agências de fomento, contribuindo para dinamizar o nível de atividade econômica através da geração de emprego e renda (Tabela 1).

[8] Agências oficiais de fomento: Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), Banco do Brasil (BB), Caixa Econômica Federal (CEF), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME) e Banco da Amazônia (BASA).

Tabela 1 – Saldo de aplicação de recursos das agências financeiras oficiais de fomento - Por setor de atividade - 2005 a 2013 - (R$ bilhões)

Ano	Rural	Industrial	Comércio	Interme-diação financeira	Outros serviços	Habitação	Outros	Total
2005	1,67	0,58	0,28	0,43	0,12	0,21	0,57	3,88
2006	1,93	0,43	0,30	0,45	0,21	0,28	0,73	4,33
2007	2,34	0,52	0,39	0,50	0,43	0,51	0,97	5,66
2008	2,78	1,45	0,56	0,62	0,81	0,67	1,24	8,14
2009	2,93	2,02	0,91	0,79	2,12	0,84	1,71	11,33
2010	3,15	1,79	1,01	1,15	2,61	1,31	1,98	12,99
2011	3,34	2,22	1,14	1,70	2,88	1,88	2,46	15,62
2012	3,66	3,02	1,56	2,11	4,21	2,47	3,39	20,43
2013	4,14	4,17	2,09	2,49	5,36	3,33	4,54	26,13

Fonte: elaborado pelo BNB, ETENE com dados de Brasil (2014).

No período entre 2005 e 2013, verificou-se que o saldo das operações de crédito das agências oficiais multiplicou por um fator de 6,7, resultado de uma taxa de crescimento anual de 26,9%, com destaque para os setores “outros serviços” e “habitação”, que registraram taxa de crescimento anual de 60,1% e 41,1%, respectivamente.

Sob a ótica dos tomadores de recursos, observa-se que o porte “Micro” possui maior participação relativa no saldo de aplicação de recursos (47,8%), haja vista contemplar expressivo contingente de microempresas nos setores de comércio e serviços, bem como os miniprodutores rurais e agricultores familiares. Por sua vez, os portes “Grande” e “Pequeno”, apresentaram as taxas de crescimento anuais mais elevadas na aplicação de recursos das agências financeiras oficiais de fomento no período de 2005 a 2013, isto é, 35,9% e 32,6%, respectivamente (Tabela 2).

Tabela 2 – Saldo de aplicação de recursos das agências financeiras oficiais de fomento - Por porte do tomador - 2005 a 2013 - (R$ bilhões)

Ano	Micro	Pequeno	Médio	Grande	Total
2005	2,50	0,26	0,30	0,82	3,88
2006	3,04	0,27	0,19	0,84	4,33
2007	3,92	0,35	0,23	1,15	5,66
2008	4,71	0,55	0,34	2,53	8,14
2009	5,21	0,89	0,55	4,68	11,33
2010	5,66	1,03	0,84	5,46	12,99
2011	7,06	1,30	1,05	6,20	15,62
2012	9,48	1,79	1,44	7,72	20,43
2013	12,48	2,46	1,69	9,50	26,13

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2014).

Referências

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Economia e finanças. Economia regional. Crédito. In: **Sistema Gerenciador de Séries Temporais.** v. 2.1. Brasília, DF, 2014a. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>. Acesso em: 13 nov. 2014.

_____. **ESTBAN – Estatística Bancária por Município**. Brasília, DF, 2014b. Disponível em: <http://www4.bcb.gov.br/fis/cosif/estban.asp>. Acesso em: 13 nov. 2014.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Empresas Estatais.** Portarias bimestrais. Orçamento de investimentos. Empréstimos e financiamentos. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/ministerio.asp?index=4&ler=t213>. Acesso em: 13 nov. 2014.

14 Financiamentos de longo prazo do Banco do Nordeste: o FNE

José Alci Lacerda de Jesus
Engenheiro Agrônomo. Especialista em Ecologia e Avaliação de Recursos Naturais
Mário Sérgio Carvalho de Freitas
Geógrafo. Mestre em Geografia Física
Sâmia Araújo Frota
Economista. Mestre em Administração

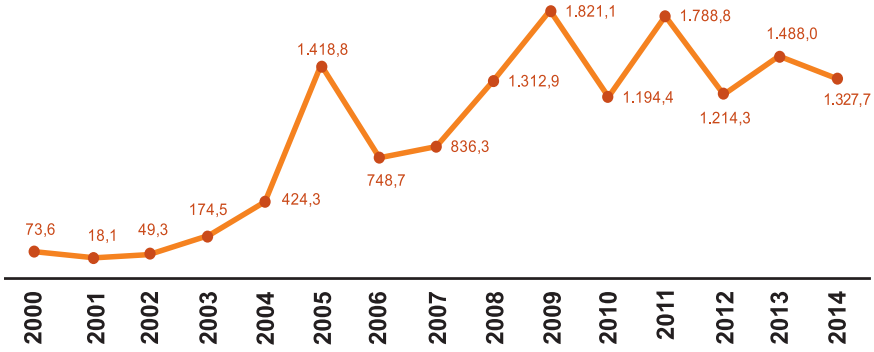
As políticas públicas voltadas para o desenvolvimento regional são importantes instrumentos para geração de crescimento econômico com inclusão social. Nesse sentido, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) é um dos pilares das políticas de desenvolvimento para a Região, contribuindo enquanto política de financiamento à atividade produtiva, para impulsionar a dinâmica das economias estaduais da Região, promovendo a redução das desigualdades intra e inter-regionais.

Assim, a aplicação dos recursos do FNE, planejada e realizada em articulação com os Governos Estaduais, Ministério da Integração, a SUDENE, representações dos setores produtivos e órgãos de apoio à atividade econômica, possibilita que na área de atuação do Fundo sejam fortalecidas as atividades produtivas, gerando novos negócios, oportunidades de novos empregos e aumento da arrecadação de tributos.

Nesse contexto, verifica-se no Gráfico 1 que de 2000 a 2014 houve um incremento substancial nos valores contratados com recursos do FNE no estado do Maranhão, evoluindo de R$ 73,6 milhões em 2000 para R$ 1,3 bilhão em 2014, sendo o valor total aplicado no período de R$ 13,9 bilhões. Em relação à quantidade de operações contratadas ocorreu também um incremento expressivo, saltando de aproximadamente 2,1 mil em 2000 para mais de

48,9 mil em 2014, permitindo que os empreendedores do Estado tenham acesso ao crédito.

Gráfico 1 – Evolução das contratações com recursos do FNE no Maranhão - (R$ milhões)

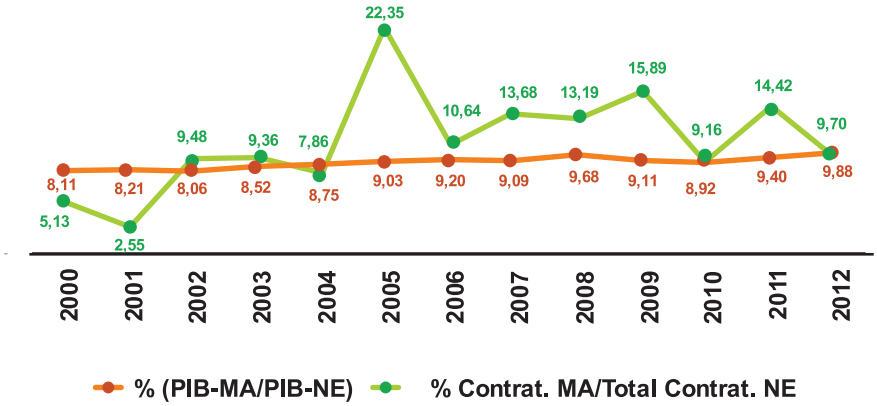


Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE.

Nota: os valores foram atualizados pelo IGP-DI – média anual a preços de dezembro de 2014, com dados do Ipeadata.

Outro aspecto a destacar é que a participação do PIB do Maranhão no Nordeste oscilou entre 8,1% em 2000 e 9,9% em 2012. Os financiamentos do FNE no Estado, por sua vez, alcançaram nesse período 11,7% do total aplicado dessa fonte de recursos (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Participação do Maranhão no PIB regional e no total das contratações do FNE na Região Nordeste - 2000 a 2012 - Em %

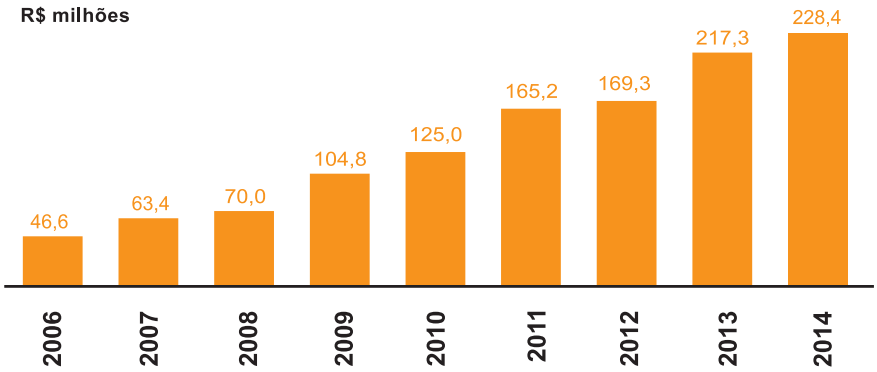


Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE (2014).

Em relação ao atendimento às áreas consideradas prioritárias pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), do Governo Federal, quais sejam as mesorregiões diferenciadas Chapada das Mangabeiras e Bico do Papagaio e a Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE) de Timon, considerando somente o período de 2006 a 2014, os financiamentos com recursos do FNE alcançaram cerca de R$ 3,0 bilhões e R$ 164,4 milhões, respectivamente, em valores atualizados em dezembro de 2014.

Além disso, em sintonia com as políticas públicas de âmbito nacional de apoio às Micro e Pequenas Empresas (MPEs), o estado do Maranhão elevou suas aplicações com recursos do FNE para esse segmento, especialmente a partir de 2006 (Gráfico 3). Esse resultado é compatível com o crescimento do financiamento com recursos do FNE para comércio e serviços, principal setor de atuação das MPEs. Em 2006, o segmento contratou no Maranhão aproximadamente R$ 46,6 milhões e em 2014 atingiu um montante superior a R$ 228 milhões financiados, em valores atualizados, representando um incremento de aproximadamente 390%.

Gráfico 3 – Evolução das contratações com recursos do FNE para Micro e Pequenas Empresas no Maranhão

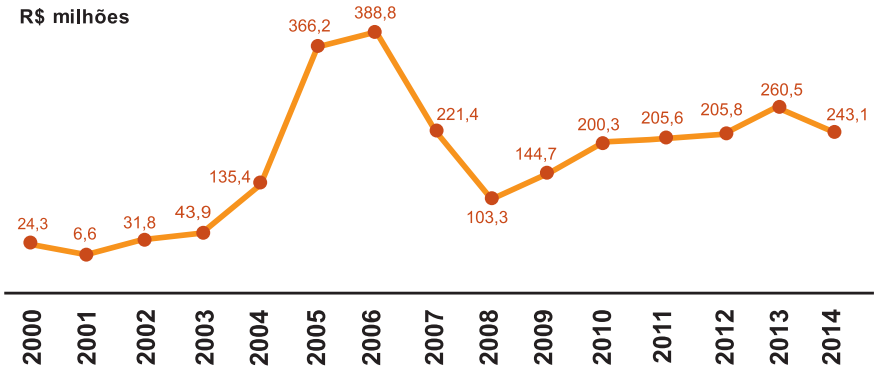


Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE

Nota: os valores foram atualizados pelo IGP-DI – média anual a preços de dezembro de 2014, com dados do Ipeadata.

Os agricultores familiares também têm sido beneficiados com substancial parcela de recursos do FNE, por meio do programa Pronaf. Conforme detalhado no Gráfico 4, observa-se uma evolução de R$ 24,3 milhões, em 2000, para R$ 243,1 milhões em 2014.

Gráfico 4 – Evolução das contratações com recursos do FNE para agricultura familiar no Maranhão

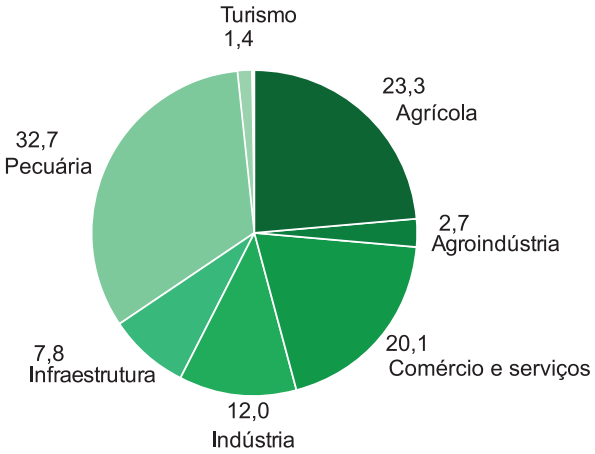


Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Notas: os valores foram atualizados pelo IGP-DI – média anual a preços de dezembro de 2014, com dados do Ipeadata.

Com relação aos financiamentos setoriais, no período 2000-2014, o que se verifica é uma participação maior das atividades pecuária (32,7%), agrícola (23,3%), e de comércio e serviços (20,1%), conforme apresentado no Gráfico 5. A alocação setorial dos recursos do FNE corresponde à demanda por recursos, que por sua vez retrata o perfil produtivo estadual. Mudanças na estrutura produtiva do Estado podem ocorrer através da implementação de políticas setoriais, que complementem a ação creditícia.

Gráfico 5 – Participação média dos setores econômicos nos financiamentos do FNE no Maranhão - 2000 a 2014



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE.

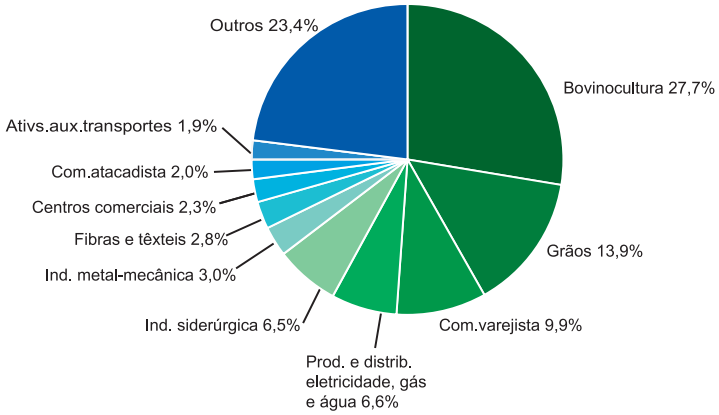
Nota: os valores foram atualizados pelo IGP-DI – média anual a preços de dezembro de 2014, com dados do Ipeadata.

É importante destacar ainda o apoio proporcionado a grandes empreendimentos no Maranhão, em diversos setores, a exemplo da agricultura, indústria, comércio, serviços e infraestrutura, nos quais empresas âncoras podem contribuir para estruturar cadeias produtivas estaduais, vez que essas firmas demandam insumos e bens intermediários que podem ser produzidos por fornecedores locais de diferentes portes.

Nos últimos quatro anos (2011-2014), por exemplo, foram financiados grandes empreendimentos dos segmentos de comunicações, beneficiamento de minério, shopping centers e empreendimentos do ramo agropecuário.

O Gráfico 6 detalha as principais atividades econômicas e sua participação no total de financiamentos do FNE no período 2000-2014 no Maranhão, podendo ser observada a diversidade de segmentos produtivos apoiados.

Gráfico 6 – Principais atividades financiadas com FNE no Maranhão - 2000 a 2014



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE.

Nota: os valores foram atualizados pelo IGP-DI – média anual a preços de dezembro de 2014, com dados do Ipeadata.

Outro aspecto fundamental na aplicação dos recursos do FNE diz respeito à democratização do acesso ao crédito e à desconcentração da aplicação dos recursos em termos territoriais. Neste contexto, o Mapa 1 mostra a distribuição do volume dos financiamentos por município, no período 2006 a 2014.

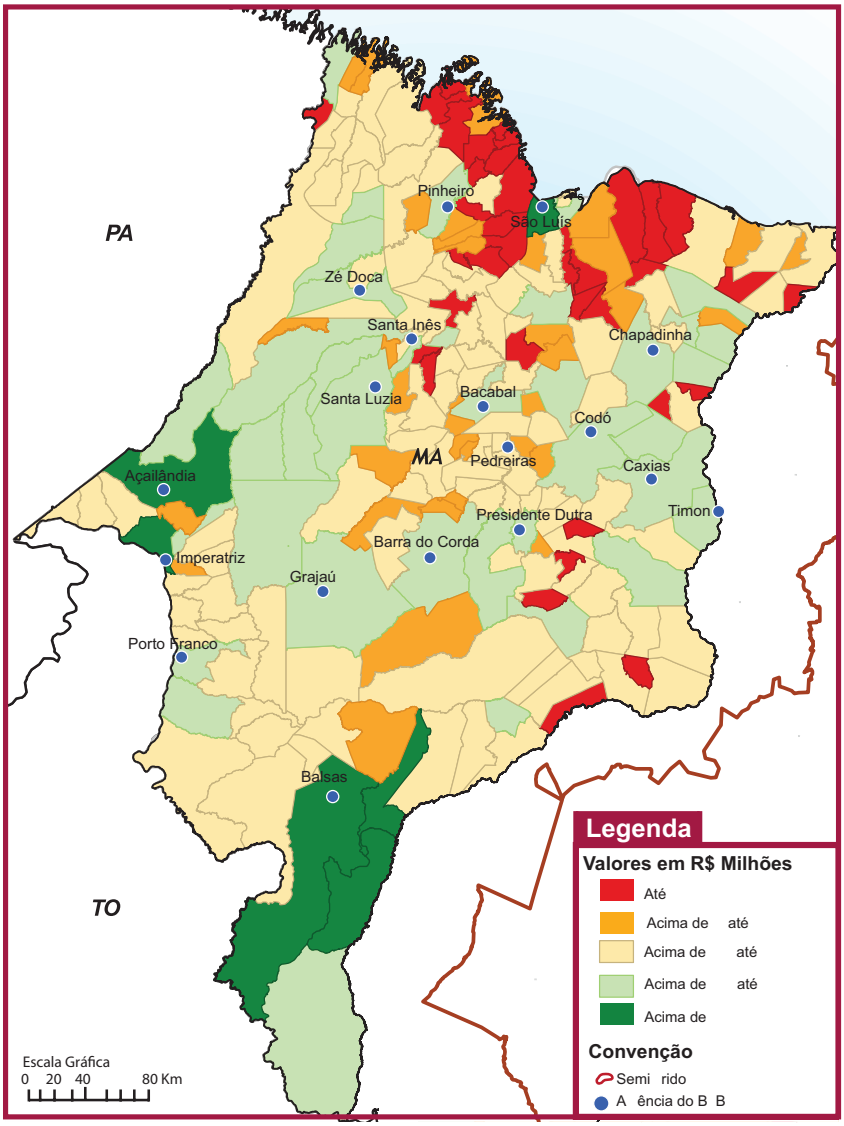
Assim, é possível inferir que o FNE tem atendido a todos os municípios do Maranhão. Contudo, a demanda por recursos é maior nos principais centros de produção do Estado, especificamente o cerrado maranhense, as localidades de produção pecuária, ou seja, Imperatriz e Açailândia, e alguns municípios da Região Metropolitana de São Luís. Seguem-se as áreas no entorno de Santa Luzia, Codó, Caxias, Chapadinha, Bacabal, Barra do Corda e Grajaú, além de Timon, na Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE). As demais áreas, localizadas em várias regiões do Estado, possuem estruturas produtivas menos desenvolvidas, o que in-

fluencia uma menor demanda por financiamentos e a consequente aplicação de recursos, conforme apresentado no Mapa 1.

Referido mapa é um indicativo dos municípios potencialmente prioritários para ações institucionais integradas, visando ao desenvolvimento dos empreendimentos rurais e urbanos e à consequente ampliação do apoio do BNB/FNE.

Em síntese, fica evidenciada a contribuição do FNE como instrumento para potencializar oportunidades econômicas no Maranhão, a exemplo do agronegócio de grãos (soja, arroz, milho, feijão); pecuária e o beneficiamento de carnes e couro, além dos setores agroindustrial, mineral, industrial (metalurgia, siderurgia e de tecnologia espacial), comercial e de turismo, integrando a parceria do Banco do Nordeste com os Estados na promoção do desenvolvimento.

Mapa 1 – Volume de financiamentos do FNE no Maranhão - 2006 a 2014



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE.

Nota: os valores foram atualizados pelo IGP-DI – média anual a preços de dezembro de 2014, com dados do Ipeadata.

Referências

BANCO DO NORDESTE. **FNE 2014.** Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste: programação regional. Fortaleza, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Contas regionais do Brasil 2002-2008.** Rio de Janeiro, 2010. (Contas Nacionais, n. 32). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2008/publicacao2008.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2014.

_____. **Contas regionais do Brasil 2010.** Rio de Janeiro, 2012**.** (Contas Nacionais, n. 38). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2010/publicacao2010.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2014.

_____. **Contas regionais do Brasil 2012.** Rio de Janeiro, 2014. (Contas Nacionais, n. 42). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/Contas_Regionais/2012/contasregionais2012.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2014.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS. **Ipeadata, temas, renda.** Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>. Acesso em: 02 mar. 2015.

MESQUITA, A. M.; ALENCAR JÚNIOR, J. S. de. **Perfil econômico do Maranhão.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2002.

15 Considerações finais

Conforme evidenciado no presente estudo, o Maranhão é detentor de uma expressiva base de recursos naturais que necessita ser utilizada de forma sustentável e em prol da maioria da população local. Recentemente, o Estado passou por um amplo processo de transformação. Os diferentes indicadores econômicos e sociais analisados mostraram importante avanço, o que se traduziu em melhoria no bem-estar da população.

Ë importante enfatizar que a economia maranhense apresentou uma evolução expressiva ao longo da última década, tendo seu PIB e PIB *per capita* crescido acima da média nacional e do Nordeste, permitindo reduzir as desigualdades inter-regionais.

Referido crescimento foi possível em função das sólidas políticas macroeconômicas adotadas no Brasil, especialmente a partir de 2003, que possibilitaram a retomada de um projeto nacional de desenvolvimento que havia sido interrompido nas chamadas "décadas perdidas" dos anos 1980 e 1990. Com isso, gerou-se incremento nos investimentos produtivos e em infraestrutura no Brasil, e particularmente no Maranhão.

Ao mesmo tempo, as políticas sociais implementadas permitiram a inclusão e ascensão social de expressivo contingente de pessoas. O conjunto dessas políticas contribuiu para a ampliação do mercado de trabalho e o fortalecimento do setor produtivo gerando um círculo virtuoso de desenvolvimento. O estado do Maranhão foi beneficiado por esses resultados.

Atualmente, projetos de base estão em execução no Estado visando à redução de gargalos na infraestrutura, contribuindo assim para elevar a competitividade da economia maranhense, a exemplo de obras para ampliar a oferta de energia elétrica, modernizar a logística e os meios de transporte e fortalecer os recursos hídricos.

Cabe mencionar a expansão da ação creditícia e em especial a atuação das agências oficiais de fomento, particularmente o Banco do Nordeste, que expandiram de forma considerável os financiamentos para o setor produtivo no Estado.

Além disso, os investimentos na área social também têm sido expressivos, tanto que se constatou uma melhoria significativa nas condições dos domicílios, bem como uma expansão dos serviços de abastecimento de água, coleta de lixo e distribuição de energia elétrica. De fato, ocorreram avanços importantes para o Maranhão nessas áreas em anos recentes, tendo o ritmo de expansão dos indicadores do Estado superado a taxa média de crescimento ocorrida no País.

Os indicadores sociais referentes às dimensões de saúde e educação também obtiveram incrementos importantes nos últimos anos. Assim, as diferenças existentes em relação aos demais Estados tenderam a se reduzir no período analisado.

Apesar dos expressivos avanços verificados nos indicadores econômicos e sociais, é fundamental reconhecer que existem desafios a serem vencidos nos próximos anos. O PIB *per capita* do Estado, R$ 9,3 mil em 2012, ainda é inferior ao do Nordeste (R$ 11,7 mil em 2012) e pouco mais de um terço do nacional, que alcançou R$ 24,1 mil no mesmo ano. O IDH do Maranhão (0,639 em 2010) ainda permanece abaixo da média para o Nordeste (0,660 em 2010) e da média nacional (0,726 em 2010).

Nesse contexto, as estratégias a serem elaboradas e implementadas devem levar em conta um complexo quadro social e econômico delineado em um território que sofre crescente pressão ambiental causada por atividades humanas.

A diminuição do ritmo de crescimento da população no Maranhão é reflexo da redução das taxas de fecundidade, natalidade e mortalidade, por efeito do processo de urbanização da população, da crescente inserção da mulher no mercado de trabalho, dos avanços da medicina e da melhoria da qualidade de vida da população.

Atualmente, o número de residentes com idade entre 15 e 64 anos, denominado de População em Idade Ativa (PIA), totaliza 4,8 milhões, superando o número daqueles com idade inferior a 15 anos e superior a 64 anos, equivalente a 1,8 milhão. que é denominado de População em Idade Inativa (PINA).

Quando a PIA é superior à PINA tem-se uma situação em que a força de trabalho é relevante no conjunto da população total,

ocorrendo, portanto o chamado “bônus demográfico”. O Maranhão tem desfrutado dessa situação nos últimos anos.

Por outro lado, as taxas de crescimento populacional têm diminuído ao longo das últimas décadas, e ao mesmo tempo a população idosa aumenta a taxas maiores que o restante das outras faixas etárias. Em consequência, o bônus demográfico tende a diminuir no futuro, o que implicará reduzir a força de trabalho e exigirá um redesenho nas políticas públicas, principalmente as voltadas para formação profissional de jovens e de assistência médica e previdenciária para os mais idosos.

Essa redução na taxa de crescimento populacional do Maranhão ocorre pela redução das taxas de fecundidade, natalidade e mortalidade, que caem na mesma tendência regional e nacional, e também pelo aumento do processo de urbanização da população; pela maior presença feminina no mercado de trabalho, pelos avanços da medicina e da melhoria da qualidade de vida da população.

Outro aspecto importante diz respeito ao processo de localização espacial da população, marcado pela crescente concentração nos centros urbanos. Embora a taxa de urbanização do Estado seja uma das menores da Região e do País, atualmente quase 60% da população estadual reside nessas áreas. O Norte, a menor mesorregião em extensão, concentra 40,0% dos habitantes estaduais.

Em paralelo à concentração espacial da população verifica-se, também, a manutenção da polarização das principais atividades econômicas do Estado. O cerrado tem despontado como nova fronteira agrícola, onde modernos sistemas de produção estão sendo empregados, e tendo a soja despontado como o principal produto de exportação do Maranhão. Contudo, a Mesorregião Norte, que abrange a área metropolitana de São Luis, concentra 52,0% do PIB estadual. Algumas das novas dinâmicas econômicas e os novos eixos de articulação produtiva reforçam o processo de concentração econômica e populacional nos principais centros urbanos.

No que se refere à estrutura produtiva do Estado, os serviços responderam por quase 70% do valor agregado bruto estadual em 2012, com elevada participação das atividades de administração pública e do comércio. Se por um lado tem ocorrido um processo de modernização do setor terciário, por outro lado referida estrutura

reflete uma pequena base produtiva. O setor industrial se expandiu recentemente, mas ainda assim gerou menos de 20% do valor agregado bruto estadual em 2012, precisamente 16,6%.

Embora o Estado tenha começado a desenvolver um segmento metalúrgico, a indústria ainda está concentrada em segmentos tradicionais, de intensidade tecnológica classificada como baixa ou média, a exemplo das indústrias alimentícias e de bebidas além da construção civil. Apesar do crescimento e diversificação do mercado de trabalho em conjunto com o número de empresas formalmente registradas, expressivo contingente populacional está ocupado informalmente no setor agropecuário, obtendo reduzida remuneração. Registre-se que o setor agropecuário respondeu por apenas 15,0% do valor agregado estadual em 2012, implicando dizer que parte da agropecuária estadual ainda é de subsistência.

É indiscutível o surgimento de modernos modelos de produção agropecuários, especialmente no cerrado maranhense, com o consequente avanço obtido na produtividade de diferentes atividades, a exemplo da produção de grãos, de algodão e na pecuária de corte. Contudo, parte dessa atividade ainda é explorada de forma rudimentar.

A pequena base produtiva gera limitados recursos de arrecadação para o Estado e municípios, de forma que o Maranhão ainda é dependente das transferências constitucionais para executar ações e projetos. A título de ilustração, a arrecadação de ICMS totalizou R$ 4,4 bilhões no Estado em 2013, enquanto que as transferências do Governo Federal por intermédio do Fundo de Participação dos Estados (FPE), Fundo de Participação dos Municípios (FPM) somaram R$ 6,2 bilhões nesse mesmo ano.

Na verdade, o índice de dependência financeira do Maranhão, ou seja, a proporção da receita total do Estado que é obtida através de taxação sobre atividades produtivas, passou de 0,13 em 2000 para 0,25 em 2013. Quando o referido índice se aproxima de 1, significa maior capacidade do ente federativo para gerar suas receitas através da arrecadação de tributos. No caso do Maranhão, aproximadamente 75% das receitas estaduais provêm de fontes não tributárias. Em termos comparativos, São Paulo tem índice médio de dependência financeira de 0,9.

O quadro de questões a serem enfrentadas remete à necessidade de se estabelecer uma estratégia de desenvolvimento focada em ao menos três grandes diretrizes. Primeiramente, é fundamental a manutenção dos programas sociais para que a redução da pobreza e a inclusão social prossigam de forma acelerada. Também, referidas políticas permitem ampliar o mercado consumidor local que por sua vez é indutor do desenvolvimento local.

Além disso, torna-se fundamental intensificar os investimentos em infraestruturas físicas, de forma que se possa criar um ambiente atraente para a geração de novos negócios no Estado, além de contribuir para melhorar o bem-estar da população.

É importante ainda se desenvolver ações que promovam a formação de capital humano, buscando-se melhorar os níveis de qualificação da força de trabalho. A mão de obra adequadamente preparada cria as bases para a formação de um ambiente inovador e amplia a produtividade da economia, favorece uma melhor distribuição da renda e possibilita maior mobilidade social.

As ações voltadas para expandir a qualificação da força de trabalho devem, necessariamente, contemplar a ampliação e melhoria da qualidade do ensino básico, reduzindo o analfabetismo e promovendo a cidadania. As iniciativas devem, ainda, buscar incrementar a formação técnica e profissional, de forma a qualificar a população para ingressar no mercado de trabalho.

Em síntese, o Maranhão obteve importante progresso em termos econômicos e sociais em anos recentes. Apesar dos avanços, os principais indicadores do Estado ainda são inferiores em comparação com as médias nacionais, de forma que a desigualdade inter-regional continua sendo um tema relevante para o Estado. Em face dos desafios a serem enfrentados pelo Maranhão, as políticas públicas serão fundamentais para que o Estado possa se desenvolver de forma sustentável.

Apêndices

1 Informações territoriais

Características geográficas - 2013

Característica		% Nordeste
Área (km²)	331.937	21,36
Extensão da costa litorânea (km)	2.243	43,34
Número de municípios	217	12,10
Número de distritos	243	7,57

Fonte: IBGE. Anuário estatístico do Brasil 2013.

2 Informações econômicas

Produto Interno Bruto - 2012

PIB	Valores correntes	% Participação
	R$ milhões	% do Nordeste
PIB a preços correntes	58.819,7	9,88
	R$ 1,00	% do Brasil
Produto Interno Bruto *per capita*	8.760	38,68

Fonte: IBGE. Contas regionais do Brasil 2012

PIB e População por município - 2012

Municípios	PIB (R$ mil correntes)	Participa-ção (%)	PIB *per capita* (R$ correntes)	População (pessoas)	Participação (%)
Total	**58.819.683**	**100,00**	**-**	**6.714.314**	**100,00**
Açailândia	1.833.847	3,12	17.232	106.422	1,59
Afonso Cunha	31.708	0,05	5.207	6.090	0,09
Água Doce do Maranhão	46.469	0,08	3.916	11.865	0,18
Alcântara	89.893	0,15	4.161	21.605	0,32
Aldeias Altas	155.144	0,26	6.275	24.726	0,37
Altamira do Maranhão	46.631	0,08	4.097	11.381	0,17
Alto Alegre do Maranhão	109.035	0,19	4.305	25.326	0,38
Alto Alegre do Pindaré	132.705	0,23	4.255	31.190	0,46
Alto Parnaíba	143.127	0,24	13.184	10.856	0,16
Amapá do Maranhão	36.495	0,06	5.544	6.583	0,10
Amarante do Maranhão	177.658	0,30	4.561	38.953	0,58
Anajatuba	118.511	0,20	4.566	25.955	0,39
Anapurus	94.868	0,16	6.546	14.492	0,22
Apicum-Açu	57.780	0,10	3.718	15.542	0,23
Araguanã	52.148	0,09	4.456	11.703	0,17
Araioses	162.229	0,28	3.716	43.653	0,65
Arame	142.905	0,24	4.504	31.729	0,47
Arari	129.552	0,22	4.497	28.809	0,43
Axixá	80.315	0,14	6.924	11.599	0,17
Bacabal	680.476	1,16	6.724	101.195	1,51
Bacabeira	204.383	0,35	13.109	15.591	0,23
Bacuri	47.553	0,08	2.727	17.437	0,26
Bacurituba	21.580	0,04	4.006	5.387	0,08
Balsas	1.711.043	2,91	19.654	87.057	1,30
Barão de Grajaú	121.509	0,21	6.803	17.862	0,27
Barra do Corda	547.570	0,93	6.505	84.180	1,25
Barreirinhas	241.946	0,41	4.166	58.083	0,87
Bela Vista do Maranhão	45.274	0,08	3.670	12.335	0,18
Belágua	40.309	0,07	5.770	6.986	0,10

continua...

continuação

Municípios	PIB (R$ mil correntes)	Participa-ção (%)	PIB *per capita* (R$ correntes)	População (pessoas)	Participação (%)
Benedito Leite	26.141	0,04	4.755	5.497	0,08
Bequimão	83.015	0,14	3.966	20.773	0,31
Bernardo do Mearim	46.226	0,08	7.564	6.111	0,09
Boa Vista do Gurupi	35.349	0,06	4.221	8.375	0,12
Bom Jardim	332.565	0,57	8.369	39.740	0,59
Bom Jesus das Selvas	161.900	0,28	5.350	30.259	0,45
Bom Lugar	88.267	0,15	5.764	15.314	0,23
Brejo	162.487	0,28	4.745	34.242	0,51
Brejo de Areia	46.876	0,08	9.447	4.962	0,07
Buriti	132.726	0,23	4.835	27.449	0,41
Buriti Bravo	149.153	0,25	6.452	23.119	0,34
Buriticupu	281.372	0,48	4.176	67.378	1,00
Buritirana	58.305	0,10	3.905	14.930	0,22
Cachoeira Grande	32.849	0,06	3.817	8.607	0,13
Cajapió	41.636	0,07	3.877	10.740	0,16
Cajari	84.220	0,14	4.527	18.603	0,28
Campestre do Maranhão	99.864	0,17	7.317	13.649	0,20
Cândido Mendes	79.899	0,14	4.157	19.222	0,29
Cantanhede	90.999	0,15	4.358	20.879	0,31
Capinzal do Norte	70.458	0,12	6.571	10.722	0,16
Carolina	180.558	0,31	7.537	23.955	0,36
Carutapera	112.167	0,19	4.981	22.517	0,34
Caxias	892.106	1,52	5.644	158.059	2,35
Cedral	55.193	0,09	5.320	10.374	0,15
Central do Maranhão	30.182	0,05	3.717	8.120	0,12
Centro do Guilherme	57.390	0,10	4.791	11.979	0,18
Centro Novo do Maranhão	95.489	0,16	4.787	19.947	0,30
Chapadinha	409.530	0,70	5.448	75.167	1,12
Cidelândia	118.385	0,20	8.478	13.963	0,21
Codó	719.178	1,22	6.040	119.079	1,77

continua...

continuação

Municípios	PIB (R$ mil correntes)	Participa-ção (%)	PIB *per capita* (R$ correntes)	População (pessoas)	Participação (%)
Coelho Neto	241.071	0,41	5.082	47.435	0,71
Colinas	174.872	0,30	4.412	39.635	0,59
Conceição do Lago-Açu	70.137	0,12	4.679	14.989	0,22
Coroatá	244.799	0,42	3.908	62.639	0,93
Cururupu	104.464	0,18	3.216	32.487	0,48
Davinópolis	48.613	0,08	3.851	12.625	0,19
Dom Pedro	109.186	0,19	4.791	22.791	0,34
Duque Bacelar	41.405	0,07	3.821	10.836	0,16
Esperantinópolis	81.703	0,14	4.612	17.715	0,26
Estreito	242.616	0,41	6.421	37.784	0,56
Feira Nova do Maranhão	41.670	0,07	5.072	8.215	0,12
Fernando Falcão	45.398	0,08	4.737	9.584	0,14
Formosa da Serra Negra	107.234	0,18	6.042	17.749	0,26
Fortaleza dos Nogueiras	106.587	0,18	8.661	12.306	0,18
Fortuna	69.402	0,12	4.574	15.174	0,23
Godofredo Viana	107.798	0,18	10.017	10.762	0,16
Gonçalves Dias	69.675	0,12	3.971	17.545	0,26
Governador Archer	42.803	0,07	4.127	10.372	0,15
Governador Edison Lobão	91.964	0,16	5.523	16.651	0,25
Governador Eugênio Barros	61.786	0,11	3.815	16.197	0,24
Governador Luiz Rocha	26.689	0,05	3.577	7.462	0,11
Governador Newton Bello	52.934	0,09	5.207	10.166	0,15
Governador Nunes Freire	122.617	0,21	4.842	25.323	0,38
Graça Aranha	31.644	0,05	5.145	6.150	0,09
Grajaú	522.874	0,89	8.105	64.510	0,96
Guimarães	50.415	0,09	4.202	11.997	0,18
Humberto de Campos	105.602	0,18	3.921	26.933	0,40
Icatu	99.215	0,17	3.861	25.698	0,38

continua...

continuação

Municípios	PIB (R$ mil correntes)	Participa-ção (%)	PIB *per capita* (R$ correntes)	População (pessoas)	Participação (%)
Igarapé do Meio	58.288	0,10	4.466	13.052	0,19
Igarapé Grande	58.209	0,10	5.156	11.289	0,17
Imperatriz	2.853.989	4,85	11.413	250.063	3,72
Itaipava do Grajaú	47.920	0,08	3.657	13.103	0,20
Itapecuru Mirim	331.991	0,56	5.195	63.907	0,95
Itinga do Maranhão	226.390	0,38	9.011	25.125	0,37
Jatobá	43.272	0,07	4.781	9.051	0,13
Jenipapo dos Vieiras	62.303	0,11	3.960	15.733	0,23
João Lisboa	126.035	0,21	5.349	23.561	0,35
Joselândia	78.016	0,13	4.973	15.688	0,23
Junco do Maranhão	29.612	0,05	7.809	3.792	0,06
Lago da Pedra	224.907	0,38	4.755	47.298	0,70
Lago do Junco	53.981	0,09	4.968	10.865	0,16
Lago dos Rodrigues	60.139	0,10	7.766	7.744	0,12
Lago Verde	86.611	0,15	5.543	15.624	0,23
Lagoa do Mato	51.213	0,09	4.675	10.955	0,16
Lagoa Grande do Maranhão	55.432	0,09	4.434	12.501	0,19
Lajeado Novo	40.167	0,07	5.653	7.106	0,11
Lima Campos	53.662	0,09	4.656	11.525	0,17
Loreto	110.192	0,19	9.502	11.597	0,17
Luís Domingues	40.880	0,07	6.167	6.629	0,10
Magalhães de Almeida	72.540	0,12	3.969	18.277	0,27
Maracaçumé	89.132	0,15	4.482	19.887	0,30
Marajá do Sena	48.126	0,08	6.209	7.751	0,12
Maranhãozinho	64.444	0,11	4.437	14.524	0,22
Mata Roma	81.284	0,14	5.192	15.657	0,23
Matinha	91.209	0,16	4.093	22.286	0,33
Matões	107.594	0,18	3.340	32.216	0,48
Matões do Norte	58.420	0,10	3.959	14.755	0,22
Milagres do Maranhão	41.609	0,07	5.077	8.195	0,12

continua...

continuação

Municípios	PIB (R$ mil correntes)	Participa-ção (%)	PIB *per capita* (R$ correntes)	População (pessoas)	Participação (%)
Mirador	130.790	0,22	6.369	20.537	0,31
Miranda do Norte	117.064	0,20	4.558	25.681	0,38
Mirinzal	53.350	0,09	3.704	14.402	0,21
Monção	123.637	0,21	3.898	31.717	0,47
Montes Altos	42.507	0,07	4.584	9.272	0,14
Morros	69.083	0,12	3.782	18.265	0,27
Nina Rodrigues	60.156	0,10	4.594	13.095	0,20
Nova Colinas	34.754	0,06	6.904	5.034	0,07
Nova Iorque	22.485	0,04	4.890	4.598	0,07
Nova Olinda do Maranhão	92.991	0,16	4.730	19.659	0,29
Olho d'Água das Cunhãs	97.095	0,17	5.160	18.816	0,28
Olinda Nova do Maranhão	59.813	0,10	4.384	13.643	0,20
Paço do Lumiar	406.399	0,69	3.684	110.321	1,64
Palmeirândia	73.765	0,13	3.881	19.007	0,28
Paraibano	73.543	0,13	3.597	20.443	0,30
Parnarama	162.418	0,28	4.824	33.669	0,50
Passagem Franca	90.646	0,15	5.042	17.977	0,27
Pastos Bons	120.357	0,20	6.520	18.461	0,27
Paulino Neves	59.843	0,10	3.997	14.971	0,22
Paulo Ramos	154.387	0,26	7.548	20.454	0,30
Pedreiras	304.517	0,52	7.731	39.391	0,59
Pedro do Rosário	96.088	0,16	4.097	23.454	0,35
Penalva	144.900	0,25	4.025	35.996	0,54
Peri Mirim	47.330	0,08	3.406	13.898	0,21
Peritoró	85.531	0,15	3.926	21.785	0,32
Pindaré-Mirim	172.655	0,29	5.462	31.609	0,47
Pinheiro	427.123	0,73	5.368	79.566	1,19
Pio XII	100.069	0,17	4.610	21.708	0,32
Pirapemas	106.242	0,18	5.995	17.722	0,26
Poção de Pedras	131.943	0,22	6.885	19.165	0,29

continua...

continuação

Municípios	PIB (R$ mil correntes)	Participa-ção (%)	PIB *per capita* (R$ correntes)	População (pessoas)	Participação (%)
Porto Franco	417.628	0,71	18.779	22.239	0,33
Porto Rico do Maranhão	35.368	0,06	5.916	5.978	0,09
Presidente Dutra	260.094	0,44	5.708	45.564	0,68
Presidente Juscelino	46.766	0,08	3.931	11.897	0,18
Presidente Médici	33.392	0,06	5.087	6.564	0,10
Presidente Sarney	72.213	0,12	4.083	17.686	0,26
Presidente Vargas	56.075	0,10	5.114	10.964	0,16
Primeira Cruz	50.969	0,09	3.551	14.355	0,21
Raposa	130.498	0,22	4.707	27.723	0,41
Riachão	207.713	0,35	10.338	20.093	0,30
Ribamar Fiquene	53.480	0,09	7.184	7.444	0,11
Rosário	171.871	0,29	4.247	40.469	0,60
Sambaíba	130.673	0,22	23.664	5.522	0,08
Santa Filomena do Maranhão	30.259	0,05	4.176	7.246	0,11
Santa Helena	138.437	0,24	3.430	40.356	0,60
Santa Inês	583.362	0,99	7.409	78.733	1,17
Santa Luzia	360.730	0,61	4.813	74.943	1,12
Santa Luzia do Paruá	149.126	0,25	6.474	23.035	0,34
Santa Quitéria do Maranhão	116.323	0,20	4.023	28.914	0,43
Santa Rita	128.562	0,22	3.799	33.843	0,50
Santana do Maranhão	45.664	0,08	3.742	12.203	0,18
Santo Amaro do Maranhão	48.246	0,08	3.337	14.456	0,22
Santo Antônio dos Lopes	138.302	0,24	9.676	14.294	0,21
São Benedito do Rio Preto	79.794	0,14	4.432	18.004	0,27
São Bento	134.628	0,23	3.199	42.083	0,63
São Bernardo	118.313	0,20	4.375	27.044	0,40
São Domingos do Azeitão	123.061	0,21	17.362	7.088	0,11
São Domingos do Maranhão	170.364	0,29	5.057	33.692	0,50

continuação

Municípios	PIB (R$ mil correntes)	Participa-ção (%)	PIB *per capita* (R$ correntes)	População (pessoas)	Participação (%)
São Félix de Balsas	34.442	0,06	7.429	4.636	0,07
São Francisco do Brejão	56.232	0,10	5.233	10.745	0,16
São Francisco do Maranhão	39.519	0,07	3.312	11.932	0,18
São João Batista	78.961	0,13	3.934	20.072	0,30
São João do Carú	81.104	0,14	5.189	15.631	0,23
São João do Paraíso	64.822	0,11	5.957	10.882	0,16
São João do Soter	68.688	0,12	3.902	17.602	0,26
São João dos Patos	122.520	0,21	4.890	25.056	0,37
São José de Ribamar	676.030	1,15	4.031	167.714	2,50
São José dos Basílios	30.881	0,05	4.114	7.506	0,11
São Luís	24.601.718	41,83	23.664	1.039.610	15,48
São Luís Gonzaga do Maranhão	136.279	0,23	6.897	19.758	0,29
São Mateus do Maranhão	160.092	0,27	4.029	39.733	0,59
São Pedro da Água Branca	62.229	0,11	5.103	12.195	0,18
São Pedro dos Crentes	39.244	0,07	8.748	4.486	0,07
São Raimundo das Mangabeiras	317.264	0,54	17.756	17.868	0,27
São Raimundo do Doca Bezerra	24.672	0,04	4.286	5.757	0,09
São Roberto	33.076	0,06	5.341	6.193	0,09
São Vicente Ferrer	63.297	0,11	2.981	21.235	0,32
Satubinha	50.951	0,09	4.044	12.600	0,19
Senador Alexandre Costa	37.929	0,06	3.609	10.511	0,16
Senador La Rocque	99.099	0,17	6.859	14.447	0,22
Serrano do Maranhão	43.404	0,07	4.116	10.545	0,16
Sítio Novo	99.084	0,17	5.731	17.288	0,26
Sucupira do Norte	44.219	0,08	4.230	10.454	0,16
Sucupira do Riachão	22.529	0,04	4.122	5.466	0,08
Tasso Fragoso	433.541	0,74	54.138	8.008	0,12
Timbiras	89.977	0,15	3.186	28.238	0,42

continua...

continuação

Municípios	PIB (R$ mil correntes)	Participa-ção (%)	PIB *per capita* (R$ correntes)	População (pessoas)	Participação (%)
Timon	992.826	1,69	6.226	159.471	2,38
Trizidela do Vale	113.579	0,19	5.873	19.339	0,29
Tufilândia	26.544	0,05	4.697	5.651	0,08
Tuntum	178.335	0,30	4.467	39.924	0,59
Turiaçu	153.443	0,26	4.469	34.333	0,51
Turilândia	93.628	0,16	3.952	23.694	0,35
Tutóia	195.312	0,33	3.575	54.629	0,81
Urbano Santos	112.076	0,19	4.420	25.356	0,38
Vargem Grande	238.479	0,41	4.619	51.633	0,77
Viana	184.822	0,31	3.678	50.257	0,75
Vila Nova dos Martírios	116.618	0,20	9.762	11.946	0,18
Vitória do Mearim	143.835	0,24	4.553	31.588	0,47
Vitorino Freire	169.759	0,29	5.354	31.709	0,47
Zé Doca	255.345	0,43	4.905	52.059	0,78

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE. Produto Interno Bruto dos municípios, 2012 e Estimativas de população, 1 de julho de 2012.

Finanças públicas - 2013

Receita/Despesa	R$ 1,00 correntes
Receita total	**14.880.771.495**
Receitas correntes	12.579.872.191
Receita tributária	5.186.648.732
Impostos	5.002.778.631
Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	656.981.122
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IR	368.212.524
Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA	282.201.155
Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Bens e Direitos - ITCD	6.567.443
Impostos sobre a Produção e a Circulação	4.345.797.509
Taxas	183.870.102
Contribuição de Melhoria	0
Receitas de Contribuições	327.470.050
Receita Patrimonial	178.866.622
Receita Agropecuária	0
Receita Industrial	0
Receita de Serviços	235.331.863
Transferências Correntes	6.506.695.704
Outras Receitas Correntes	144.859.220
Receitas de Capital	1.934.076.792
Operações de crédito	1.872.049.478
Alienação de bens	1.322.500
Amortização de empréstimos	1.123.675
Transferências de capital	59.581.139
Outras Receitas de capital	0
Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	366.822.511
Receitas de Capital Intra-Orçamentárias	0
Despesa total	**12.598.987.597**
Despesas correntes	10.077.401.231
Pessoal e encargos sociais	5.458.326.718
Juros e encargos da dívida	464.209.142
Outras despesas correntes	4.154.865.372
Despesas de capital	2.521.586.365
Investimentos	621.115.794
Inversões financeiras	34.541.481
Amortização da dívida	1.865.929.090

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados da Secretaria do Tesouro Nacional. Execução orçamentária 2013.

Comércio exterior: principais produtos - 2013

Exportações	US$ 1,00 FOB	% do Estado
Total	**2.341.916.945**	**100,0**
Alumina Calcinada	819.154.480	35,0
Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura	705.082.140	30,1
Ferro fundido bruto não ligado,c/peso<=0.5% d	480.244.199	20,5
Alumínio não ligado em forma bruta	102.576.401	4,4
Ouro em barras, fios e perfis de seção maciça	98.637.954	4,2
Consumo de bordo - combustíveis e lubrificantes p/em	36.346.832	1,6
Algodão simplesmente debulhado, não cardado NE	33.561.371	1,4
Milho em grão, exceto para semeadura	15.930.899	0,7
Ligas de alumínio em forma bruta	15.669.242	0,7
Minérios de ferro aglomerados e seus concentrados	6.912.896	0,3
Outros produtos	27.800.531	1,2
Importações		
Total	**6.832.874.588**	**100,0**
“Gasoleo” (óleodiesel)	3.433.670.350	50,3
Outras gasolinas, exceto para aviação	1.310.064.873	19,2
Querosenes de aviação	425.295.335	6,2
Outros grupos eletrog.	217.030.619	3,2
Outros cloretos de potássio	111.928.652	1,6
Hidróxido de sódio em solução aquosa (lixiv. Soda)	103.110.129	1,5
Arroz semibranqueado, etc. não parborizado, polido	94.949.875	1,4
Outras máquinas e aparelhos para fabr. pasta de mater.c	93.781.001	1,4
Hulha betuminosa, não aglomerada	73.503.625	1,1
Diidrogeno-ortofosfato de amônio, incl. mist. hi	72.178.198	1,1
Outros produtos	897.361.931	13,2
Saldo da Balança Comercial	**-4.490.957.643**	**-**

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Estatísticas de comércio exterior. dez./2013

Agropecuária - 2013

Lavoura temporária: principais produtos	Área colhida (Hectares)	Quant. produzida	Valor Prod.(R$ mil correntes)
Total geral	**1.830.829**	**-**	**3.463.011**
Soja (em grão) (Toneladas)	563.366	1.581.687	1.321.389
Milho (em grão) (Toneladas)	505.615	1.321.683	649.488
Arroz (em casca) (Toneladas)	403.668	481.396	341.351
Mandioca (Toneladas)	189.693	1.325.328	605.127
Feijão (em grão) (Toneladas)	94.010	42.983	92.028
Cana-de-açúcar (Toneladas)	49.806	2.948.317	253.691
Outros	24.671	-	199.937
Lavoura Permanente: principais produtos			
Total	**32.942**	**-**	**99.227**
Castanha de caju (Toneladas)	16.091	4.980	4.604
Banana (cacho) (Toneladas)	9.921	102.974	76.284
Coco-da-baía (Mil frutos)	2.804	8.697	5.367
Borracha (látex coagulado) (Toneladas)	2.090	1.907	4.025
Laranja (Toneladas)	1.007	6.391	3.746
Manga (Toneladas)	552	3.036	3.062
Outros	477	-	2.139
Produção física			**% do Nordeste**
Leite (Mil litros)		385.880	10,72
Ovos de galinha (Mil dúzias)		7.716	1,41
Ovos de codorna (Mil dúzias)		154	0,84
Mel de abelha (Quilogramas)		1.136.547	15,09
Efetivo do rebanho (cabeças)			**% do Estado**
Total		**18.766.368**	**100,00**
Bovino		7.611.324	40,56
Equino		175.575	0,94
Bubalino		80.672	0,43
Suíno - total		1.233.492	6,57
Suíno - matrizes de suínos		254.654	1,36
Caprino		355.424	1,89
Ovino		233.090	1,24
Galináceos - total		9.050.654	48,23
Galináceos - galinhas		2.249.013	11,98
Codornas		26.137	0,14

continua...

continuação

Produção de pescado (t)		% do Estado
Total Geral	**102.868,20**	**100,0**
Pesca Extrativa	**70.343**	**68,4**
Marinha	44.599	43,4
Continental	25.744	25,0
Aqüicultura	**32.526**	**31,6**
Marinha	288	0,3
Continental	32.238	31,3
Nº de estabelecimentos agropecuários por atividade econômica		**% do Nordeste**
Total	**287.037**	**11,70**
Lavoura temporária	158.399	14,65
Horticultura e floricultura	4.501	7,18
Lavoura permanente	5.949	2,54
Sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	19	1,91
Pecuária e criação de outros animais	75.370	7,07
Produção florestal - florestas plantadas	2.865	9,88
Produção florestal - florestas nativas	37.888	48,41
Pesca	953	20,86
Aquicultura	1.093	28,86

Fonte: elaborados pelo BNB, ETENE com dados do IBGE. Produção Agrícola Municipal, 2013; Produção Pecuária Municipal, 2013 e Censo Agropecuário, 2006; Ministério da Pesca e Aquicultura. Estatística da Pesca e Aquicultura, 2011.

Energia elétrica - 2012

Consumo de energia elétrica	(GWh)	% do Estado
Total	**10.999**	**100,00**
Residencial	2.563	23,31
Industrial	6.190	56,28
Comercial	1.062	9,66
Rural	199	1,81
Poder público	327	2,98
Iluminação pública	356	3,23
Serviço público	283	2,57
Consumo próprio	18	0,17

Fonte: Empresa de Pesquisa Energética. Anuário estatístico de energia elétrica, 2013.

Número de intermediários financeiros - 2013

Intermediário	Quantidade	% do Nordeste
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	22	6,36
Demais estabelecimentos bancários	346	100,00

Fonte: Bacen. Estatística bancária por município, dez./2013

3 Informações sociais

Características da população - 2013

População residente[1]	Mil pessoas	% do Estado
Total	**6.802**	**100,00**
Por sexo		
Homens	3.369	49,5
Mulheres	3.433	50,5
Por situação de domicílio		
Urbana	3.962	58,2
Rural	2.840	41,8
Taxa de urbanização (%)[1]		**58,2**
Densidade demográfica (hab/km²)[1]		**20,5**

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2013.

Índices de Desenvolvimento Humano e distribuição de renda

Índice	Nº Índice
IDH - M (1991)	0,357
IDH - M (2000)	0,476
IDH - M (2010)	0,639
Índice de Gini (2012)	0,609

Fontes: PNUD. Atlas do desenvolvimento humano 2013 e
Ipea. Ipeadata.

Educação - 2012

Taxa de analfabetismo	% da População
Pessoas de 05 anos ou mais de idade	17,7
Média de anos de estudo: 15 anos ou mais	
Pessoas de 10 anos ou mais de idade	4,83
Distribuição dos estudantes por rede de ensino	
Pública	87,6
Particular	12,4
Distribuição dos estudantes por rede e nível de ensino	
Pré-escolar	
Pública	84,5
Particular	15,5
Fundamental	
Pública	93,5
Particular	6,5
Médio	
Pública	92,8
Particular	7,2
Superior	
Pública	26,8
Particular	73,2

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2013.

Saúde

Ítem	Quantidade	% da Região
Número de estabelecimentos de Saúde (2013)	4.826	8,35
Número de postos de Saúde (2013)	688	15,9
Médicos por mil habitantes (2010)	0,53	-
Leitos por mil habitantes (2012)	2,07	-
Taxa de mortalidade infantil (%) (2011)	19,96	-

Fonte: Departamento de Informática do SUS – DATASUS. Informações de Saúde TABNET.

Emprego e renda - 2013

População de 10 anos ou mais	Mil pessoas	% do Estado
População em Idade Ativa (PIA)	5.516	100,00
População Economicamente Ativa (PEA)	3.242	58,8
População Ocupada	3.048	94,0
PIA: por classes de rendimento mensal (salários mínimos)		
Total	**5.516**	**100,00**
Até 1/2	908	16,46
Mais de 1/2 a 1	1.211	21,95
Mais de 1 a 2	894	16,21
Mais de 2 a 3	223	4,04
Mais de 3 a 5	122	2,21
Mais de 5 a 10	79	1,43
Mais de 10 a 20	25	0,45
Mais de 20	12	0,22
Sem rendimento	1.961	35,55
Sem declaração	81	1,47
Vínculos empregatícios formais	**Unidades**	
Total	**721.490**	**100,00**
Indústria	51.190	7,10
Construção civil	58.326	8,08
Comércio	142.878	19,80
Serviços e Administração pública	450.443	62,43
Agropecuária, extr vegetal, caça e pesca	18.653	2,59
Estabelecimentos	**Unidades**	
Total	**41.854**	**100,00**
Indústria	2.701	6,45
Construção civil	2.181	5,21
Comércio	21.933	52,40
Serviços e Administração pública	12.367	29,55
Agropecuária, extr vegetal, caça e pesca	2.672	6,38

Fontes: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2013 e Ministério do Trabalho e Emprego. Relação Anual das Informações Sociais – RAIS, 2013.

Características dos domicílios - 2013

Domicílios particulares permanentes	Mil Unidades	% do Estado
Total	**1.844**	**100,00**
Condição de Ocupação		
Próprios	1.480	80,26
Alugados	181	9,82
Cedidos	172	9,33
Outros	11	0,60
Domicílios por serviços básicos		
Acesso à rede geral de abastecimento de água	1.262	68,44
Acesso à rede coletora de esgoto ou pluvial	245	13,29
Coleta de lixo[1]	965	52,33
Acesso à energia elétrica	1.826	99,02
Domicílios por existência de bens duráveis		
Telefone fixo	30	1,63
Telefone celular	1.152	62,47
Rádio	851	46,15
Televisão	1.738	94,25
Geladeira	1.729	93,76
Microcomputador	385	20,88
Máquina de lavar roupa	341	18,49

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2013.

4 Informações políticas

Eleições 2014: número de votos válidos - por cargo eletivo e partidos políticos

Partido	Dep. Estadual	Dep. Federal	Senador	Governador
DEM	109.574	-	-	-
PC do B	94.856	118.115	-	1.877.064
PDT	136.911	81.161	-	-
PHS	42.032	-	-	-
PMDB	237.932	277.253	-	-
PMN	47.519	-	-	-
PP	19.298	66.274	-	-
PPS	22.896	133.575	-	-
PRB	196.494	105.243	-	-
PRP	-	83.955	-	-
PRTB	41.857	-	-	-
PSB	38.829	86.728	1.476.840	-
PSC	88.057	-	-	-
PSDB	66.822	52.783	-	-
PSDC	34.580	50.658	-	-
PSL	85.582	-	-	-
PT	66.083	90.531	-	-
PT do B	29.612	-	-	-
PTB	-	85.507	-	-
PTC	31.688	-	-	-
PR	132.122	-	-	-
PTN	84139	-	-	-
PEN	38.575	107.841	-	-
SD	19.603	-	-	-
PV	173.177	176.703	-	-

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral. Informações e dados estatísticos sobre as eleições, 2014.